LEI Nº 2234, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2008.

Súmula: Dispõe sobre a criação do "Plano Municipal de Educação", para os anos de 2008 a 2018".

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º **-** Fica criado o "Plano Municipal de Educação 2008-2018", na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º **-** O "Plano Municipal de Educação 2008-2018" segue os mesmos objetivos e metas do "Plano Nacional de Educação", aprovado pela Lei nº 10.122, de 09 de janeiro de 2001.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 03 de Novembro de 2008.

Miguel L. H. Batista

Prefeito Municipal

ANEXO I

PARTE INTEGRANTE DA LEI Nº 2234, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2008

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2008 - 2018

LAPA
2008

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Miguel L. H. Batista

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Iára Scandelari Milczewski

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Maria Delourdes Barboza Hoffmann

DEPARTAMENTO DE CULTURA

Ieda Maria Janz Woitowicz

DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

Gilberto Cavalaro

FICHA TÉCNICA

DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Maristela Cristina Metz Sass

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Claudia Carrano Pierin

Ana Luiza Bruel Vandressen

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Jussara Ramos Sampaio

DIVISÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO – CAE

Tacla Moraima Dawagi Daou

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Andréa Murbach

DIVISÃO DE ESCOLAS DE ZONA RURAL – SEM DIREÇÃO

Jocely Marques Ribas

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Regina Gemin do Rosário

DIVISÃO DE MATERIAL ESCOLAR

Margareth Jankoski Coture

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Ana Regina Martins

Adriane Aparecida Sodré

DIVISÃO DE MERENDA ESCOLAR

Joeceli Jankoski Sabóia (coordenadora)

Marina Regina Ribas Pinto (nutricionista)

DIVISÃO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Carolina Fávaro Carrano

Emilia Rita C. Caron

Maria Izabel Ganzert Ferrari

Maria Lucia Gaio Moro

Noeli Muller Ribeiro

Priscila Pereira de Almeida Baade

Semiramis Maria Amorin Vedovato
DIVISÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR
Eduina Fávaro Ribas
Dario Marques de Lara
CAIC – CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL À CRIANÇA
Rubens Stelmak

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 01
INTRODUÇÃO 03
1. DIAGNÓSTICO GERAL DO MUNICÍPIO DA LAPA 06
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO 06
1.2 CONTEXTO LAPIANO ATUAL 06
1.3 FILOSOFIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-LAPA 10
1.4 A GESTÃO DEMOCRATICA E PARTICIPATIVA 13
1.4.1 A gestão Democrática e a Legislação Vigente 13
1.5 PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO NA LAPA 15
1.5.1 Programa Qualidade de Educação 15
1.5.2 Acesso, Permanência e Sucesso do Aluno na Escola 17
1.5.3 Atendimento à Comunidade 18
1.5.4 Expansão do Atendimento da Educação 18
1.5.5 Tecnologia a Serviço da Educação 19
1.6 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLOGICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL 20
1.7 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS 24
1.7.1 Eixos da Educação Infantil 24

1.7.2 Ensino Fundamental 26
1.7.2.1 Língua Portuguesa 26
1.7.2.2 Educação Física 29
1.7.2.3 Ensino Religioso 29
1.7.2.4 Geografia 30
1.7.2.5 Matemática 31
1.7.2.6 História 32
1.7.2.7 Arte 33
1.7.2.8 Ciência 34

2. EDUCAÇÃO BÁSICA 35
2.1 ENSINO FUNDAMENTAL 35
2.1.1 CAIC – Centro de Atenção Integral à criança e ao Adolescente 44
2.2 EDUCAÇÃO NO CAMPO 45
2.2.1 Contextualização Histórica da Educação no Campo 45
2.2.2 Diagnóstico 47
2.2.3 Número de estabelecimento por localização e matriculas 51
2.2.4 Diretrizes 54
2.2.5 Metas 58
2.3 ENSINO MÉDIO – TERMINALIDADE 61
2.3.1 Histórico 61
2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL 62
2.4.1 Contextualização Histórica 62
2.4.2 Diagnóstico 63
2.4.3 A Infância no Campo Educacional 66

2.4.4 Concepção de Educação Infantil: cuidar e educar 68
2.4.5 O brincar 69
2.4.6 Formação de Profissionais da Educação Infantil no Município da Lapa 70
2.4.7 Inclusão na Educação Infantil no Município da Lapa 71
2.4.8 Pensando o Espaço na Educação Infantil 72
2.4.9 Identidade e Autonomia 73
2.4.10 Metas para Educação Infantil 74
3. MODALIDADES DE ENSINO 78
3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL 78
3.1.1 Contextualização Histórica 78
3.1.2 Diagnóstico 81
3.1.3 Centro de Atendimento Especializado – CAE 86
3.1.4 Metas 92
3.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 96
3.2.1 Contextualização Histórica 96
3.2.2 Diagnóstico 99
3.2.3 Eja – Educação de Jovens e Adultos 103
3.2.4 Diretrizes e Metas 105
4. SERVIÇO DE APOIO EDUCACIONAL 108
4.1 SECRETARIA ESCOLAR E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO 108
4.1.1 Programa Bolsa Família 108
4.1.2 Processo de Matriculas por Georreferenciamento 109
4.1.3 Censo Escolar 110
4.1.4 Gráfico Demonstrativo 111
4.2 TRANSPORTE ESCOLAR 112
4.2.1 Diagnóstico do Transporte Escolar 112

4.3 PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 113
4.3.1 Histórico no País do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 113
4.3.2 Execução no País 115
4.3.3 P.M.A.E Município da Lapa – Diagnóstico e diretrizes 117
4.3.4 Diretrizes 118
4.3.5 Os Direitos dos Alunos 119
4.3.6 Projetos Desenvolvidos no Município 120
4.3.6.1 Avaliação nutricional através do crescimento e desenvolvimento da criança 120
4.3.2.2 Pesquisa de aceitabilidade da Alimentação Escolar no Município Lapa 121
4.3.6.3 Projeto saúde verde 121
4.3.6.4 Projeto educação nutricional 123
4.3.6.5 Projeto reinventando a culinária na escola 124
4.3.7 Metas do Programa Municipal de Alimentação Escolar 124
4.4 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO 126
4.4.1 Financiamento no Brasil 126
4.4.2 Situação Orçamentária do Município da Lapa 129
5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO 131
5.1 Diagnóstico 131
5.2 Diretrizes 132
5.3 Metas 134
6. METAS GERAIS 2008-2018 136
7. AVALIAÇÃO 143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 144

APRESENTAÇÃO

Por compreender a importância de planejar, orientar e coordenar o processo de formulação da política das ações educacionais no município da Lapa, a Prefeitura Municipal por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 2005, conclamou as equipes de profissionais das diferentes instâncias pedagógicas e administrativas da rede municipal a se mobilizarem para efetivar o Plano Municipal de Educação, para os próximos dez anos, que contempla os imensos compromissos da educação, dentre os quais a discussão, revisão e reorganização das proposições curriculares da Educação Básica - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sem deixar de destacar as propostas para Educação no Campo, Educação Especial e Inclusiva e para a Educação de Jovens e Adultos.

Partindo do entendimento de que educação é um processo de formação continuada dos cidadãos com saberes historicamente organizados e práticas educacionais pautadas na cooperação, na colaboração, no respeito mútuo, no respeito à diversidade étnico-social e cultural, na inclusão irrestrita, nos valores éticos e na preservação da vida, a organização do Plano Municipal de Educação seguiu para a discussão e reflexão da necessidade de se ter um referencial curricular básico em que estivessem registrados objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, para todas as

modalidades da Rede, inclusive para o ano a mais que se oferta em 2008, com a implantação dos 9 anos no Ensino Fundamental.

O compromisso com o desenvolvimento integral do aluno, o papel do professor com referência à criança e a compreensão da importância da organização do espaço físico no processo educacional, constituem princípios que vêm fundamentando o processo de educação no município.

Com a revisão de todo o processo por meio de entrevistas às unidades escolares, reuniões com profissionais, reavaliaram-se as Diretrizes Curriculares para o município, tendo como objetivo o norte das ações pedagógicas das escolas. Assim entende-se as estruturas dos fundamentos das Diretrizes Curriculares, a apresentação do fruto da participação dos diferentes profissionais, de todos que contribuíram e contribuem para a contínua reflexão dos aspectos educacionais.

A escola como uma das instâncias sociais mais importantes entre as responsáveis por oportunizar aos cidadãos a construção de saberes imprescindíveis para o desenvolvimento humano, necessita dessas ações pedagógicas que podem ser desenvolvidas de forma individual e coletiva.

A fim de que esse processo se concretize é fundamental o esforço dos professores, educadores, de toda a comunidade escolar para que se obtenha uma educação de qualidade, para que se desenvolvam práticas que configurem as transformações almejadas para a sociedade, para a formação humana e a promoção da vida.

Este documento representa estudos e reflexões dos educadores lapianos e resume o que se acredita imprescindível fazer pela educação de nosso município.

A todos os que contribuíram para a elaboração/execução deste Plano e a todos que participam da construção das ações que o concretizam em cada escola e o tornam vivo nas práticas educativas do município da Lapa, nosso Muito Obrigado.

Miguel Lourenço Horning Batista — Prefeito Municipal

Iara Scandelari Milczewski — Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

INTRODUÇÃO

O município da Lapa - Paraná vem ao longo de seus 239 anos escrevendo uma história de heróis e de anônimos e fazendo um caminho em busca da tão sonhada autonomia.

Um município de privilegiada localização geográfica, com mais de 2.000 km^2 de área territorial, um clima ameno, terras férteis, história, cultura, tradição, tudo conspira para que o desenvolvimento aconteça como conseqüência do trabalho árduo de um povo que sabe onde quer chegar.

Neste sentido, o poder municipal tem como objetivo de trabalho a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos os cidadãos tenham garantia de acesso a uma escolarização de qualidade e que esta seja capaz de oportunizar-lhe reais condições de permanência e sucesso, criando condições de igualdade de oportunidades na luta pelo bem estar individual e coletivo.

O conceito de democracia coloca-se como o governo do povo, constituição do poder governamental através do voto popular, participação efetiva e decisória do povo.

Imbuídos do desejo na consolidação desta sociedade democrática, na qual a educação é o único caminho, compreendendo que tanto a cidadania, como a

democracia são conceitos vazios se desvinculados da ação, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do município, colocou como uma das metas desta gestão 2005-2008 a elaboração do Plano Municipal de Educação. Para tanto reuniu diretores de escolas, pedagogos, professores, comunidade escolar, equipe pedagógica da Secretaria de Educação, para dar continuidade à construção do referido Plano, tendo em vista já estar de posse de algum material resultado das reuniões com a sociedade civil.

O Plano Municipal de Educação representa um grande avanço para as questões educacionais do município, porque confere poderes que ultrapassam as diferentes gestões numa mesma continuidade às boas políticas educacionais e que por força de lei serão respeitadas por todos os dirigentes municipais.

A construção coletiva do Plano Municipal de Educação tem por objetivo transformar conceitos democráticos em ações democráticas e que estas sejam de grande abrangência, transformando uma utopia inviável em uma realidade solidificada.

Este Plano, por contar com ações conjuntas na sua elaboração, tem a faculdade de conferir identidade e autonomia ao mesmo tempo, em que, pela abrangência, consegue responder às necessidades educacionais quanto à utilização de recursos previsíveis para a Educação.

O Plano Municipal de Educação da Lapa segue os mesmos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.122, de 09 de janeiro de 2001, quais sejam: a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência com sucesso na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais.

Com vigência de dez anos, este Plano Municipal de Educação apresenta um diagnóstico da situação educacional, estabelece objetivos e metas para os níveis e modalidades da Rede e contempla a formação e a valorização do magistério para a

gestão da educação municipal. Busca o crescimento municipal com inclusão social e com a educação ocupando um papel estratégico tendo na gestão democrática a garantia de princípios como a transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade, competência e regime de colaboração. Prevê e determina momentos estratégicos para a realização de avaliação das ações e atividades que estão sendo desenvolvidas com o objetivo de poder redirecionar as estratégias de execução de forma que os instrumentos de aferição sirvam não apenas para realizar esse acompanhamento, como também avaliar os resultados alcançados e realimentar a dinâmica do processo executivo do Plano.

O Plano Municipal de Educação será constituído de um diagnóstico contextualizado, objetivo, preciso da situação educacional do município, das diretrizes político-pedagógicas baseadas na realidade local e ainda objetivos e metas a serem alcançadas no próximo decênio, e abordará os temas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Anos Iniciais, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos (1º segmento), Educação Especial e Inclusiva, Magistério da Educação Básica e Gestão da rede pública municipal e alguns aspectos da rede pública estadual e da rede particular.

Com a construção desta importante ferramenta para Lapa suscitamos a todos os envolvidos que dêem continuidade efetivando as ações e reformulando sempre que se fizer necessário, possibilitando vida efetiva a este documento norteador da situação educacional do município.

1. DIAGNÓSTICO GERAL DO MUNICÍPIO DA LAPA

> “Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar” (Paulo Freire).

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A história da Lapa começa no início do século XVIII, ao longo do caminho das tropas. Possui em seu centro histórico um conjunto de edificações dos séculos XVIII, XIX e início do Séc. XX tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1894 foi palco de um confronto bélico entre federalistas e republicanos, acontecimento que ficou conhecido como “Cerco da Lapa”. A história da Lapa é marcante e pode ser revivida no Panteon dos Heróis ou nos museus da cidade, que preservam cuidadosamente a história e a cultura paranaense.

Lapa, terra de heróis, de ilustres intelectuais, de políticos eminentes. Lapa, terra de gente dos mais variados lugares do mundo que compõem um mosaico de diversidades étnicas e culturais. Lapa, município de grande extensão territorial, mas antes de tudo um município que na sua diversidade mantém a identidade de um povo

que preza sua história e cultura e acredita na Educação como elemento fundamental de promoção humana.

1.2 CONTEXTO LAPIANO ATUAL

O município da Lapa localiza-se na Região Metropolitana, possui uma área de 2.125 Km 2, é o quarto maior município do Paraná em extensão. Trata-se de um município essencialmente agrícola, com uma população de 41.838 habitantes, sendo que 42,47% desta população concentra-se na zona rural e 57,53% na zona urbana (segundo dados do IPARDS, 2004).

Mapa de acesso à Lapa



O município da Lapa possui uma renda per capita reduzida e por sua vocação agrícola concentra um elevado número de habitantes nas diversas localidades rurais.

Dados sobre o Município:

Área territorial: 2.097.751 Km2
Distância da sede municipal à capital: 72,10 km
Números de distritos administrativos: 03 (Mariental, Água Azul e Lapa)
Altitude: 907 m
População censitária em 2007:
Urbana: 24.070 Rural: 17.709 Total: 41.579
Densidade Demográfica: 21,53
Grau de urbanização: 57,53%
Total de domicílios:
Urbano: 7.448 Rural: 5.891
Expectativas de vida: 67,96 anos
Taxa de alfabetização de adultos: 93,2%
Numero de eleitores (2006): 32.793
Agencias bancárias: 06
(Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú, Bradesco, HSBC e Sicredi)
Numero de estabelecimentos agropecuários: 2.950
Produção agrícola:
Batata-inglesa: 45.780 ton. Veículos registrados (2007)
Feijão: 19.800 ton Automóvel: 7.027

Maça: 9120 ton

Milho: 106.470 ton

Pêssego: 5.400 ton

Soja: 38.115 ton

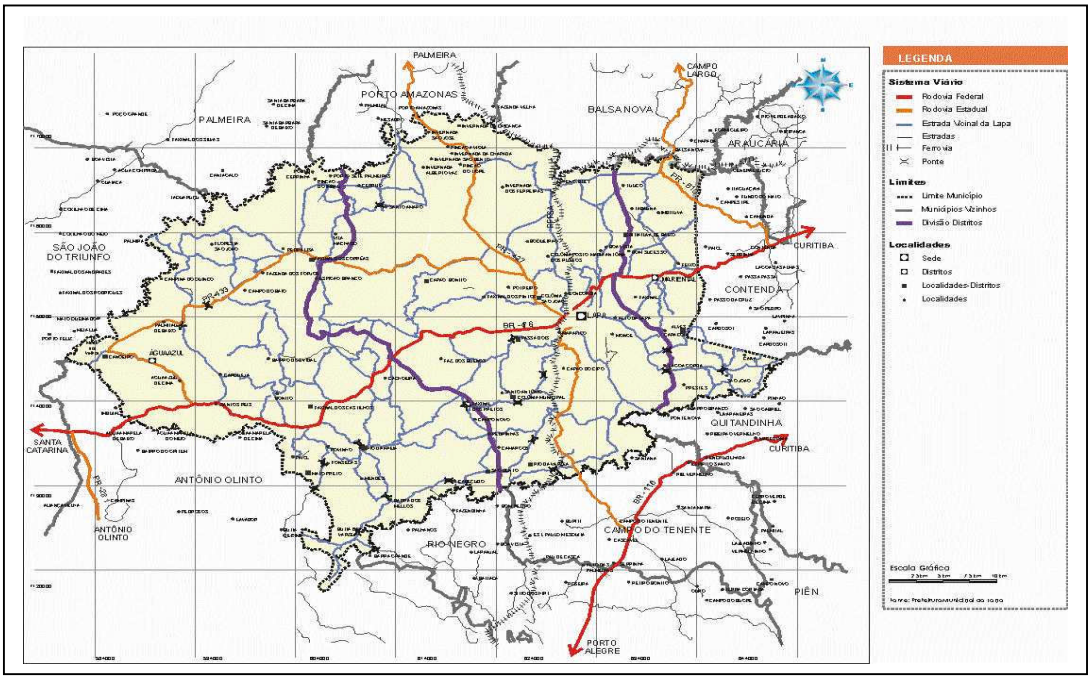
Caminhão: 1023

Motocicleta: 1.993

Outros: 2089

Total: 12.359

Mapa da Lapa – localidades rurais



O município da Lapa, nos últimos anos, não tem verificado um aumento considerável da população, mas sim, a migração da zona rural para a zona urbana, o que vem ocasionado o aumento populacional das áreas periféricas da cidade, onde se concentram os maiores índices de desemprego e baixa renda; daí verificar-se um

aumento considerável de alunos nas escolas dos bairros, notadamente na Cohapar e Bairro São Lucas.

Considerando a extensão territorial do município da Lapa, há de se ressaltar a importância do transporte escolar, para que se efetive a democratização do ensino. O transporte escolar, composto por veículos da frota própria e terceirizada, percorre 5022 quilômetros diários .

A Rede Municipal de Ensino da Lapa é responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão com práticas bem direcionadas que resultam em escolas que atuam frente às desigualdades sócio - econômicas, não mais como espaços de ensino, e sim de aprendizagens. Conta com competências pedagógicas, com uma equipe capacitada a construir uma educação de excelência no município.

A Prefeitura Municipal da Lapa, por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tem feito significativos investimentos na Educação, no que se refere a equipamentos e qualificação dos profissionais da educação, buscando atender as necessidades educacionais do município.

Buscando a excelência da educação da Lapa, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer propõe como meta os seguintes programas:

I - Qualidade de Educação.

II - Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.

III - Atendimento à comunidade.

IV- Expansão do Atendimento da Educação.

V - Tecnologia a serviço da educação.

O Plano Municipal de Educação da Lapa foi elaborado na concepção de ensino pautado no senso de responsabilidade pública e por princípios que privilegiam a participação, a cultura, o esporte e lazer, a diversidade, a inclusão e a gestão democrática.

1.3 FILOSOFIA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – LAPA

A filosofia da Rede Municipal de Ensino, da Lapa caracteriza-se pela intenção de ampliar a compreensão da realidade, favorecendo a construção do conhecimento.

Estribados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB- 9394/96, na Constituição Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, entende-se o educando como um ser social, cultural e psicológico, situado num contexto histórico, social, político e geograficamente em pleno processo de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades sócio-afetiva, físicas e cognitivas.Numa abordagem sócio-interacionista a prática pedagógica segue os princípios de:

- **Interação – a aprendizagem resulta de interações sociais, ações inter-mentais entre o aprendiz e outros sujeitos (mais experientes) com os conhecimentos e as significações da cultura.**
- **Mediação – toda a aprendizagem é mediada pelo outro e pela linguagem - signos e significados.**
- **Significação – o ensino centralizado na linguagem, no diálogo, na construção compartilhada e singularizada de significados. Nessa perspectiva a escola promove situações de interação do aluno com o professor e com o conhecimento em ações significativas histórico-culturais.**

Numa abordagem sócio-interacionista cita-se como principais representantes Vygotski, Luria e Leontiev que vêem o conhecimento em espiral enquanto a aprendizagem sócio-histórica, construída em processo dialético através de situações problemas, de atividades complexas e relacionais.

Vygotski leva em consideração toda bagagem do aluno, o que já sabe e o que é capaz de fazer (zona de desenvolvimento real) possibilitando, a partir daí,

que a aprendizagem favoreça a zona de desenvolvimento proximal. É por meio do convívio com o outro que o homem se constitui.

Luria dedicou seus estudos aos processos mentais, sobre o pensamento, sentimento e ações. Interessou-se pelo estudo da cultura nos processos mentais- "mediação cultural".

Leontiev enfatiza que a partir do desenvolvimento de suas atividades concretas da vida, a criança relaciona-se com o mundo e tem mudanças no psicológico e na personalidade. No decorrer do desenvolvimento da criança, as atividades se reorganizam. As necessidades internas e externas levam a criança a mudar de interesse, num processo dialético entre o velho e o novo, em termos de habilidades e capacidades.

Neste contexto cita-se contribuições de Wallon, nas quais o individuo é formado por uma relação com o meio, sua hereditariedade, cognição e seu objetivo. A criança é um ser único e deve ser observada não apenas nas semelhanças, mas também nas diferenças.

Paulo Freire numa proposta sócio-interacionista, coloca que a aprendizagem se dá através da relação dos conteúdos pré -estabelecidos – o que o sujeito já conhece- com um novo conteúdo. Da mesma forma, aprender criticamente exige estabelecer relações cognitivas entre conteúdos aplicados sobre a realidade. As vivências escolares são repletas de valores como a solidariedade e ética, com respeito às pessoas e a natureza, permitindo-se a participação da comunidade nas decisões, tendo o trabalho educativo como um processo de humanização, construído mediante o diálogo.

A proposta pedagógica da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, visa o acesso da criança a um conjunto de saberes e formas culturais acumuladas historicamente, criando espaço de interações e constituição de redes de conhecimento.

Educar é desenvolver no ser humano quatro competências básicas:

- **Competência Cognitiva (aprender a conhecer) - ao contrário de outrora não importa hoje a quantidade de saberes codificados, mas o desenvolvimento do desejo e das capacidades de aprender a aprender.**
- **Competência Produtiva (aprender a fazer) – conhecer e aprender são medidas indissociáveis. Tornar os educandos aptos a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe.**
- **Competência Relatorial (aprender a viver juntos) – desenvolver a compreensão do outro e a percepção das inter-dependências, no sentido de realizar projetos comuns e preparar-se para mediar conflitos.**
- Competência Pessoal (aprender a ser) – contribuição para o desenvolvimento total da pessoa, isto é, espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, responsabilidade, espiritualidade. A educação tem papel essencial que é de conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento de imaginação.

1.4 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Os vocábulos administração e gestão diferem-se na amplitude e concepção de seus conceitos. Gestão provém do verbo latino gere, gessi, gestum, gerene e significa levar sobre si, exercer, gerar, gestar. Gestão tem sua raiz etimológica em ger que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer. A gestão é por analogia gestar.

A gestão exige um ou mais interlecutores, com os quais se dialoga pela arte de interrogar e a paciência em buscar respostas que possam modificar a realidade. Portanto, a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e a solução dos conflitos.

A gestão democrática é uma realidade posta que está sendo historicamente construída, onde se coloca a educação para a cidadania como sendo o único modo de fazer do homem comum um verdadeiro cidadão.

Neste cenário e sob luz dos conceitos postos, nasce o Plano Municipal de Educação, num processo de geração, gestação de idéias, construída no dialogo com os diversos atores, das mais diversas áreas em que a educação se apresenta como ferramenta de transformação social.

1.4.1 A Gestão Democrática e a Legislação Vigente

A Constituição Federal em seu Art. 37 coloca-nos princípios que devem reger a administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Estes princípios, se efetivados, colocam o diálogo e a transferência no serviço público como sustentáculos da gestão democrática.

A Lei 9394/96 lei de diretrizes e Bases da Educação, em seu Art. 3º VIII e no Art. 14 diz que:

"Os Sistemas de Ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público de acordo com as peculiaridades e os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola.

II – participação da comunidade escolar e local em Conselhos escolares equivalentes.

Temos portanto, preceitos legais que sustentam a ação democrática na escola, incentivando e exigindo a participação de todos no processo de decisão, fazendo da ação educativa uma reflexão coletiva, tendo por objeto a formação integral do cidadão.

A ação democrática não acontece em momento pré-determinado, ela é construída paulatinamente na medida em que os agentes atuantes transformam objetivos em ações.

A Constituição Federal em seu Art. 214 estabelece a elaboração do Plano Nacional de Educação pautada em objetivos claramente definidos:

I – erradicar o analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria na qualidade do ensino;

IV – promoção humanística cientifica e tecnológica;

Em consonância com a Constituição Federal, em 1996, aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano Nacional de Educação, assim como o Plano Estadual de Educação e o Plano Municipal de Educação, passaram a ser exigências legais e estruturais para o desenvolvimento global, pois não se concebe desenvolvimento sem planejamento de ações. O Plano Municipal de Educação torna-se a linha diretriz da educação do município, em consonância com o planejamento Nacional e Estadual.

1.5 PROGRAMAS PARA A EDUCAÇÃO DA LAPA

A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do município da Lapa, consciente da necessidade de superar os problemas que envolvem o contexto educacional lapiano, na busca da excelência da educação, estabeleceu como metas de governo quatro programas.

Cada um dos programas prevê ações e projetos interligados, que vêm sendo discutidos em fóruns, conferências e eventos educacionais, no sentido de que as discussões e metas não se esgotem em cada gestão, mas aconteçam no decorrer das

administrações, para continuidade de um trabalho sério e comprometido com a educação e ao desafio da implantação do Ensino Fundamental de nove anos.

A melhoria da qualidade da educação deverá passar necessariamente pela garantia de práticas pedagógicas inclusivas em todas as unidades escolares, pela valorização dos profissionais da educação, pela oferta de formação continuada, pela constante reflexão de políticas públicas de educação e pela gestão democrática em todas as instâncias que participam direta ou indiretamente do processo educacional.

1.5.1 Programa Qualidade de Educação

A Rede Municipal de Educação da Lapa tem alcançado avanços significativos nos últimos anos, principalmente na implementação de ações e políticas públicas na busca da qualidade de ensino. Há de se ressaltar a preocupação da equipe de ensino em relação ao material de estudo do aluno, primando pela qualidade e adequação à clientela assistida, para a qual produziu material para pré-escola e Ciclo de Alfabetização. Não se pode dissociar qualidade de ensino de condições físicas de atendimento aos educandos e neste sentido, a Rede Municipal está provendo o município de novas salas de aula, ampliações, reformas e equipamentos pedagógicos e tecnológicos.

O conceito de qualidade de educação se apresenta na concepção do desenvolvimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de cada momento histórico. No momento histórico que atualmente vivenciamos, a qualidade está vinculada a um caráter valorativo que se espera de uma pessoa ou coisa, instituição ou situação. Na educação, é o compromisso com os valores educativos que fazem parte da formação e do desenvolvimento integral de criança e da sociedade.

A qualidade da educação se constrói cotidianamente, é um processo alcançado quando todos os envolvidos com a educação desenvolvem sua prática pedagógica e disponibilizam o conhecimento sistematizado aos professores e alunos das diferentes

comunidades, para sua inserção cidadã, social e produtiva, permitindo o exercício consciente das decisões e ações dos homens na sociedade.

O município da Lapa, na conquista da qualidade de vida de educação vem incentivando os professores, por meio de subsídios e política de progressão de cargos e salários, a buscarem capacitação por meio de cursos em nível superior, no entendimento de que este nível de ensino proporciona aos docentes competência técnica e compromisso político.

Uma educação de qualidade, que tem no estudante o centro de processo de ensino-aprendizagem, traduz-se em ação pedagógica capaz de desenvolver nele a criticidade e a iniciativa para agir, saber mudar; em efetivo ensino que estimula e prioriza a construção de competências necessárias para toda a vida e o uso de diferentes ferramentas ligadas ao conhecimento, à interação efetiva com outras pessoas e ao desenvolvimento da autonomia (OECD – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2005).

No Brasil, nas últimas décadas, tem-se ampliado a conscientização sobre a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico da Nação, bem como sobre a responsabilidade da escola pública em garantir educação básica como direito fundamental a todos os cidadãos. Com esta preocupação, o município da Lapa implantou em 2008 o Ensino Fundamental de nove anos, no entendimento de que a ampliação dos anos de estudo e o grau de escolaridade de uma população revelam a qualidade de vida de uma cidade.

1.5.2 Acesso, Permanência e Sucesso do Aluno na Escola

É preocupação da Rede Municipal de Ensino da Lapa a universalização do ensino e assegurar aos estudantes o acesso, a permanência e o sucesso na escola. Nesse sentido, é preciso prever políticas educacionais de oferta para a Educação

Infantil e o Ensino Fundamental, bem como contemplar o atendimento ao aluno da Educação de Jovens e Adultos e aos portadores de necessidades educativas especiais.

O grande desafio da Rede Municipal de Ensino é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais dos educandos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que se constitui em patrimônio universal. Há de se valorizar o aluno residente na zona rural, dada a importância da agricultura no município da Lapa e a escola, nesse sentido, deve tornar-se um lugar de encontro da comunidade como referência da valorização da cultura local.

A oferta de ensino fundamental no município da Lapa atinge 100% da população em idade escolar. É um dado importante, mas a garantia de acesso não é suficiente, faz-se necessário também garantir um bom rendimento escolar. A escola, por meio da relação que os professores estabelecem com o conhecimento e com seus alunos, nas múltiplas situações de aprendizagem, deve criar condições para que os alunos vençam obstáculos e descubram a paixão pelo conhecimento, pelo aprender.

Apesar das inúmeras dificuldades que ainda persistem no atendimento aos alunos e que resultam em reprovação, desistência e exclusão, é importante destacar que a sociedade reconhece a contribuição da escola no processo de formação para a cidadania e para muitas famílias, o processo de escolarização dos seus filhos constitui-se ainda numa conquista a ser atingida.

1.5.3 Atendimento à Comunidade

O programa de atendimento à comunidade objetiva a implementação de ações que privilegiem a gestão democrática, valorizando as escolas municipais como espaços de promoção de conhecimento e desenvolvimento da comunidade escolar e local. As relações que se estabelecem entre a escola e comunidade, possibilitam a participação efetiva da comunidade escolar (pais, estudantes, equipe pedagógico-administrativa, professores e funcionários) e da comunidade local, por se constituírem em aprendizado

socioeducativo cotidianos, estruturados em atividades de esporte e lazer, saúde, cidadania, cultura, que as relações entre a escola e a comunidade possibilitam.

1.5.4 Expansão do Atendimento da Educação

A escola é por excelência a instituição social que sistematicamente transmite o conhecimento histórico e culturalmente construído. A fim de se garantir a qualidade da educação, a aprendizagem de conteúdos e a construção de conceitos que promovam a inserção de cidadãos responsáveis na sociedade e no mundo de trabalho, o município da Lapa, por meio da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer pretende equipar as escolas de estrutura adequada às suas especificidades.

Com vistas a atender às necessidades da população lapiana, a Rede Municipal de Ensino tem por objetivo promover a expansão da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Especial, das Bibliotecas escolares, salas multiuso e canchas esportivas em todas as escolas.

No que se refere à Educação Infantil, a Rede Municipal de Ensino objetiva construir e equipar ainda em 2008 mais dois Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, no Ensino Fundamental, em que a demanda já se encontra quase que na totalidade atendida, a ampliação da rede física ocorre principalmente nas regiões de expansão demográfica em decorrência da ampliação do Ensino Fundamental de nove anos.

1.5.5 Tecnologia a Serviço da Educação

Ao longo da história humana, o homem desenvolveu tecnologia para poder vencer as adversidades que a natureza lhe impunha. A roda, o desenvolvimento da agricultura e mais adiante da escrita são considerados marcos tecnológicos importantes na história humana.

A Rede de Ensino Municipal da Lapa vem trabalhando no sentido de possibilitar aos alunos das escolas de zona urbana e rural o acesso às tecnologias de informação e comunicação, favorecendo a inserção da comunidade na sociedade do conhecimento. Cada escola rural do município terá no mínimo um computador ligado à Internet para ser utilizado pelo aluno, será a informática a serviço da educação. As escolas maiores, com demanda mais significativa de alunos terão um laboratório de informática que possibilitará aos educandos, além do domínio desta ferramenta, condições de ampliação de conhecimentos, com acesso a sites educativos.

A Secretaria Municipal de Educação implantará o “Portal Educacional da Lapa”, com a finalidade de veicular conteúdos das áreas do conhecimento. Será criado um site de acesso e em links próprios, cada unidade educativa ou setor da Rede Municipal de Educação terá a oportunidade de criar sua página na Internet, publicando fotos, notícias e eventos, bem como trabalhos de professores e alunos, além de oportunizar o trabalho com novas formas de registro, linguagens e ferramentas, bem como oferecer suporte pedagógico aos professores, ampliando as possibilidades de trabalho, a partir de recursos tecnológicos.

Em 2007, as treze escolas municipais com direção e os cinco Centros Municipais de Educação Infantil foram equipados com Internet e ocorreu instalação de laboratórios de informática em seis escolas e no CAE - Centro de Atendimento Especializado.

1.6 FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLOGICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir o próprio homem, nem é possível pensar na escola sem refletir quem é o aluno a nós encarregado.

A educação só é possível ao homem, explica Freire (1985) porque o homem não está pronto, acabado e porque o homem está na busca permanente de si mesmo e aceita como base inacabada que está sempre se educando. Mas essa educação não

deve ser um processo de adaptação do indivíduo ao mundo. O homem deve sim, transformá-lo.

A educação quando pretende adaptar o homem, está matando sua possibilidade de criação. A educação deve estimular as aptidões e afirmar o homem como homem. Por isso deve dar oportunidade para que ele seja ele mesmo. O ser humano que imita outros, não é ele mesmo.

O homem distingue-se dos animais, na afirmação de Marx, não pelo fato de pensar, mas pelo de produzir seus meios de vida, por produzir indiretamente sua própria vida material. Ao produzir sua existência, explica Klein (2000) a vida humana vai sendo produzida diariamente na sociedade e ao modificá-la vai transformando essa realidade natural em realidade social. E nessa perspectiva reafirma Klein (2000) a capacidade humana não é inata, nem espontânea, é produzida pelo homem em sociedade e individualmente aprendida e conquistada. Assim o que caracteriza o homem é sua condição social e não natural.

Também o homem sente que está no mundo e isso o torna capaz de relacionar-se não apenas consigo e com os mais próximos, mas com todos desse mesmo mundo, numa consciência planetária.

Nessa relação o homem-mundo ficou repleto de cultura, viveu seu tempo, teve consciência desse tempo e tornou-se histórico, porque representa a sua história de indivíduo em si e porque faz parte da história vivida pela comunidade em contínua transformação. Devemos saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos, nos diz Freire (1985).

Com a civilização democrática e industrial os índices de analfabetismo tornaram-se maiores e a necessidade de escola tornou-se indispensável aos modos de vida e trabalho, numa concepção de que é preciso conquistar de qualquer jeito melhores índices de alfabetização para que a sociedade se torne civilizada. Verifica-se assim que

a sociedade desempenha um papel de mediação entre o homem no processo de criação e de transmissão da cultura.

A educação, em sentido amplo como vimos até agora, diz respeito à existência humana em todas as suas fases e em todos os seus aspectos. Sendo, pois, um fenômeno próprio dos seres humanos, a compreensão de que sua natureza exige a compreensão do ser humano em todas as fases de seu desenvolvimento e a compreensão da escola como instituição que distribui o saber e o conhecimento. Conhecer claramente as finalidades da escola, as atividades docentes e experiências de ensino preparam os alunos para serem cidadãos críticos e ativos membros solidários e democráticos.

Assim, as escolas devem realizar a sua especificidade – garantir ensino/aprendizagem de qualidade para todos apesar dos percalços dos alunos que não conseguem escapar dos inúmeros fatores causadores do fracasso escolar, a qualidade de ensino é busca incessante de ser alcançada pelas escolas.

A escola precisa superar as lacunas da formação inicial do professor, por intermédio da formação continuada que vai articular uma cultura de estudo, pesquisa e reflexão crítica sobre a própria prática pedagógica, sobre o processo educacional, técnicas, métodos, metodologias e práticas avaliativas, a fim de reverter os aspectos frágeis da organização e reorientar processos comprometidos com a aprendizagem da totalidade dos alunos.

Cabe ao educador construir sua identidade profissional com clareza política de suas implicações, pois o exercício da cidadania está carregado de responsabilidades sociais, o que torna necessário a coerência entre os marcos teóricos e prática educativa, pois a luta pela escola pública de qualidade requer um professor compromissado com a transformação da realidade social mais ampla, responsável pela formação política, científica, teórica do aluno, a fim de ajudá-lo a construir-se como sujeito social.

A democratização da escola pública e a socialização de saber elaborado articulam uma concepção de avaliação de processo ensino-aprendizagem, a qual pressupõe o direito do aluno à recuperação em processo imediato dos conteúdos que não conseguiu aprimorar-se, bem como, a compreensão de que o processo ensino-aprendizagem é um trabalho árduo, que exige compromisso, dedicação, e esforço intelectual do professor e do aluno.

Nessa ótica, a avaliação não pode ser vista como uma prática separada do processo de ensino-aprendizagem. As práticas avaliativas devem estar em consonância com os conteúdos, procedimentos metodológicos, instrumentos e critérios de avaliação, interligados para utilizar o processo de aprendizagem dos alunos e suas dificuldades. Assim a avaliação deve ser considerada como um reflexo da própria prática pedagógica e do processo.

O processo de participação de muitas vozes na formação do cidadão leva a um currículo com experiência através das quais a escola estimula o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito histórico-social, identificado com o seu grupo, e , cuja individualidade se constrói na relação com o outro, ela – a escola porque é o local privilegiado de socialização do saber elaborado, viabilizando o processo de conhecimento científico, de forma crítica. Assim, o currículo não é um conceito abstrato que tem algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana, mas um modo de organizar uma série de práticas educativas, ou seja, uma construção cultural.

Em relação à estrutura curricular, propõe-se a valorização das experiências extra-escolares dos alunos com uma metodologia de ensino que articula a apropriação do conhecimento às condições sociais de sua produção, explicitando dessa forma, a contradição entre a produção do conhecimento que é social e a sua, que é a apropriação do saber sistematizado e que deve ser realizada de forma crítica, enquanto uma das dimensões da cidadania. Essa concepção de currículo não depende apenas

de sua clareza teórica, segundo Sacristan (1998), mas da mudança por parte de professores, dos recursos materiais e número de alunos como exigência fundamentais.

A LDB 9394/096 no artigo 32 remete-nos à formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos além do pleno domínio de leitura, escrita e cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, de tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam a sociedade, no fortalecimento dos currículos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância, situados na horizonte da igualdade.

Nesse sentido, o aluno precisa de uma formação que desenvolva suas múltiplas dimensões como ser humano, com necessidades materiais, culturais, objetivas e lúdicas. Isso requer uma formação preocupada, além da competência científica com a transformação para o bem comum e as possibilidades globais do mundo e planetárias. Ajudados, sim pela sensibilidade estética, criativa, diversidade de manifestações artísticas, culturais para que ele, o aluno, se desenvolva como homem que ao contrario de passivo e submisso seja um ser ativo e questionador das injustiças, sujeito de transformação social pelo papel que vai desempenhar no mundo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Esta proposta curricular deverá assegurar o compromisso da Rede Municipal de Ensino como uma escola pública gratuita, laica, universal, fundamentada nos princípios éticos de igualdade, solidariedade, justiça social e equidade, na medida em que garanta o acesso, a permanência e a qualidade de aprendizagem para todos os alunos, através de uma medição pedagógica que se fundamente na apropriação do conhecimento, que vá se produzindo diariamente na sociedade e, ao modificá-lo vá transformando a sociedade.

1.7 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

Entende-se por Diretrizes Curriculares as normas obrigatórias que orientarão o planejamento curricular dos sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Municipal de Educação. Este documento traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública.

A lei nº 9.131/95 e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, em caráter propositivo ao Mec e deliberativo ao Conselho Municipal de Educação, delegam a responsabilidade de trazer as diretrizes curriculares para um plano mais próximo da ação pedagógica, para maior garantia à formação da educação nacional comum.

Assim os conteúdos mínimos para Educação Infantil e Ensino Fundamental definem-se como:

1.7.1 Eixos da Educação Infantil

Constituem-se eixos da Educação Infantil o trabalho com o movimento, a música, a linguagem oral e escrita, a natureza e sociedade e a matemática.

O movimento humano é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo.

Dentro do conteúdo movimento sugere-se trabalhar:

- A criança e o movimento;
- Expressividade;
- Equilíbrio e coordenação.

A música é uma das formas importantes da expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente.

Dentro do conteúdo de música sugere-se trabalhar:

- A criança e a música;

- O fazer musical;
- Apreciação musical

O trabalho com a linguagem oral e escrita se constitui um dos eixos básicos na Educação Infantil dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

A Educação Infantil, ao promover experiências significativas de aprendizagem da língua, por meio de um trabalho com a linguagem oral e escrita, se constitui em um dos espaços de ampliação das capacidades de comunicação e expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças. Essa ampliação está relacionada ao desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências lingüísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

Dentro do conteúdo de linguagem oral e escrita sugere-se trabalhar:

- A criança e a linguagem;
- Falar e escutar;
- Desenvolvimento da linguagem oral;
- Desenvolvimento da linguagem escrita;
- Práticas de leitura;
- Práticas de escrita.

O eixo de trabalho denominado Natureza e Sociedade reúne temas pertinentes ao mundo social e natural. A intenção é que o trabalho ocorra de forma integrada, ao mesmo tempo em que são respeitadas as especificidades das fontes, abordagens e enfoques advindos dos diferentes campos das Ciências Humanas e Naturais.

Dentro do conteúdo de Natureza e Sociedade sugere-se trabalhar:

- Presença dos conhecimentos da Natureza e Sociedade na Educação Infantil;

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar,
- Os lugares e paisagens;
- Os seres vivos;
- Os fenômenos da natureza;

O trabalho com noções matemáticas na Educação Infantil atende, por um lado, às necessidades das próprias crianças de construírem conhecimentos que incidam nos mais variados domínios do pensamento; por outro, corresponde a uma necessidade social de instrumentalizá-las melhor para viver, participar e compreender um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

Dentro do conteúdo de Matemática sugere-se trabalhar:

- Repetição, memorização e associação.
- Do concreto ao abstrato;
- Atividades pré-numéricas;
- Jogos e aprendizagem de noções matemáticas.

1.7.2 Os eixos do Ensino Fundamental

1.7.2.1 Língua portuguesa

Os conteúdos de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental são assim organizados, contendo os seguintes eixos de estudo:

- Língua oral e escrita;
- Análise e reflexão sobre a língua.

No sentido do uso-reflexão-uso os conteúdos dividem-se em : oralidade/leitura e escrita

A maior parte da comunicação em nossa sociedade se dá pela oralidade, logo, ao ingressar na escola, o estudante traz uma bagagem oral própria que em momento

algum deve ser ignorada pela escola, mas sim, orientado para atingir uma modalidade oral padrão.

Assim, no trabalho com a oralidade, propõe-se a reflexão sobre a variedade linguistica em situações reais de sala de aula por meio de relatórios orais, hora da conversa, cantinho da novidade, entrevistas, dramatização, apresentações.

É por meio da leitura que se constrói as diferentes visões de mundo e de caminhos lingüísticos para expressão de idéias, propósitos, sentimentos e fazeres. Quanto mais se lê, mas se desenvolve a capacidade interpretativa.

Assim sugere-se:

- Leitura de textos verbais e não verbais;
- Leituras de diferentes tipologias textuais;
- Identificação das idéias explícitas e seqüência das idéias;
- Leitura apresentada, oral, individual, silenciosa, coletiva e jogralizada.

Cabe lembrar que a escolha não pode restringir-se apenas em trabalhar a leitura acadêmica, mas também à leitura literária que é imprescindível para a formação do leitor, pois auxilia no reconhecimento e desenvolvimento de diferentes percepções sobre o mundo real.

A escrita é uma representação da linguagem oral, sendo assim necessário e essencial o trabalho para que a criança perceba que há convencionalidade nos símbolos e que a organização do sistema gráfico possui uma lógica para ser entendido.

Os encaminhamentos para ensinar a escrita devem ser carregados de significado, levando à identificação das relações fonema-grafema.

Assim os conteúdos dividem-se:

- Produção de textos;
- Análise das características formais dos gêneros trabalhadores e dos recursos lingüístico;
- A reescrita.

O uso de diferentes tipologias textuais proporciona a compreensão da habilidade de escrever, no entanto, faz-se necessário também o ensinamento dos padrões silábicos, permitindo ao aprendiz compreender a estruturação da frase, palavra, sílaba e compreensão das letras e seus sons.

Na análise lingüística devem ser completados todos os níveis de ensino da linguagem sistematizando a utilização dos elementos lingüísticos componentes do texto.

- Uso de elementos coesivos;
- Sinais de pontuação, acentuação;
- Concordância verbal e nominal;
- Uso adequado de letra maiúscula e minúscula;
- Relação oralidade/escrita;
- Paragrafação;
- Ortografia;
- Noções de números (plural, singular);
- Noções de gêneros (masculino, feminino);
- Categorias clássicas (verbo, substantivo, adjetivo).

É preciso que todo esse trabalho considerem situações e interlocutor, além de possuírem significado, porque somente assim a organização da linguagem verbal fará sentido para o aprendiz.

A reescrita de textos permite ao aprendiz ampliar o conhecimento sistemático da escrita. Assim a melhor maneira possível de trabalhar a legibilidade, concordância verbal e nominal, coesão e coerência é por meio da reescrita individual e coletiva.

1.7.2.2 Educação física

A Educação Física busca propriciar aos aprendizes o acesso a um conhecimento organizado a respeito da cultura corporal, permitindo o desenvolvimento pessoal, a

participação na sociedade, bem como a vivência de valores e de princípios éticos e democráticos.

Os eixos para o trabalho com Educação Física são:

Ginástica: como forma de exercitação possibilitando a vivência de atividades que provoquem ricas experiências corporais;

Dança: manifestação cultural que busca a expressão corporal mediante a presença de estímulos sonoros, envolvendo movimento e ritmos diversificados;

Jogo: manifestação corporal que implica a existência de regras e objetivos, podendo estes serem alterados conforme necessidade e realidade;

Luta: forma de manifestação corporal em que, através de estratégias de desequilíbrio, imobilização ou exclusão de determinado espaço, se busca o desenvolvimento de ações de ataque e defesa.

1.7.2.3 Ensino religioso

O Ensino Religioso, como área do conhecimento e compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como a visão global de mundo e de pessoas, promovendo assim, o respeito às diferenças no convívio social.

Propõe-se que os conteúdos do Ensino Religioso sejam organizados a partir da manifestação do sagrado; este eixo integra:

- Alteridade: estado ou qualidade daquilo que é “outro” ou diferente;
- Ethos: é a forma interior da pessoa humana em que se realiza o próprio sentido de ser;
- Tradições religiosas, místicas e filosóficas que abordam as diferentes tradições, analisando seu papel, origem histórica, mudanças evolutivas no decorrer dos tempos;
- Textos sagrados que transmitem de forma oral, escrita e pictória ensinamentos de uma religião;

- Símbolos religiosos que são idéias que comunicam o sagrado, além da espiritualidade, ritos, rituais, espaços sagrados, crenças

1.7.2.4 Geografia

No estudo da Geografia, o educando é convidado a refletir sobre questões sociais e ecológicas dentro da escola, para compreender os problemas do mundo.

Essa ciência permite a integração de todos os campos do saber, mobilizando a curiosidade e o conhecimento que os aprendizes já têm sobre o assunto.

O ensino de Geografia pode levar os alunos a compreenderem de forma mais ampla a realidade, possibilitando que nela interfiram de maneira consciente e positiva.

Os eixos de trabalho em Geografia são:

- Sociedade;
- Espaço;
- Natureza.

> A divisão da Geografia em eixos se faz necessária como um recurso didático, para distinguir os elementos sociais ou naturais, no entanto é artificial, visto que o objetivo da Geografia é compreender as relações entre sociedade e natureza, e como ocorre a apropriação desta com aquela.

Na busca das relações dos eixos, a escola deve buscar trabalhar com diferentes noções especiais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, as heranças das sucessivas relações no tempo entre sociedade e natureza.

Assim a todo instante o educando deve ser orientado a produzir, existir e perceber os diferentes espaços geográficos, considerando que o espaço geográfico é historicamente produzido pelo homem enquanto organiza econômica e socialmente sua sociedade.

Este estudo da totalidade, ou seja, a paisagem como síntese de múltiplos espaços topológico deve considerar o espaço topológico o espaço vivido e o percebido;

buscando compreender que sociedade e natureza constituem a base material e física sobre a qual o espaço geográfico é construído.

1.7.2.5 Matemática

Desde o inicio da humanidade, o homem sempre esteve envolvido com a Matemática. Por meio da historia, percebemos que o conhecimento matemático nasceu da necessidade que o ser humano teve de controlar seus pertences, comparando grandezas, medir e ocupar melhor o espaço em que vivia, construindo e ampliando suas relações sociais.

Assim, o ensino da Matemática não deve estar fora do contexto histórico, social e cientifico, mas relacionado e percebido pelo aluno em situações do cotidiano, que são ampliadas, registradas, abstraídas e trabalhadas, proporcionando o significado dos símbolos, registros, procedimentos, idéias e raciocínios.

O conhecimento matemático no Ensino Fundamental busca, gradativamente, a inserção do aluno no universo da linguagem e dos raciocínios matemáticos.

Os conteúdos de Matemática são distribuídos em eixos:

- Números e operações em que o aluno perceberá a existência de diversos tipos de números, os seus significados e aplicações em diferentes situações e contextos, assim como irá operar com esses números.
- Espaços e formas que compreendem o estudo do espaço geométrico e das formas, realiza-se por meio da percepção das formas geométricas básicas e de suas características, desenvolvendo a compreensão, descrição e representação, de forma organizada, o mundo em que vive.
- Grandezas e medidas no qual o trabalho com grandezas e medidas procura mostrar ao aluno, a utilidade do conhecimento matemático no cotidiano.

- Tratamento da informação que fortalece ao aluno a interpretação,a leitura e a análise das informações matemáticas apresentadas em jornais, revistas, fôlderes, panfletos, televisão.

1.7.2.6 História

A História no Ensino Fundamental priveligia a compreensão dos processos das formações sociais e dos sujeitos históricos, superando um ensino de História que enfoca apenas as ações dos personagens históricos.

Assim, torna-se como objeto do ensino de História as formações sociais, bem como as relações sociais que nelas se estabelecem.

Entende-se por formações sociais as sociedades que se constroem historicamente, num processo dinâmico e contraditório, entendidas nas diferentes coletividades, percebendo as diferenças e semelhanças, conflitos e contradições, igualdades e desigualdade.

Os eixos estruturantes do ensino de História:

- Trabalho
- Cultura
- Sociedade

O trabalho é abordado como toda atividade humana intencional que prevê planejamento, é transformador e pressupõe mudanças, sendo fruto de experiências socialmente acumuladas.

O poder remete a idéia de Estado, por meio de suas instituições e a outros poderes que assumem significado na sociedade atual.

A cultura é entendida como a forma pela qual as pessoas podem expressar-se de maneira significativa, expondo seu modo de pensar, sentir, criticar em determinado momento ou situação, por meio das artes, filosofia e ciência de maneira geral.

No eixo sociedade, aborda-se a relação entre os grupos de que o alunos faz parte, sua origem étnica, seus familiares, antepassados e o espaço onde vive como elementos significativos.

1.7.2.7 Arte

A arte integra o currículo escolar comprometida com a formação integral do individuo e principalmente, com a cultura.

Busca a formação de um individuo culto e critico que sabe compreender as informações recebidas do meio e transformá-las em proveito próprio, analisando a melhor forma de utilizá-la.

O ensino de arte no Ensino Fundamental promove o fazer artístico dos alunos como fato cultural histórico e humanizados, no qual as características da arte podem ser percebidas nos pontos de integração entre fazer artístico dos alunos e fazer dos artistas de todos os tempos.

Os eixos de trabalho são:

- Artes visuais visando proporcionar aos alunos o conhecimento e utilização de elementos da linguagem visual integrando técnicas, procedimentos e informações históricas em trabalhos individuais e em grupo.
- Música que trabalha a percepção e utilização de elementos caracterizadores do som e propriedades da música promovendo a apreciação do cantar, comentar e discutir.

Teatro e dança, a fim de desenvolver o movimento e a expressão, favorecendo o conhecimento do próprio corpo e representações da realidade.

1.7.2.8 Ciência

Visando a aprendizagem significativa, o ensino de Ciência tem como ponto de partida os conhecimentos científicos e as experiências dos educandos, respeitando o

desenvolvimento cognitivo e identidade social e cultural ampliando, assim a percepção para entenderem o mundo.

A ciência está rodeada de aspectos sociais, políticos e econômicos que determinam a sua evolução por meio das descobertas cientificas, por isso, alguns aspectos que existiam há alguns anos hoje estão modificados.

Os eixos temáticos são:

- Terra e universo que irá abordar conceitos de astronomia, organização do Universo, sistema solar, movimento da Terra, influência do clima.
- Vida e ambiente que trate de conceitos básicos de ecologia, diversidade biológica, características especificas dos seres vivos, fontes e transformação de energia, fotossíntese e respiração, teia alimentar e demais dinâmicas ambientais.
- Ser Humano e saúde, eixo que tem como foco principal a concepção do ser humano como um ser vivo e social.
- Sociedade e tecnologia que enfoca o processo de desenvolvimento cientifico e das tecnologias que têm transformado os recursos materiais energéticos e sua vida em sociedade.

2. EDUCAÇÃO BÁSICA

2. 1 ENSINO FUNDAMENTAL

> “Nada lhe posso dar que não exista em você mesmo. Não posso abrir-lhe outro mundo de imagens (...). Nada lhe posso dar a não ser a oportunidade, o impulso, a chave (...), ajudarei a tornar visível o seu próprio mundo, e isso é tudo. (HERMAN HESSE).

A LDB em seu artigo 5° afirma que “o Ensino Fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária,

organização sindical, entidade de classe ou outra legalidade constituida, e, ainda o Ministerio Público, acionar o poder público para exigi-lo".O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

A Rede Municipal de Ensino da Lapa-PR conta, atualmente (2008) com 34 escolas de Ensino Fundamental, sendo 10 na zona urbana, com direção, 08 na zona rural com direção e 16 Escolas do Campo uni, bi ou multisseriadas; 05 Centros Municipais de Educação Infantil, num total 4.794 alunos e também um CAE-Centro Atendimento Especializado que oferece Psicopedagogia, Fonoaudiologia e Psicologia e atendimento a crianças com necessidades educacionais especiais (DV – DA), Educação Especial e Inclusiva e Educação de Jovens e adultos (Eja)

Os alunos estão assim distribuídos:

CMEIS – 1045 alunos

Ensino Fundamental-1ª a 4ª série – zona urbana – 2.275 alunos

Ensino Fundamental-1ª a 4ª série – zona rural – 1064 alunos

Ensino Fundamental-1ª a 4ª série – Escolas do Campo – 371 alunos

Classe Especial (DM) – 39 alunos

Sala de recursos – 6 alunos

EJA - 57 alunos

CAE –atendimento especializado 219 alunos.

O município da Lapa-PR tendo em vista o disposto na LDBEN nº 9394/96, na Resolução nº 03/05 – CNE, Deliberação nº 03/06 – CEE, Deliberação nº 05/06 – CEE e Resolução nº 4169/06 – SEED deverá matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade.

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos é uma medida positiva que garante e assegura a todas as crianças, um tempo mais longo de convívio escolar e maiores oportunidades de aprender. Essa medida vem atender a uma necessidade real deste século, no qual as crianças cada vez mais novas desejam ser incluídas no

sistema educacional, principalmente as de setores populares, que serão mais beneficiadas, tendo em vista que as de classe média e alta, já se encontram incorporadas a esse sistema de ensino. No entanto não se trata de transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades, da tradicional primeira série, mas de conceber uma nova estrutura de organização dos conteúdos considerando-se o perfil dos alunos, os diferentes campos biológicos e culturais, a atenção a suas características etárias, sociais e psicológicas.

Para matrícula de ingresso no 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos de duração, o educando deverá ter seis anos completos ou a completar no decorrer do ano letivo.A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, por ser gradativa, apresentará a coexistência dos dois sistemas o Ensino Fundamental de 8 anos e o Ensino Fundamental de 9 anos. No caso do recebimento de matricula por transferência de aluno na 1ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e casos omissos realizar-se-á avaliação pedagógica e adaptação curricular.

A data base para a cessação gradativa da oferta do Ensino Fundamental de oito anos será no início do ano letivo de 2011.

O encaminhamento das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental de nove anos, na Lapa, compõem um ciclo com três anos e 4ª e 5ª séries. A proposta do Ensino de 9 anos vai conviver ainda com o Ensino Fundamental de 8 anos até que se extinga essa modalidade. Está organizado por áreas de conhecimento e séries, criando a possibilidade para que o professor possa alterar sua prática em sala de aula, redefinido criticamente os conteúdos e metodologias que contribuem para a formação integral do cidadão, em consonância com os princípios éticos da autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito à diversidade, os quais levarão o aluno a usufruir de seus direitos políticos e deveres perante a sociedade, exercendo sua criatividade, sempre com respeito à ordem democrática.

A organização do Ensino Fundamental em 9 anos e de Educação Infantil adotará a seguinte nomenclatura:

ETAPA DE ENSINO	FAIXA ETÁRIA PREVISTA	DURAÇÃO
EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE PRÉ-ESCOLA	ATÉ 5 ANOS DE IDADE ATÉ 3 ANOS DE IDADE 4 E 5 ANOS DE IDADE	
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS Rede Municipal e Particular ANOS FINAIS Rede Estadual e Particular	ATÉ 14 ANOS DE IDADE DE 6 A 10 ANOS - 1º CICLO 1º ANO (CONTINUUM) 2º ANO 3º ANO - 2º CICLO 4ª ANO 5ª ANO DE 11 A 14 ANOS	9 ANOS 5 ANOS 4 ANOS

O professor para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental deverá ter formação em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em instituições de ensino superior e admitir, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O tempo escolar como construção cultural, aliado aos tempos de vida, revela-se por meio das transformações corporais, dos desejos, dos comportamentos, das atitudes, das emoções, dos sentimentos e propiciam aos estudantes o desenvolvimento e a aprendizagem para a vida.

O desenvolvimento é o fenômeno de mudança das manifestações comportamentais dos seres humanos, que concorrem ao longo da vida e dependem da carga hereditária, do desenvolvimento biológico e do meio ambiente físico, sociocultural e emocional.

A aprendizagem deve ser considerada sempre como construção e reconstrução do novo, de conceitos, competência ao longo do desenvolvimento. É a aprendizagem que impulsiona o desenvolvimento, que novamente impulsiona uma nova aprendizagem. Entende-se a aprendizagem como um processo construído internamente, mediante reorganizações e conflitos cognitivos e resulta não apenas da estimulação do ambiente sobre o indivíduo, mas também do ensino e dos hábitos formadores da afetividade e da assimilação de princípios e valores.

Para que a aprendizagem provoque uma mudança de comportamento ampliando cada vez mais o potencial do indivíduo, é necessário que seja significativa, o que corresponde dizer que o aluno é capaz de reconhecer as situações e utilizá-las em um novo conhecimento ou uma nova habilidade.

A organização do tempo escolar deve possibilitar ao estudante o estabelecimento de relações essenciais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tais como: atenção, percepção, memória, pensamento, imaginação e capacidade de aprendizagem.

A criança possui algumas características que as distinguem de outras faixas etárias, tais como a imaginação, a curiosidade, o movimento e o desejo de aprender, aliados a sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

Cabe aos profissionais da educação desenvolver práticas educacionais dinâmicas e contextualizadas que propiciem ao aluno uma nova compreensão da

realidade em que está inserido e levando-o ao desenvolvimento de estratégias cognitivas e meta-cognitivas, construindo assim sua autonomia.

Esse processo é longo e requer práticas pedagógicas que levam o professor e equipe pedagógica a refletir sobre suas ações e suas formas de encontrar soluções para os problemas com quais suas vivências, experiências, saberes e valores sejam contemplados, organizando ou reorganizando a escola com vistas aos tempos de vida, aos modos, formas e dificuldades de aprendizagem, aos seus interesses e aspirações no espaço escolar.

A avaliação terá dimensão formadora, com o acompanhamento do processo contínuo de desenvolvimento do aluno e da apropriação do conhecimento, tornando-se suporte para a ação educativa.

A avaliação do 1º ciclo, com duração de três anos, num contíuum será feita no processo educativo e terá como registro um Parecer Descritivo. Somente será retido no 1º e 2º ano do 1º ciclo, o aluno com freqüência inferior a 75% e no 3º ano do 1º ciclo o aluno com freqüência inferior a 75% e que não tiver se apropriado dos conteúdos específicos do ciclo.

O aluno que não obtiver sucesso no ciclo de origem contará com apoio pedagógico adequado.

O registro dos resultados da avaliação será expresso em fichas cumulativas próprias, fichas de acompanhamento e na documentação oficial que compreende: o Histórico Escolar, Ficha Individual do Aluno com Parecer Parcial ou Conclusivo e Guia de Transferência, aprovados pela Coordenação de Documentação Educacional da SEED-PR.

No caso de transferência de alunos entre os sistemas de oito e nove anos de duração, a avaliação pedagógica seguirá critérios de adequação, idade/ano/série/grau de experiência e desenvolvimento do aluno, realizada na escola que o receber.

Os conteúdos serão organizados em forma de área ou disciplina, aguardando direcionamento do CNE - Conselho Nacional de Educação e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná em função de sermos subordinados ao Sistema Estadual de Educação.

Segue o resultado do IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica 2005 e a superação já em 2007 de metas previstas para 2011.

IDEBs observados em 2005-2007 e Metas para Rede Municipal - **LAPA**

Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas							
	2005	2007	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	4,1	**4,9**	4,3	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7	6,0	6,2
Anos Finais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Prova Brasil e Censo Escolar

Considera-se a superação das metas do Índice de Desenvolvimento de Educação Básico como o fruto de um trabalho conjunto, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Departamento de Educação, Diretoras de escolas, supervisores, professores, alunos, enfim toda comunidade escolar imbuída na melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, na Lapa, já que em 2007 alcançou o índice programado para 2011, com quatro anos de antecipação.

Para que haja a qualidade social da educação, para que se garanta a formação de indivíduos críticos e criativos, preparados para o pleno exercício da cidadania, há necessidade de fatores relevantes, tais como:

- A gestão democrática da escola: a escola precisa discutir, refletir e mobilizar no processo, a fim de que todos participem de forma coletiva das tomadas de decisões. Implica a vivência teórica-prática de elementos da democracia

participativa, sem perder de vista a perspectiva de uma rede de ensino que segure as possibilidades de construção do Projeto Político Pedagógico que:

> "... constitui um processo de participação de muitas vozes que expressam uma vontade coletiva ciente de suas responsabilidades individuais para com a formação do cidadão, o que torna viável à escola assumir uma postura de enfrentamento contra a opressão e alienação..." (SEVERINO, 1998, p.32).

- A formação do professor: pressupõe formação continuada que permite a reflexão da prática pedagógica com a organização do processo educacional, das técnicas, das metodologias de ensino e das práticas avaliativas

Essa formação refere-se tanto à realização de cursos, como no desenvolvimento de grupos de estudos, de sessões de discussão pedagógica, de observação de situações de ensino aprendizagem, seguidas de análises e reflexões, caracterizando a Formação Continuada em Situação de Trabalho.

Esse processo de formação no trabalho torna possível resgatar a capacidade crítica e teórica do coletivo escolar, possibilita a reorganização de seus fazeres a partir da construção da teoria que à luz da análise da prática, ganham novos significados e ordenamentos.

O conhecimento prático do professor, é entendido como o professor sabendo dar conta das situações de ensino-aprendizagem do dia-a-dia.

Dentro dessa perspectiva reflexiva a competência profissional é entendida como reflexão-ação, ou como um diálogo reflexivo da situação concreta.

O processo da construção do conhecimento do professor, portanto, não é um processo linear. O processo do conhecimento acontece à medida que os novos significados se incorporam no pensamento, possibilitando rever, redefinir e reorganizar os conhecimentos antigos.

> Nesse processo de formação do conhecimento prático, tem importância fundamental o conhecimento teórico que desempenha um papel decisivo na percepção e na compreensão das ações cotidianas.

Ainda na formação do professor a interdisciplinaridade é uma idéia que, mesmo não sendo recente, está se manifestando, exigindo uma postura criativa e ousada, pois é necessário que a especificidade de cada conteúdo seja garantida e, ao mesmo tempo, integrada num todo harmonioso e significativo.

Para se trabalhar numa proposta interdisciplinar é necessário que o professor pense interdisciplinarmente, isto é, procure ver o todo não pela soma de suas partes, mas sim percebendo que tudo está em tudo, e que tudo repercute em tudo.

Como Fazenda coloca “o professor interdisciplinar traz em si um gosto especial por conhecer e pesquisar possui um grande comprometimento diferenciado para com seus alunos, ousa novas técnicas e procedimentos de ensino, porém antes, analisa-os e dosa-os, convenientemente”.

Portanto, o processo ensino aprendizagem envolve sujeitos, ou seja, protagonistas do processo; objetivos, que são as metas que os sujeitos implicados no processo pretendem atingir, objetos que tratam-se dos conteúdos, conhecimentos que se pretendem assimilar; situações que são as condições institucionais, os espaços e os tempos em que o processo se dá e os materiais didáticos, que são os recursos materiais de que os sujeitos se valem no trabalho de assimilar ou fazer assimilar os objetos de conhecimento envolvidos no processo.

Outro aspecto a ser considerado é o processo de avaliação, conforme o que está estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/98, em seu artigo 24, inciso v: “Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais”. Utilizar a avaliação apenas como instrumento para classificar, aprovar ou reprovar revela o lado desumano da escola, que é o da exclusão.

O processo de avaliação deve ser um processo continuo sendo imprescindível ao professor partilhar da análise e reflexão das produções dos alunos para reconhecer os sucessos e insucessos e para desenvolver nele a consciência dos progressos conseguidos em relação às situações anteriores.

Nessa perspectiva, a avaliação passa a ser concebida como instrumento eficaz, com o qual o professor atua num processo contínuo, com funções de diagnóstico e de acompanhamento.

2.1.1 CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente “Ministro Flávio Suplicy de Lacerda”, localiza-se à Rua Arthur Virmond de Lacerda nº 681, na Vila São Lucas, bairro periférico da cidade da Lapa.

O CAIC não é apenas uma edificação, nem tampouco uma escola, é sobretudo um espaço de aprendizagens. Possui uma área construída de 4.315 metros quadrados, que oportunizam o funcionamento de escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais, Educação de Jovens e Adultos, Centro de Convivência, Núcleo de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Posto de Correios e Ponto de Distribuição do Programa Leite das Crianças.

O CAIC da Lapa, localiza-se num bairro com elevada densidade demográfica e com grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Atende uma clientela onde fica evidente a diversidade, a pobreza e problemas de violência, mas ao mesmo tempo, uma clientela que desenvolveu sonhos e aspirações, graças ao trabalho de todos os profissionais inseridos no CAIC.

O CAIC possui um Diretor Geral, que o administra como um todo e para operacionalizar as ações conta com o apoio da ONG “ADECAL” – Associação de Apoio e Desenvolvimento do CAIC, que tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento

integral e harmonioso das atividades, visando atender a demanda de crianças e adolescentes da rede social na qual o CAIC encontra-se inserido. É também objetivo da ADECAL contribuir para a melhoria, aquisição e conservação das instalações e equipamentos do CAIC, além de promover o entrosamento sistemático entre crianças, pais, adolescentes, membros da comunidade e profissionais por meio de atividades socioculturais e desportivas.

Pode-se afirmar que o comprometimento de todos os profissionais da educação, do social e da saúde que atuam no CAIC foi de fundamental importância para operar no Bairro São Lucas modificações que evidenciam a importância deste Centro na comunidade. Muito precisa ser feito ainda para que a população inserida no CAIC ou que vive ao seu entorno adquira melhor qualidade de vida; para tanto, as metas a serem atingidas são: a manutenção de todos os serviços prestados no CAIC, a ampliação de atendimento de alunos, melhorias e equipamentos que oportunizem um atendimento de qualidade e cadastramento dos moradores pelo CRAS.

O CAIC ultrapassa os limites dos muros da escola para levar a uma população de carências e dificuldades, a possibilidade de uma vida realmente cidadã.

2.2 EDUCAÇÃO NO CAMPO

2. 2.1 Contextualização Histórica da Educação do Campo

Mesmo o Brasil sendo um país de origem agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e as matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder público pela oligarquia e nos modelos de cultura letrada européia.

Esse panorama condicionou a história da educação escolar brasileira e deixou como herança um quadro de precariedade no funcionamento da escola do campo tais como: elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, infra-estrutura e

espaços físicos inadequados, escolas mal distribuídas geograficamente, falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada a docentes que atuam no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Os problemas da educação do Brasil estão em todos os segmentos no meio rural, neste a situação é mais grave, pois além de não considerar a realidade sócio ambiental onde cada escola está inserida, esta foi tratada sistematicamente, pelo poder público, como resíduo, com políticas compensatórias, programas e projetos emergenciais.

O modelo de desenvolvimento implementando no campo brasileiro foi tão excludente que marca até hoje o modelo de educação adotado no Brasil. A escola brasileira, de 1500 até o inicio do século XX, serviu para atender às elites, sendo inacessível para grande parte da população rural.

A partir da década de 1950, consolida-se a gestão de um discurso urbanizador que enfatiza a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural.

Uma nova redefinição do pensamento educacional será trazido pelo golpe de 1964, quando o fechamento dos canais de participação e representação impõe limites e controle aos segmentos populares, aos bens educacionais e sociais.

É válido ressaltar que a educação para a população do meio rural nunca teve políticas específicas, o atendimento a esta clientela se deu através de campanhas, projetos ou políticas compensatórias, sem levar em conta as formas de viver e conviver dos povos do campo, que ao longo da história foram excluídos do processo educativo.

> Nos anos 90, esse quadro educacional começa a dar sinais de mudança, pois os movimentos sociais e sindicais começam a pressionar de forma mais articulada a construção de políticas públicas para a população do campo de forma a garantir a universalização do

ensino respeitando a realidade, as formas de produzir, de lidar com a terra, de viver e conviver dos povos de campo.

Após a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas escolas do campo, vem se desencadeando um processo de mobilização e envolvimento social na busca do fortalecimento de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e o sucesso para os povos do campo.

2.2.2 Diagnóstico

O município da Lapa conta com 23 escolas rurais denominadas “escolas do campo”, sendo 13 escolas seriadas e 10 multisseriadas (onde um único professor é quem ministra o conteúdo referente às quatro séries iniciais do ensino fundamental).

Sabemos das dificuldades enfrentadas pelas escolas multisseriadas. De um lado está a precariedade da estrutura física e, de outro, a falta de condições e a sobrecarga de trabalho dos professores, gerando alta rotatividade desses profissionais, o que possivelmente interfere no processo de ensino/aprendizagem dos educandos. Em relação ao nível de escolaridade dos professores que atuam na zona rural no ensino de 1ª a 4ª série do município, 39 deles possuem formação superior, enquanto 66 professores apresentam ensino médio.

É evidente a necessidade de se estabelecer uma política pública de educação que valorize estes profissionais. É oportuno destacar a necessidade de ações efetivas focadas na expansão do quadro funcional, formação profissional continuada, projetos pedagógicos específicos e uma melhoria salarial que estimule a permanência de profissionais qualificados em sala de aula.

Para que a escola tenha uma função social, esta deverá estar vinculada a um projeto de emancipação humana. Os currículos devem contemplar os saberes acumulados pelas experiências vividas pelos povos do campo nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. A escola tem o dever de interpretar esses processos educativos que acontecem fora dela, organizar estes conhecimentos e

socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, viabilizando os instrumentos técnico-científicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que têm o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo. No, porque "o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive"; Do, pois, "o povo tem direto a uma educação pensado desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2002). Nesse sentido, o conceito de campo busca ampliar e superar a visão do rural como local de atraso onde as pessoas não precisam estudar ou basta uma educação precarizada e aligeirada. A Educação do Campo busca" romper o círculo vicioso de que se estuda para sair do campo e/ou se sai do campo para estudar "(CALDART, 2002). Esta concepção constitui um novo paradigma frente ao modelo capitalista, o qual é constantemente alimentado pela globalização, que se preocupa principalmente em formar indivíduos para o consumo, procurando destituir o campo como território, (e) tratorando as pessoas como improdutivas porque não produzem para a exportação ou agronegócio e desqualificando os conhecimentos e saberes da tradição dos que vivem no campo como atrasados, porque não funcionam na mesma lógica racionalizante de expropriação e extorção dos conhecimentos para acúmulo de poucos em detrimento de muitos.

O novo paradigma é baseado na formação humana compreendida a partir das heranças culturais, da constante (re) invenção e (re) organização das relações do ser humano com o ambiente cultural, compreendendo o sujeito nos diferentes espaços "sócio-territoriais". Portanto o campo é um lugar de vida onde as pessoas podem morar, trabalhar e estudar com dignidade, de quem tem direito a seu lugar e sua identidade cultural (FERNANDES, 2002). Neste novo conceito de educação incorporam-se as diversas formas singulares de viver em cada território e suas temporalidades como

fundamentais para a produção de novas formas de conhecimento provocando uma ruptura com o uso da ciência pautada em uma perspectiva técnico-instrumental. Não se trata de absolutizar o saber popular (senso comum) ou o técnico-científico (baseado na fragmentação do saber):

> *"Trata-se de ter o cuidado e estar atento porque todo o conhecimento é incompleto e não é perfeito. Isto é importante para aumentarmos nossa capacidade crítica sobre o que também produzimos. É isto que vai auxiliar nossos questionamento sobre os conhecimentos que são informados para nós e nos levam a perguntar se esses conhecimentos estão sendo importantes e suficientes para a emancipação dos que vivem no campo"* (CALDART,2002).

O educador (a) ao pensar a sua prática cotidiana na sala da aula deve, como intelectual, compreender o universo de vida de seus educandos para que, desde seu lugar e posição de classe, reflita sobre sua prática no ambiente escolar. A complexa realidade do educando deve ser o ponto de partida para as suas práticas pedagógicas, devendo o educador ser capaz de fazer a dialética entre os saberes experienciados pelos educandos e o conhecimento universal historicamente acumulado pela humanidade. Isto significa, a partir das concepções da Educação do Campo, trazer para a sala de aula em seus planejamentos e conteúdos formativos "as questões que sempre foram colocadas de fora dos conhecimentos escolares, tais como gênero, problemas ambientais, democracia, justiça social e paz conflitos étnicos, necessidades especiais entre outros (JESUS,2004).

CALDART um seu contexto “ser educador do povo do campo” diz:

“Ver a educação como formação humana implica em que nos ocupemos com as grandes questões da pedagogia (e não apenas com a miudeza didático-escolar como às vezes os cursos nos ensinam...): como formar um ser humano mais pleno? Como ajudar novos sujeitos sociais no campo:? Que dimensões devem ser incluídas em nosso projeto de educação? De que aprendizados específicos necessita o povo que vive no campo?”.

2.2.3 Número de Estabelecimentos por Localização e Matrículas por Nível de Ensino em 2008

NÍVEL DE ENSINO	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	Nº DE MATRÍCULAS
Fundamental Rede	Campos Sales	Campina Vermelha	10
	D. Pedro I	I Fax. dos Castilhos	07

Municipal Anos iniciais	Dr Vicente Machado	Rio da Areia	37
	Francisco da Cunha Pereira	Pedra Lisa	45
	Getúlio Vargas	Palmital	63
	Gustavo Kuss	II Fax. dos Castilhos	07
	Imaculado Coração de Maria	II Fax. dos Castilhos	23
	Marechal Cândido Rondon	Mato Preto Povinho	26
	Mem de Sá	Cachoeira	13
	Ney Braga	Butiá	22
	Osvaldo Cruz	Mato Preto dos Machados	29
	Princesa Isabel	Colônia Municipal	16
	São Miguel	Passa Dois	58
	Subtotal		**356**

NÍVEL DE ENSINO	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	Nº DE MATRÍCULAS
	Arthur da Costa e Silva	Botiatuva	125
	Brasilino Ferreira de Almeida	Fax. dos Corrêas	109
	D. Mirazinha Braga	Mariental	194
	Dep. João Leopoldo Jacomel	Canoeiro	73
	Dr. Aloisio Leoni	Alves/Cardosos	103
	Irmã Santa Rita	Água Azul	189
	Martim Afonso de Souza	Feixo/Botiatuva	14
	Nossa Senhora de Lourdes	São Bento	154
	Escola do Contestado	Assentamento Contestado	45
	Padre Feijó	Col. Johannesdorf	150
	Subtotal		**1156**

NÍVEL DE ENSINO	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	Nº DE MATRÍCULAS
	Escola Municipal Abigail Cortes-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	152
	Escola Municipal Dr.Manoel Pedro-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	482
	Escola Municipal Dr.Pedro Passos Leoni-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	362
	Escola Municipal Emília M.F.do Amaral-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	85
	Escola Municipal Lauro M.Montenegro-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	127
	Escola Municipal Pedro F.Cavalin-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	331
	Escola Municipal Profº David da S.Carneiro- Ed.Inf. e Fund.	Zona Urbana	317
	Escola Municipal Profª Eloah D'Amico Rychwa-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	301
	Escola Municipal Profª Sybilla W. de Lacerda-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	211
	Escola Municipal Serafim F.do Amaral-Ed.Inf e Fund.	Zona Urbana	190
	TOTAL		**2.558**

NÍVEL DE ENSINO	NOME DO ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	Nº DE MATRÍCULAS
Educação Infantil	Centro Municipal de Educação Infantil "José Lacerda"	Zona Urbana	102
	Centro Municipal de Educação Infantil "Irmã Lidia"	Zona Urbana	128
	Centro Municipal de Educação Infantil "Irmã Ruth"	Zona Urbana	130
	Centro Municipal de Educação Infantil "Catarina K.Ramos"	Zona Urbana	122
	Centro Municipal de Ed.Inf."Pedro Maciel Magalhães	Zona Urbana	80
	Subtotal		**552**
	Total Geral de Alunos		**4.623**

2.2.4 Diretrizes

A identidade da Escola do Campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciências e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem

as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Resolução CNE/CEB 1/2002).

Baseando-se na legislação vigente e compreendendo a magnitude da importância de se expandir a oferta de escolaridade respeitando os diversos contextos educacionais, tendo como eixo norteador o respeito pela diversidade, a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre os diferentes aspectos de uma realidade diversa mas única, tem-se na Educação do Campo um importante universo de identificação, de preservação cultural que objetiva ao respeitar-lhe as peculiaridades não subestimá-la, mas constituí-la como espaço relevante de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para a vida no campo, realidade presente num município essencialmente agrícola.

O que se propõe é um olhar diferenciado às Escolas do Campo, cujas propostas pedagógicas, comtemplam o respeito as diferenças e o direito à igualdade, de acordo com a legislação vigente, contemplação a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

Neste sentido as Propostas Pedagógicas das Escolas do Campo deverão além de seguir as Diretrizes Curriculares Municipais, contemplar aspectos próprios da realidade local, inseridos numa realidade global.

O poder público (municipal/estadual) deverá comprometer-se em oportunizar a oferta gradual da Educação Infantil, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos e integralmente o Ensino Fundamental, assim como buscar alternativas para promover acesso ao Ensino Médio, Profissionalizante e o Ensino Superior.

Os calendários escolares poderão ser diversificados, adequando-se às necessidades do campo, respeitando a exigência legal no que se refere a carga horária, dias letivos e horas diárias.

As atividades constantes na proposta pedagógica poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem.

As parcerias visando ao desenvolvimento de experiências de escolarização básica e de educação profissional, sem prejuízo de outras exigências que poderão ser acrescidas pelos respectivos sistemas de ensino, observarão:

I. Articulação entre a proposta pedagógica da instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;
II. Direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável;
III. Avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a quantidade da vida individual e coletiva;
IV. Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação a comunidade do campo.

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

Os mecanismos da gestão democrática contribuirão diretamente para a consolidação da autonomia das escolas e o fortalecimento dos conselhos que propugnam por um projeto de desenvolvimento que torne possível à população do campo viver com dignidade. Para a abordagem solidária e coletiva dos problemas do campo, estimulando a autogestão no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de ensino.

Os sistemas de ensino, além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I. Estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;
II. Propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

O financiamento da educação nas escolas do campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, no artigo 212 e no artigo 60 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB, nos artigos 68, 69, 70 e 71, e a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei 9.424 de 1996, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do financiamento da educação escolar no Brasil.

No cumprimento do disposto no art. 2º da Lei 9.424 de 1996, que determina a diferenciação do custo-aluno com vistas ao financiamento da educação escolar nas escolas do campo, o Poder Público levará em consideração:

I. As responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

II. As especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;
III. Remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 da LDB.

2.2.5 Metas:

- Construir materiais didático-pedagógicos voltados às especificidades da educação do campo;
- Garantir a estruturação curricular e pedagógica voltada à realidade do campo, enfatizando as diferentes linguagens de ensino (música, artes, dança, etc.);
- Implementar nos currículos das escolas do campo e da cidade, os saberes da história, da cultura e da realidade do campo;
- Viabilizar recursos tecnológicos nas escolas do campo (Internet, salas de informática, etc.), bem como bibliotecas e equipamentos/materiais que possibilitem atividades culturais, artísticas, de esporte e de lazer;
- Implementar nas comunidades do campo a Ed. Infantil, o Ensino Fundamental, Ensino Médio, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o art. 6º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Viabilizar o transporte escolar dos alunos, em todos os níveis e modalidades de ensino, para as escolas do campo, de modo que nenhuma criança ou jovem dispenda de uma hora no trajeto entre sua residência e a escola;

- Garantir merenda escolar para as escolas do campo, viabilizando a aquisição da mesma através de convênios com pequenos produtores da região;
- Viabilizar a Educação de Jovens e Adultos para os moradores do campo, nas localidades onde vivem e trabalham;
- Promover atividades culturais no campo, envolvendo as diferentes manifestações artísticas dos povos do campo;
- Incluir o trabalho Arte-Educação nas escolas do campo, como atividade contínua e sistemática através de oficinas com educadores, educandos e comunidade do campo;
- Garantir o transporte e a alimentação para os educadores participarem da formação continuada;
- Formação inicial e continuada de educadores “do” e “para” o campo, visto ser necessária a formação específica e coerente com a realidade e diversidades do campo.
- Melhorar as condições infra-estruturais das escolas definindo e promovendo o alcance de padrões mínimos de funcionamento, incluindo: estrutura física adequada, bibliotecas e recursos pedagógicos;
- Definir políticas específicas para as escolas multisseriadas com materiais didáticos, formação das educadoras e educadores e equipamentos adequados ao perfil destas escolas;
- Organizar parceria com a área da saúde para realizar-se um trabalho de prevenção à deficiência, promovendo palestras, controle pré-natal, atendimento às gestantes adolescentes e maior qualidade nos serviços prestados;

- Garantir uma equipe de educação especial itinerante promove a discussões, encontros com famílias, diagnósticos e atendimento eficaz, oferecendo apoio adequado às crianças especiais;
- Construir trabalho pedagógico específico e articulado, com técnicos pesquisadores e educadores para que se conheça e respeite os valores culturais dos povos do campo, de acordo com as suas regiões, tendo como eixo a construção do conhecimento e o processo participativo;
- Desenvolver pesquisas que resgatem a memória e as histórias das culturas regionais;
- Compreender as raízes dos povos do campo (valores, moral, tradição, etnias, festas, religiosidade, histórias da luta do povo, símbolos, gestos, mística...) e incentivar produções culturais, sensibilizando a sociedade para valorizá-las;
- Criar uma publicação pedagógica específica voltada para as questões da escola do campo;
- Produzir materiais de apoio pedagógicos às Escolas do Campo;
- Elaborar critérios diferenciados para abertura e manutenção de turmas e de escolas no campo, atendendo a demanda.
- Promover a discussão permanente com a comunidade escolar sobre a realidade da escola no campo;
- Organizar a escola de acordo com a realidade do campo, flexíveis as suas demandas, adequando o calendário escolar, conteúdos curriculares, metodologias, materiais didático-pedagógicos e novas modalidades de educação, cumprindo o art. 28 da LDB 9394/96 e o art. 7º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;

- Definir princípios referenciais para a Educação do Campo, com respeito às diferenças regionais e com a participação das comunidades do campo no processo de construção do projeto político pedagógico das escolas.

2.3 ENSINO MÉDIO - TERMINALIDADE

2.3.1 Histórico

O Ensino Médio, com outras denominações de acordo com a legislação vigente ofereceu até a LDB 4.024/61, os curso Cientifico (no Colégio General Carneiro), Técnico em Contabilidade (no Colégio Nicolau Bley Filho) e Normal Colegial na Escola Normal Colegial Novo Ateneu. Com a LDB 5697/71, reestruturou-se o Ensino Médio com a denominação de Ensino de 2º Grau, oferencendo-se Ensino Profissionalizante, Técnico em Contabilidade, Magistério, Básico em Química e Básico em Agropecuária, todos no Colégio Estadual General Carneiro em 1980, desativando-se gradativamente os demais cursos.

Os Cursos Básicos em Química e Básico em Agropecuária foram cessados em 1985 e o Colégio Estadual General Carneiro passou a oferecer o Curso de Educação Geral, não profissionalizante. Em 1993, os cursos de ensino de 2º Grau passaram a funcionar somente no Colégio Estadual São José. O Estado do Paraná desativou os cursos Profissionalizantes, de forma gradativa, ficando apenas Educação Geral.

Com a LDB 9394/96 a Educação Básica ficou constituída de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesse ano teve inicio a implantação de Ensino Médio nas localidades do interior do Município da Lapa iniciando pela Colônia Mariental o “Colégio Antônio Lacerda Braga”.

Em 2004, passou a funcionar o Colégio Agrícola da Lapa, oferecendo o Curso Técnico em Agropecuária, com duração de 4 anos, em período integral.

Atualmente, o município conta com a oferta do Ensino Médio também nas localidades do Mato Preto – Colégio Estadual Juscelino K. de Oliveira; São Bento – Colégio Estadual Nossa Senhora do Desterro; Alves – Colégio Estadual Trajano Ehlke Pires; Faxinal dos Corrêas – Colégio Estadual Juvenal Borges da Silveira.

2.4 EDUCAÇÃO INFANTIL

2.4.1 Contextualização Histórica

Vivenciamos a busca de um conhecimento mais elaborado sobre a infância e a reflexão sobre suas concepções, essenciais à compreensão do trabalho das creches e pré-escolas.

O estudo de como a criança é vista e entendida ao longo do tempo, permite-nos articular reflexões acerca desse tema.

A trajetória histórica da infância tem suas bases no historiador Philippe Áries (1981), na obra “História Social da Criança e da Família”, as visões sobre a infância construídas num contexto social e histórico e seus papéis variam conforme a forma de organização da sociedade. Portanto, a concepção de infância teve enfoques sempre diferentes no constituir-se das sociedades.

Na sua obra, Áries (1981) evidencia a relação entre o afeto e a infância; o mito da pureza na infância é colocado como uma invenção vivida com grande intensidade.

A *educação* era pautada no principio da obediência, moralidade e o valor ao trabalho.

Com o crescimento da urbanização e a transformação da família patriarcal e nuclear, há um novo pensamento em relação a criança, a qual passa a ser vista como sujeito das necessidades e objeto de expectativas e cuidados. Mães e pais têm cada vez mais negociado entre si as tarefas domésticas. Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, surge a necessidade de outros profissionais de apoio.

Na modernidade a criança passa a ser vista como sujeito criador, capaz de estabelecer múltiplas relações, possuidor de direitos, um ser sócio-histórico produtor de cultura e nela inserido em uma sociedade. Essa visão contribuiu para que fossem definidas novas ações para as crianças envolvendo dois aspectos indissociáveis: – *cuidar e educar.*

A Constituição Federal de 1988, no artigo 227 reconhece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Avanços legais ocorrem em decorrência da Constituição. Destacam-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990) que detalha os direitos da criança e do adolescente e reafirma os direitos das primeiras à creches e pré-escolas (art.5/IV), e, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 9.394/96), que regulamenta a Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica (art.21 e 29). Ambas reafirmam a co-responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios em relação à educação infantil, assim como a responsabilidade prioritária do município na execução direta da política de educação infantil.

A pré-escola como agente socializador deve promover a interação entre adultos e crianças e das crianças entre si, possibilitando a percepção das relações inter-pessoais, envolvendo a apresentação de experiências sistematizadas e programadas, criando condições para que estas se desenvolvam de modo mais eficiente.

2.4.2 Diagnóstico

No município da Lapa a Educação Infantil teve início no Lar e Educandário São Vicente de Paulo, fundado em 19 de julho de 1906, pela Associação das Damas de

Caridade São Vicente de Paulo, com a finalidade de AMPARAR, ACOLHER E PROMOVER crianças, adolescentes e idosos desvalidos.

Em 1972. segundo um relatório anual da entidade, estavam matriculados, em regime de internato 75 internas de 05 a 17 anos e no semi-internato 25 bebês (0 a 4 anos) e 60 meninas.

Hoje a entidade Lar Educandário São Vicente de Paulo atende 140 crianças na faixa etária de zero a 15 anos, em regime de Educação Infantil e contra-turno social.

- Centro Municipal de Educação Infantil “Casa da Criança José Lacerda”.

Idealizado inicialmente por iniciativa particular de D.Eugênia Marques Corrêa, para ensinar dotes caseiros às pessoas de menores posses com a finalidade de poderem servir, pelo trabalho, aos mais abastados, tomou o nome de Escola Profissional Comendador Paulo Felizberto, em 19 de julho de 1939, tendo como sede a casa ao lado do Asilo São Vicente de Paula, na Rua Barão do Rio Branco.

De 1939 até 1995 a entidade priorizava atendimento infantil de 0 a 5 anos, com a denominação de Casa da Criança José Lacerda. Em 02 de agosto de 1995, conforme decreto nº 3782, a Casa da Criança “José Lacerda” passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil “Casa da Criança José Lacerda” – Creche e Pré-Escola, a fim de preencher exigências da Secretaria de Estado da Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, proporciona atendimento completo às crianças no período em que as mães estão no trabalho, fornecendo profissionais competentes para o desenvolvimento integral da criança.

Está situado à Rua: Otávio José Kuss 449. Atualmente atendendo 101 crianças.

- Centro Municipal de Educação Infantil “Irmã Lídia”

Foi inaugurado dia vinte de novembro de 1989, com o nome de Creche Irmã Lídia em homenagem a Irmã Lídia, que dedicou sua vida em prol dos pobres, e a educação das crianças e iniciou com 46 crianças.

Criada pela Prefeitura Municipal com o Decreto Nº 3781 de 02/10/95 em 23/11/1995 recebe autorização de funcionamento como Creche e Pré- Escola,

Em 22/08/1996 o Secretário de Estado da Educação comunica a mudança do nome de Creche Municipal “Irmã Lídia” para Centro Municipal de Educação Infantil “Irmã Lídia” Creche e Pré-Escola.

Está localizada a Rua: Luiz Correia de Lacerda 299 – Bairro Cohapar, atendendo 135 crianças e contando com 12 profissionais

- Centro Municipal de Educação Infantil “Irmã Ruth”

O Centro Municipal de Educação Infantil “Irmã Ruth” foi construído em convênio com a Fundação Bamerindus/Prefeitura Municipal da Lapa, situado na Vila do Príncipe, zona da periferia da cidade da Lapa, localidade em desenvolvimento. Sua inauguração ocorreu em 12 de outubro de 1993 e iniciou as suas atividades em 24 de janeiro de 1994.

A Instituição escolar foi criada pelo Decreto nº 3783/95, possui o Regimento Escolar aprovado pelo Parecer nº 96/96 de 10/07/96 do NRE da Área Metropolitana Sul.

Nascida dentro do Projeto “Minha Gente”, constitui uma merecida homenagem a Irmã Ruth, que dedicou sua vida em atender as crianças necessitadas no Educandário São Vicente de Paulo.

A clientela da escola é oriunda da Vila do Príncipe, Barcelona, Estação, Cidade Nova, e recebe crianças cujos pais trabalham o dia todo, por esse motivo as crianças são atendidas em tempo integral.

Está localizada a Rua Raul Weinhardt da Silveira s/n, atendendo 130 crianças e contando com 15 profissionais.

- Centro Municipal de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos”.

O Centro Municipal de Educação Infantil “Catarina Keche Ramos” instalado no CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente ”Ministro Flávio Suplicy de Lacerda”, foi inaugurado em 30 de junho de 1995. Situado à Rua: Arthur Virmond de Lacerda 681, Bairro São Lucas, é mantido pela Prefeitura Municipal.

Atende crianças de 0 a 6 anos, filhos de moradores do Bairro São Lucas e arredores, sendo que a maioria das crianças atendidas são de famílias de baixa renda.

A denominação foi dada em homenagem a uma educadora, figura ilustre, que dedicou 40 anos de sua vida ao atendimento de crianças carentes na Casa da Criança José Lacerda, a saudosa Catarina Keche Ramos, carinhosamente chamada D. Cadica.

Atende 128 crianças, contando com 12 profissionais.

- Centro Municipal de Educação Infantil “Pedro Maciel Magalhães”.

O Centro Municipal de Educação Infantil “Pedro Maciel Magalhães” foi inaugurado em 11 de junho de 2000, a fim de atender crianças da comunidade da Vila São José e arredores.

Iniciou suas atividades em 21 de setembro de 2000.

Está situado na Rua: Manoel Antonio da Cunha s/n, na Vila São José.

Obs: Estão sendo construídas mais dois CMEIs que entrarão em funcionamento em 2009.

2.4.3 A Infância no Campo Educacional

A infância aparece sob muitas abordagens, nas diversas áreas do conhecimento, possibilitando uma pluralidade de procedimentos metodológicos.

No campo educacional para Jobim e Souza (1997) há uma contribuição da *Psicologia Desenvolvimentista,* que habilitou a pensar a criança como um organismo em formação, que se desenvolve por etapas, reduzindo-a em categorias separadas, fragmentando o sujeito em: cognitivo, afetivo, motor e social.

Esta linha de pensamento tende a colocar a criança como *ser incompleto,* possibilitando o questionamento se essa idéia de infância está presente na prática cotidiana das creches e pré-escolas.

O papel da Educação Infantil, é complementar a educação ocorrida na família e propiciar a democratização do acesso aos bens culturais.

As instituições de Educação Infantil devem constituir-se em lugares de oportunidades, que valorizem as crianças como um todo e que permitam desenvolver suas potencialidades.

Propiciar situações planejadas intencionalmente, onde se privilegia ao mesmo tempo os aspectos afetivos, cognitivos, motor e social é garantir o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e donos do seu fazer.

A Deliberação 02/2005 do CEE/PR, coerentemente com essa perspectiva, detalha alguns objetivos que devem nortear o trabalho educativo das instituições de Educação Infantil, os quais apontam para alguns conteúdos básicos.

No artigo 8º da referida Deliberação, o trabalho educativo deve propiciar.

I - *a constituição de conhecimentos e valores pela e com a criança;*

II - o contato com as múltiplas linguagens de forma significativa, não havendo sobreposição do domínio do código escrito sobre as demais atividades;

III - o jogo e o brinquedo como formas de aprendizagens importantes a serem utilizadas com a criança, uma vez que articulam o conhecimento em relação ao mundo;

IV - observar, respeitar e preservar a natureza;

V - estimular a criatividade, a autonomia, a curiosidade, o senso crítico, o valor estético e cultural.

2.4.4 Concepções de Educação Infantil: cuidar e educar

Articular as ações de *cuidar* e de *educar,* exige acima de tudo a compreensão desses termos e, a partir daí, contextualizar os significados.

Se considerarmos que educação infantil remete ao trabalho com crianças de 0 a 5 anos, é quase que impossível desvincular uma ação da outra, pois compreende-se que toda criança precisa de cuidado e de educação.

É por meio da brincadeira que a aprendizagem se efetiva. O desenvolvimento integral da criança se dá a partir do trabalho cognitivo e social, no qual o mediador é que determina a qualidade dessa ação, que pode ser boa ou não, pode levar para a autonomia, criticidade ou ainda para a dependência e passividade.

Educar significa, ainda, propiciar situações que contribuam para o desenvolvimento da imaginação, dos processos criativos e da aprendizagem por meio das diferentes formas de interação humana, social, afetiva, lúdica e pedagógica sem dar maior ou menor atenção a um ou outro aspecto.

Já o significado de *cuidar* está diretamente ligado à integração de vários campos de conhecimento e cooperação de profissionais de diferentes áreas.

O cuidado está relacionado à atitude das pessoas no diálogo, no acolhimento, enfim nas relações interpessoais entre o adulto e a criança.

“O estabelecimento de vínculos entre a criança, o professor, os colegas e os objetos de conhecimento é possibilitado ou dificultado pelo afeto, que suscita motivos para a ação”. (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, v.I, p.140).

Como as funções *cuidar* e *educar* são indissociáveis na Educação Infantil, torna-se de fundamental importância a reflexão sobre a forma de organização do trabalho, propiciando à criança a transição com qualidade do contexto familiar para o escolar.

"Este processo que faz com que a criança passe a participar de uma experiência cultural que é própria do seu grupo social, é que chamamos educação: (Referencial Curricular para Educação Infantil, v.I, p.16).

Hoje, as instituições de educação infantil devem trabalhar de acordo com uma concepção de atendimento que seja capaz de articular cuidado e educação, vistos serem funções complementares e indissociáveis e estão intrinsecamente ligados em cada ação na Educação Infantil.

2.4.5 O brincar

Vigotsky enfatiza a importância do brinquedo e da brincadeira, do faz-de-conta para o desenvolvimento infantil. Para ele, a imitação é uma situação muito utilizada pelas crianças, porém, não deve ser entendida como uma cópia, mas sim uma reconstrução individual daquilo que é observado nos outros. Dessa forma, é importante salientar que crianças também aprendem com crianças em situações informais de aprendizado. É comum vermos crianças aprenderem a montar e desmontar, andar de bicicleta apenas observando os colegas.

Quando a criança simboliza uma realidade ausente, está separando o objeto de significado. Tal capacidade representa um passo importante para o desenvolvimento do pensamento, pois faz com que a criança se desvincule das situações concretas e imediatas sendo capaz de abstrair.

O faz-de-conta é uma atividade simbólica, na qual a criança constrói o significado pela ação de o expressar. É uma das formas de linguagens mais significativa da criança pequena, principalmente, dos 4 aos 6 anos.

A função simbólica se desenvolve não apenas como atividade mental, mas como manifestação do corpo, e é constituída tanto pela maturação do crescimento físico, quanto pela vivência cultural.

O brincar é para as crianças pequenas, uma das atividades fundamentais a serem trabalhadas nas creches e pré-escolas. Através das brincadeiras, a criança pode desenvolver capacidades importantes, tais como: atenção, imitação, memória e imaginação.

Portanto, o brinquedo e as brincadeiras devem ser contempladas no trabalho pedagógico da educação infantil, através delas as crianças reconstroem suas vivências sócio-culturais, ampliando seus conhecimentos sobre si e o mundo ao seu redor

2.4.6 Formação de Profissionais da Educação Infantil no Município da Lapa

O contexto de formação de profissionais da Educação Infantil no Município da Lapa, tem exigido uma reflexão profunda visando um perfil oposto à aquele no qual o profissional limitava-se apenas ao *cuidar.*

As propostas apontam para a necessidade de uma formação que assegure condições para práticas de trabalho com as crianças na direção que reconheça sua condição de cidadã, na perspectiva do *cuidar e educar* enfatizando a necessidade de fundamentação teórica em bases sociológicas, psicológicas, pedagógicas e filosóficas.

Outro aspecto de fundamental relevância no trabalho com crianças pequenas é a relação professor – aluno. Essa relação supõe participação ativa de ambas as partes, o que envolve acordos e desacordos.

Isso significa que o profissional que atua na Educação Infantil precisa conhecer a criança, isso exige muito contato entre ela e o professor. Saber o que ela gosta, do que necessita, dos anseios que tem, é fundamental para o sucesso do trabalho.

É necessário que o profissional, para desenvolver um trabalho eficaz, perceba a criança como um todo em suas características essenciais, conhecimento esse que pode ser adquirido mediante estudos de perfis do comportamento da criança nesta idade.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente, isso significa saber trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes de diversas áreas do conhecimento. A formação do professor, na Lapa é continuada, faz parte da rotina das instituições de Educação Infantil, possibilitando o encontro entre os professores para troca de idéias, estudos de diversos temas, organização de trabalho de rotina, planejamento e outras questões relacionadas à educação.

2.4.7 Inclusão na Educação Infantil no Município da Lapa

O conceito de inclusão aponta para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade, isso implica em buscar compreender heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do ser humano e sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

As considerações à cerca do direito à Educação Inclusiva para todas as crianças, mesmo antes da escolaridade obrigatória, são recentes na realidade brasileira. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1990), em seu capítulo IV preconiza que *a criança e o adolescente têm direito à educação, visando pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania bem como igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.*

Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 9394/96) no artigo 58, parágrafo 3º indica que: *a oferta de Educação Especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a Educação Infantil.*

Com os avanços na legislação a partir do ano 2000, iniciou-se o trabalho com crianças portadores de necessidades educacionais especiais, nos Centros Municipais de Educação Infantil. Inicialmente recebendo crianças com deficiência física e em seguida recebendo portadores de síndromes, com problemas de visão, de audição e portadores de transtornos mentais.

Atualmente atendemos crianças portadores de deficiência auditiva que em paralelo com o trabalho dos Centros Municipais também são atendidos no CAE – Centro de Atendimento Especializado.

2.4.8 Pensando o Espaço na Educação Infantil

Muito se tem discutido e se tem pensado com relação à organização pedagógica e curricular da Educação Infantil. Concepções pedagógicas diferenciadas tentam explicar como e porque a criança aprende a diferenciar a aprendizagem informal da aprendizagem formal, ou seja, diferenciar como a criança aprende e desenvolve-se no seio familiar e como isto acontece no ambiente escolar.

Na maioria das vezes o espaço das Instituições de Educação Infantil é visto simplesmente como um ambiente palco, cenário onde o processo de desenvolvimento infantil, de interação e maturação da criança acontece sem que este exerça a menor influência sobre o processo global.

Contudo, estudos recentes como os de David e Weinstein (1987) e Weinstein e Mignano (1993) demonstram que a organização da sala de aula ou espaços da Educação Infantil têm grande influência sobre os usuários, determinando em parte o comportamento daqueles que o utilizam, assim como intrinsecamente deixam

transparecer nitidamente a postura do educador e os objetivos da educação pretendida. Numa análise mais aprofundada a organização do ambiente pode nos indicar como educadores e educandos sentem, pensam e se comportam no processo interativo.

Qualquer ambiente organizado tem uma intencionalidade e exerce um impacto, tanto direto como indireto nos indivíduos que nele convivem.

É na escola, principalmente na Educação Infantil que a criança constrói suas primeiras relações sociais além daquelas estabelecidas com a família sob sua tutela.

No que se refere à interferência do espaço escolar na construção destas relações sugere-se que este seja pensado de forma a promover a socialização sem no entanto preservar a privacidade do aluno ou até mesmo de pequenos grupos citado por Oliveira (2004) comenta que áreas planejadas para grupos menores, até quatro pessoas diminuem os conflitos, o estresse e permitem a participação individual fornecendo a criança oportunidade para expressar e extrapolar sentimentos.

2.4.9 Identidade e Autonomia

A construção da identidade e autonomia refere-se ao progressivo conhecimento que as crianças vão adquirindo de si mesmas, auto-imagem que através deste conhecimento se vai configurando e a capacidade para utilizar recursos pessoais de que disponha cada momento.

Na Educação Infantil, fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças pequenas ajuda a progredir na definição da própria identidade, no conhecimento e na valorização de si mesmas.

Portanto, a construção de uma auto-imagem positiva requer que, na escola, as crianças tenham experiências em situações que lhes permitam ganhar confiança em suas capacidades e que sejam vistas como crianças com possibilidades. Isso dá segurança, que é um elemento básico para atrever-se a explorar novas situações,

novas experiências. É importante observar que não se trata de renunciar à exigência e ao controle, e sim, de endereçá-la a um contexto comunicativo, afetuoso e respeitoso.

2.4.10 Metas para Educação Infantil.

Estabelecer em 10 anos uma política de Educação Infantil, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Normas Complementares Estaduais e a Proposta Curricular Municipal, a qual deverá ser regulamentada após a aprovação do Plano Municipal de Educação e determinada de acordo com as seguintes metas:

- Ampliar a partir da vigência do Plano a oferta de Educação Infantil de forma a atender em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60 % da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos) e até o final da década, alcançar a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos.
- A partir da vigência do plano construir e ampliar o espaço físico da Educação Infantil adequando os Centros Municipais já existentes, de acordo com as necessidades para o funcionamento.
    - Instalações para preparo e/ou serviço de alimentação.
    - Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo.
    - Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.
    - Adequação às características das crianças especiais.
    - Busca de parcerias (público x particular), a partir da vigência deste plano, para que se possa dar melhor atendimento aos alunos da faixa etária de 0 a 6 anos, propiciando assim oportunidades de vagas.

- Garantir uma política que possibilite a formação continuada e aperfeiçoamento dos profissionais em Educação Infantil, através de encontros pedagógicos, grupos de estudos relacionados a pesquisas.
- A partir da vigência do plano, implantar eleições para administradoras de CMEIs, com a exigência de Curso Superior.
- Manter a alimentação das crianças com qualidade, supervisionada por Nutricionista.
- Valorização do magistério (PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários).
- Garantir no processo ensino-aprendizagem o Cuidar e Educar.
- Garantir o fiel cumprimento da ordem na lista de espera de vagas.
- Realizar parcerias com a Saúde – Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 3 anos de idade.
- A partir da vigência do Plano, desenvolver e manter a horta no CMEI.
- A partir da vigência do Plano, fomentar projetos de participação de profissionais de diversas áreas através de cursos, palestras e visitas. (A melhor idade no CMEI).
- Criação de uma Brinquedoteca (brinquedos construídos pelas crianças com sucatas e brinquedos comprados).
- Qualidade no processo ensino-aprendizagem.
- Adaptar os prédios de educação infantil de maneira que em cinco anos, todos estejam conforme os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos.
- Manter nos Centros Municipais de Educação Infantil o atendimento de psicólogos, fonoaudiólogos.
- Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas e às necessidades do trabalho educacional.

Os eixos para a Educação Infantil na Rede Municipal da Lapa que representa o pensamento dos profissionais que atuam com a criança de zero a seis anos, reafirmam o que está disposto nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil e enfatizam:

- A visão da criança completa, indicando um processo educativo que a considere como foco principal, sendo respeitada em suas diferentes linguagens, expressões e capacidade de criação.
- Entendimento de que cuidar e educar são ações indissociáveis e base de sustentação do processo educacional da criança nessa primeira fase da vida, com peso e importância vitais para a formação humana, especialmente quando realizadas com qualidade relacional.
- A concepção de que os elementos da Educação Infantil estão voltados ao desenvolvimento, à construção da autonomia, às primeiras vivências que impulsionam em direção ao conhecimento. Esse é o prisma pelo qual a ação educativa será pensada e articulada.
- A necessidade de superação de práticas tradicionais que valorizam, ainda hoje, uma concepção compensatória, preparatória ou antecipatória da Educação.
- A idéia de que a aprendizagem e o conhecimento estão presentes no âmbito da Educação Infantil e demandam sentido de intencionalidade, planejamento e acompanhamento, configurando posição indissociável das dimensões da constituição e do desenvolvimento infantil e suas relações com o meio natural e social.
- A linguagem, a socialização, o brincar e a interação como articuladores do desenvolvimento e, portanto, do conhecimento, estando em direta relação com o meio social.
- A compreensão da função social da instituição de Educação Infantil diante da necessidade das famílias de compartilhar a educação e o cuidado de

seus filhos, estabelecendo co-responsabilidade entre essas duas instâncias pela Educação Infantil.

Essas considerações acenam para a compreensão de que o processo educativo só se consolida pela interação com outros indivíduos. Sob o melhor de VYGOTSKI (1984), as aprendizagens que ocorrem constituem suporte para o desenvolvimento, e este abre perpectiva para novas aprendizagens. A interação social embasa o desenvolvimento e a aprendizagem, é a medição do adulto ou de parceiros mais experientes nas relações que a criança estabelece com o ambiente em que vive que possibilita a aquisição de experiência cultural.

A dinâmica desse processo possibilita a compreensão de que tudo está em correlação, não há cisão de elementos de maior ou menor importância no desenvolvimento ou na aquisição de aprendizagens. Assim, a proposta de trabalho educativo com a criança pequena dispensa a fragmentação de conteúdos ou a compartimentalização de aprendizagens estabelecidas em etapas a serem vencidas em um determinado tempo. A idéia é de uma permanente construção da ação educativa, considerando o direito da criança à infância e à educação, estabelecendo uma intenção entre o fazer pedagógico e a reflexão constante do que é realizado com as crianças, profissionais da Educação Infantil, família e comunidade.

A partir dessas considerações, resultado de ampla discussão entre profissionais que atuam com Educação Infantil, destacando-se, a seguir, três eixos articuladores do trabalho:

1. Infância: Tempo de Direitos;
2. Espaços e Tempos Articulados;
3. Ação Compartilhada.

Esses eixos consideram a dinâmica da prática pedagógica historicamente construída, a heterogeneidade e a multiplicidade de suas articulações, com o compromisso de pensar constantemente sobre o conjunto de práticas construídas e

posturas vinculadas ao processo educativo como elementos fundamentais para que a criança seja efetivamente respeitada em seu direito de ter um desenvolvimento pleno

3. MODALIDADES DE ENSINO

> “Se uma borboleta, se um pardal e se uma ignorada rãzinha podem encontrar alegria na vida, por que não estas crianças, só porque nasceram diferentes...” (Alves, Rubens)

3.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1.1 Contextualização Histórica

A partir do inicio do século XX é que se inicia muitos pensamentos a respeito da Educação focado nas pessoas que tinham alguma deficiência sensória, física ou mental, organizando serviços para dar conta dessas necessidades. Surgiram grandes instituições onde as pessoas portadoras de deficiência deveriam passar por processo educativo, mas que na realidade apenas serviram para segregá-las das pessoas, tendo pouco ou nenhum valor educacional formal.

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida em três grandes períodos históricos: de 1854 a 1956, marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993, definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 até os dias atuais caracterizados pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Na década de 80 e princípio dos anos 90 as pessoas com deficiência, se concentraram participando de movimentos, na luta pelos direitos que conquistaram e pelo respeito que reivindicam em suas necessidades básicas de convivência com as demais pessoas e sua inserção na sociedade, fazendo valer a sua cidadania. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61 houve uma garantia do direito dos "alunos excepcionais” à educação constituído em seu artigo 88, enunciando que para integrá-los na comunidade esses educandos deveriam enquadrar-se, dentro do admissível, no sistema geral de educação. Com o Parecer de 10/08/72, o Conselho Federal de Educação abrangeu a "educação de excepcionais" como sendo um contorno de escolarização, como educação escolar. Porém, o que na realidade ocorreu foi um enfoque clínico de prestação de serviços às pessoas com deficiência e opção pelo feitio repreensivo e preventivo dessas atuações sem nenhuma finalidade de se gerar a educação escolar apregoada pelo Parecer do CFE de 1972. O padrão utilizado era um modelo médico pedagógico e não modelo educacional escolar. O objetivo da inserção total e incondicional de todos os alunos, em uma escola aberta às diferenças, foi substituído pelo padrão médico pedagógico com assistência terapêutica, em prejuízo da educacional.

Em 1986 na Portaria CENESP/MEC nº 69, houve uma mudança na nomenclatura de "alunos excepcionais", para “alunos portadores de necessidades educacionais especiais”.

Em seu Artigo 208, a Constituição Brasileira de 1988 prevê:... o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:.."atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino".

No Capítulo V, em seu artº 58, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20/12/96, define como uma... "modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais". Enfim, a nova LDB 9394/96 determinou finalmente o lugar da educação especial na educação escolar. Seguindo as tendências de Salamanca, começam a surgir no Brasil as primeiras iniciativas de inclusão, tanto em entidades particulares e publicas. No documento “Adaptações Curriculares - Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais”, publicado em 1999, pela Secretaria de Educação Especial do MEC, fica clara a posição do governo: "O plano teórico-ideológico da escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos.

A Educação Especial segundo a Constituição Brasileira, é parte integrante, inseparável do direito à Educação, direcionada para pessoas portadoras de deficiência. A Constituição Federal e Estadual respectivamente em seus artigos 208, III, e 239, inciso 2º, estabelecem o direito a Educação para todas as pessoas, assegurando àquelas com necessidades educativas especiais o atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

Constitiu-se num conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizadas com o intuito de garantir a qualidade no acesso à Educação, apoiando, complementando e em determinados casos substituir os serviços educacionais do ensino regular e promovendo o desenvolvimento de potencialidades de cada aluno com necessidades educativas especiais respeitando a diversidade. Abrange todas as áreas da Educação Escolar da Educação Infantil até o Ensino Superior bem como as demais modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos e Profissinalizante.

Apresenta como proposta modalidades e programas de atendimento: Escola Especial, Classes Especiais, Sala de Recursos e Centro de Atendimento Especializado e Apoios Pedagógicos além de oferecer a modalidade de Adaptação Curricular aos alunos inclusos.

Tais programas e modalidades têm o intuito de direcionar o aluno que apresenta elevada capacidade ou ainda dificuldades para aprender direcionando a resposta que ela possa realizar valorizando seu potencial, desviando assim de suas dificuldades e limitações.

O atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais, em caráter temporário ou definitivo, que apresentam deficiência sensorial, física,

mental, limitações comportamentais e altas habilidades se processa pela Educação Especial, além de assistir alunos portadores de síndromes neurológicas e dificuldades de aprendizagem podendo ser atendidos dentro da rede regular no processo de Educação Inclusiva e quando não for possível nos serviços especializados.

3.1.2 Diagnóstico

No município da Lapa a Educação Especial se inicia no ano de 1976 com os primeiros atendimentos para portadores de deficiência auditiva. Na década de 80, é realizada a abertura da primeira classe especial na Escola Municipal "Serafim Ferreira do Amaral", depois houve a expansão de turma de Classe Especial na extinta Escola Barão do Rio Branco (atualmente Colégio São José) até 1992 sendo três turmas de DM, 2 turmas de DV e 1 de DA, tendo sido transferidas no ano de 1993 para a Escola Mun. Pedro Passos Leoni as áreas de DM , e as áreas de Deficiência Visual e Deficiência Auditiva ficaram lotadas na Escola Municipal Manoel Pedro, onde ficaram até o ano de 1996 também sendo transferidas para a Escola Passos Leoni . No ano de 1991 é fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Lapa, fruto da união de pessoas da comunidade e pais de alunos , visando suprir a necessidade de atendimento especializado de qualidade e de reabilitação as pessoas com necessidades educacionais do município sem limite de idade, para este atendimento, no ano de 1992 a APAE cria e mantem a Escola Especial "Integração à Vida" localizava-se inicialmente na Avenida Getúlio Vargas, prestando inicialmente atendimento para 08 (oito) alunos.

Hoje o município oferta o atendimento nas seguintes modalidades: Escola Especial, Classes Especiais, Sala de Recursos, Salas de Apoio Pedagógico, além de manter um Centro de Atendimento Especializado, bem como o atendimento nas áreas de D.M, D.A e D.V (bem como na Educação de Jovens e Adultos).

A Escola Especial “Integração a Vida”, mantida pela APAE está situada em sua sede própria na rua Tenente Henrique dos Santos, 717. Atendendo à 102 (cento e dois) alunos nas diversas modalidades de ensino: Educação Precoce-(0 a 3 anos), Educação Infantil _ Educação Pré Escolar (3 a 6 anos), Ensino fundamental (7 a 14 anos), Educação Pré Profissionalizante, Oficina Terapêutica , Oficina de Marcenaria, Artesanato e AVD; e também atende 8 alunos , e 8 matriculados em regime domiciliar (visitas, assistencialismo, consultas, medicação) da área urbana e rural portadores de necessidades educacionais especiais na área de deficiência mental e múltiplas(deficiências associadas), seguido também de condutas típicas, síndromes e psicoses, sem limite de idade para este atendimento. Tem um quadro de 10 professoras regentes especializadas em deficiência mental, professora de Ed. Artística e Musical, 01 pedagoga, 01 reeducadora visual, 01 instrutor que trabalha horta e jardinagem, conta também com atendimento de Equipe Técnica como: Assistente Social (prestando todo o serviço assistencial como consultas encaminhamentos, benefícios, aposentadorias , informações e apoio à família e medicação) , Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Fisioterapeuta. Psiquiatra e Fonoaudióloga.

As Classes Especiais: Atualmente, a Rede Municipal de Ensino conta com três classes especiais dentro das dependências da Escola Municipal “Dr Pedro Passos Leoni” alicerçada no princípio de integração, visando preparar o aluno com necessidades educativas especiais para a inserção numa classe comum compatível a seu nível de escolaridade. Visa o desenvolvimento global das potencialidades, incentivo a autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo, além de preparar os alunos a participarem ativamente do mundo social, atendendo num total de 30 alunos os quais são avaliados por neurologistas e psicólogos e se considerados de deficiência mental leve e com faixa etária entre 07 e 18 anos freqüentarão a modalidade de classe especial.

Para inserção no ensino regular os alunos são avaliados por uma equipe multidisciplinar formada por psicólogos, pedagogo, diretora e professores. O nível de atendimento da classe especial é de pré a 2ª série e a metodologia é variada voltada para o individual, porém com atividades coletivas que visam à socialização. O atendimento é feito por duas professoras especialistas em DM sendo uma delas com 40 horas semanais, atendendo 20 alunos, sendo 10 no período matutino e 10 no período vespertino e a outra profissional com 20 horas que atende 12 alunos no período vespertino. Atualmente conta com transporte escolar exclusivo, implantado a partir de maio/2008, sendo um micro ônibus adaptado, com capacidade para 16 alunos que realiza o transporte dos alunos de Classe Especial, DA, DV e de Sala de Recursos nos dois períodos.

Deficiência Auditiva: O atendimento na área da deficiência auditiva teve inicio na Escola Municipal "Serafim Ferreira do Amaral" no ano de 1976. Devido ao espaço físico a classe foi implantada na Casa José Lacerda onde instalaram-se ampliadores para o trabalho de fonoaudiologia e cada aluno recebia mensagens individuais em sua carteira equipada com fones auditivos, microfones, som e vibradores aguçando-lhes a percepção e reabilitação auditiva. Aproximadamente em 1994 o atendimento passou a ser feito na Escola Barão do Rio Branco atualmente Colégio São José. A partir de 1995 passou para a Escola Municipal Dr Manoel Pedro e em 1997 até o 1º segmento de 2008 o C.A.E.D.A (Centro de Atendimento Especializado em Deficiência Auditiva) esteve localizado na Escola Municipal Dr Pedro Passos Leoni. Hoje encontra-se no CAE – Centro de Atendimento Especializado "Monsenhor Henrique Falarz".

Durante o período compreendido entre 2003 a 2007 foi ofertado o PERAE - Programa de Escolaridade com Atendimento Especializado com atendimento de 40 horas semanais e 2 profissionais habilitados e sua cessação no ano de 2007 pelo fato de não haver o número de alunos suficiente para esse programa,sendo assim os mesmos foram inclusos no ensino regular com atendimento em contra turno no CAE.

Os alunos que freqüentam o centro, são alunos do ensino regular, particular e comunidade que após triagem e audiometria fica comprovada surdez parcial ou total. A metodologia é a mais diversificada, variada possível e considerando-se os níveis de atendimento é mais individual do que coletivo. Também é ofertado o Serviço Itinerante que consiste em assessoramento aos professores do ensino regular que têm alunos com deficiência auditiva.

O total de alunos atendidos no CAE é de 13 alunos, contando com dois profissionais habilitados em Deficiência Auditiva, com 20 horas semanais cada uma atendendo em turnos matutino e vespertino.

No ano de 2007, iniciou-se a capacitação em Libras, curso de Linguagem Brasileira de Sinais para professores, ministrado por instrutor surdo contratado especificamente para este fim e professora especialista em DA (deficiência auditiva), com carga horária de 60 horas e dado continuidade em 2008.

Deficiência Visual: Os atendimentos na área de Deficiência Visual iniciam-se no ano de 1989, com a implantação de programa de Reeducação Visual na extinta Escola Barão do Rio Branco (atualmente Colégio São José) até 1992 quando foi transferida para a Escola Mun. Pedro Passos Leoni.

Está destinado a atender pessoas portadoras de deficiência visual, cegueira e baixa visão. O atendimento é ofertado em caráter individual ou em pequenos grupos com patologias afins em horário contrário ao ensino regular, um a dois dias semanais. O aluno matriculado apresenta exame oftalmológico, laudo diagnóstico e avaliação educacional que confirma a necessidade do atendimento.

Não há limite de idade. O objetivo primordial é permitir o acesso e permanência dos portadores de deficiência visual no sistema de ensino, e estes serão garantidos através da instrumentalização metodológica e acompanhamento educacional específico, além de promover prevenção, identificação, avaliação e encaminhamento na área médica. Os programas oferecidos dentro do C.A. E. D. V. (Centro de Atendimento

para Educação de deficientes visuais) são: Serviço Itinerante, Reeducação Visual e Apoio a Escolaridade, Estimulação Precoce, Orientação e Mobilidade, também é responsável pelo Programa de Acuidade Visual para os alunos que iniciam na rede, fazendo triagem e encaminhamento a especialista quando necessário. Atividade de Vida Diária, Treinamento ao telescópio, apoio mais apoio à escolaridade, Sorobã e Braille.

Atualmente são atendidos no Centro de Atendimento Especializado “Monsenhor Henrique O. Falarz” 31 alunos advindos de escolas municipais, estaduais e comunidade. Conta com 1 professor com 40 horas semanais. Recebeu equipamentos (computador, impressoras, televisão e DVD, impressora em libras entre outros) advindos de programa do governo federal.

A Sala de Recursos Multifuncional foi implantada no final de 2006, iniciando atividades no ano letivo de 2007, devido a necessidade levantada nos últimos três anos anteriores, para dar suporte ao processo de escolarização a alunos em processo de inclusão, defasagem de aprendizagem ou ainda com acentuadas dificuldades de aprendizagem.

É um espaço organizado para atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais temporária ou permanente com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação adequada para garantir este atendimento. Trata-se de uma sala que pode ser utilizada para atendimento de diversas necessidades educacionais especiais, uma vez que é organizada para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional. Os equipamentos da sala (mesa, cadeiras, armários, 2 computadores, impressora, web cam) foram recebidos pelo município através de Programa de Sala de Recursos Multifuncionais do Governo Federal.

Os alunos são atendidos em contra turno, com grupos de 10 alunos por 2 horas, sendo desenvolvidos projetos específicos para cada turma de acordo com faixa etária e dificuldades de aprendizagem. A sala de recursos multifuncionais conta com 01 professor, com Especialização em Educação Especial, carga horária de 20 horas, atendendo 37 alunos, alternando atendimento matutino e vespertino.

As Salas de Apoio Pedagógico, foram criadas com o intuito de atender alunos inclusos, alunos com dificuldades de aprendizagem que apresentam história de fracasso escolar e alunos encaminhados por especialistas, a partir do ano de 2002. Atualmente as Salas de Apoio Pedagógico funcionam em 10 escolas da rede municipal de ensino atendendo aproximadamente 240 alunos, contando com cerca de 12 professoras. Os serviços prestados nestas salas não devem ser confundidos com reforço escolar, pois os alunos são trabalhados como um todo em todas as áreas do desenvolvimento, sendo estimulados a descobrirem as suas habilidades por meio das múltiplas inteligências. São atendidos por grupos de dificuldades em contraturno escolar. O encaminhamento se dá após avaliação da equipe multidisciplinar ou ainda da equipe pedagógica da escola. O professor que trabalha nesta sala deve ter preferencialmente Especialização em Educação Especial e o professor de Apoio deve elaborar projetos articulados com o professor regente, pôr em prática a proposta de trabalho, orientar os demais professores da escola, elaborar material didático, participar de reuniões e cursos, estar em contato com as famílias, ser pesquisador, manter contato com o centro de atendimento especializado, apresentar gráficos de resultados.

3.1.3 Centro de Atendimento Especializado (CAE)

Desde 1997 o Centro de Atendimento Especializado, estava funcionando nas dependências da Escola Municipal Dr Pedro Passos Leoni, oferecendo atendimento nas áreas de deficiência auditiva e visual .

Com o aumento da demanda e das especificidades do trabalho dentro da rede municipal de ensino, houve necessidade de criar um espaço mais adequado para os atendimentos e demais profissionais envolvidos no atendimentos dos alunos com necessidades educativas especiais e assim , no ano de 2008 foi construído com recursos próprios do município a sede do CAE, passando a ter o nome de Centro de Atendimento Especializado “Monsehor Henrique O. Falarz”, localizado na Rua Clementino Paraná nº. 345 Vila Serafim do Amaral.

O Centro de Atendimento Especializado “Monsehor Henrique O. Falarz” abrigará os atendimentos das áreas de Deficiência Visual e Deficiência Auditiva bem como oferecerá atendimento com profissionais das áreas Fonoaudiologicas,Psicológicas, Psicopedagogicas e Avaliação Psicoeducacional e Sala de Recursos atendendo aproximadamente 210 alunos da Rede Municipal.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Desde o inicio dos primeiros atendimentos na área de Educação Especial na década de 80 houve a necessidade de incorporação de outros técnicos como Psicólogo, Assistente Social e Fonoaudiólogo que pudessem auxiliar no processo de diagnóstico, assistência e tratamento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais. Nos primórdios estas necessidades eram supridas através de convênios com profissionais (psicólogos) autônomos que prestavam os serviços de avaliação psicoeducional afins de inserçao ou não nos diversos serviços da Educação Especial e os atendimentos especializados eram realizados de forma precária dentro da rede publica ou rede privada quando possível.

Já na década de 90 a Secretaria de Educação do Estado do Paraná oferece a formação para Avaliação Psicoeducacional para profissional avaliadores do município da Lapa – sendo uma vaga para Pedagogo e outra para Psicólogo, sendo que um deles era lotado na Secretaria de Educação e outro na Secretaria de Saúde, depois de um determinado período este também é transferido para a Secretaria de Educação, e a

Secretaria Estadual forneceu gratuitamente os Testes Psicológicos WISCH , Columbia e Bender . Neste período as demais necessidades como encaminhamento para Neurologia, Fonoaudiologia, Audiometria, Otorrinolaringologia eram prestadas através de parcerias entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, ou através de convênios com profissionais autônomos. Tais práticas eram extremamente fragmentadas e implicavam muitas vezes em cessação de atendimentos devido a dificuldade de manutenção financeira de tais convênios , manutenção dos profissionais na rede de saúde municipal de saúde entre outros e contribuíam para que os atendimentos fossem realizados de forma inadequada para as necessidades dos alunos. No final da década de 90, os técnicos responsáveis pelo processo de Avaliação Psicoeducacional são alocados em outras funções e atividades em outras Secretarias e os materiais dos testes foram encaminhados para a Secretaria de Saúde no Centro de Atendimento Especializado, porém não foram dados continuidade por outros profissionais, ficando na dependência de convênios.

No final de 2001, a Secretaria de Educação passa a contar com professora profissional com formação em Serviço Social, que entre suas atribuições organiza uma rotina de encaminhamentos para Serviços e/ou profissionais de saúde da rede pública bem como busca convênios, parcerias visando encaminhar os casos de alunos com dificuldade de aprendizagem portadores de necessidades especiais. A Secretaria de Educação firma convênio com Psicólogo para que realize Avaliações Psicoeducacionais e com médico Neurologista. Tal prática conseguiu resolver em parte a questão das avaliações, porém havia entraves como quando da exigência de exames complementares. Tal problema somente foi solucionado através da Secretaria de Saúde do Município da Lapa, que através da rede do Sistema Único de Saúde deu prioridade às solicitações da Educação. No ano de 2001 uma professora com formação em Psicologia passa a trabalhar dentro do Departamento de Educação vindo a trabalhar em conjunto com a profissional com formação em Serviço Social atuando

principalmente nos casos de acompanhamento e orientações a famílias e orientações nas escolas que permanece nesta função até inicio do ano de 2002. Também no final de 2001 é transferido da Secretaria de Saúde um psicólogo para dar atendimento à demanda especifica da Educação. Esse profissional é alocado nas dependências da Escola Municipal Pedro Passos Leoni e inicia suas atividades fazendo acompanhamento dos alunos das Classes Especiais e orientações a pais e professores.

As avaliações psicoeducionais continuavam a ser realizadas por profissional conveniado particular até 2002, uma vez que a Secretaria de Educação não tinha os testes psicológicos necessários que somente foram adquiridos para uso do profissional no final do referido ano.

Durante o período de 2003 a 2004 são realizados os atendimentos nas áreas de avaliação psicoeducacional e acompanhamentos dos casos, bem como encaminhamentos a outros serviços dos alunos da rede tanto da zona rural e urbana, em conjunto com a profissional com formação em Serviço Social, a Psicóloga e uma professora com especialização em Educação Especial, ficando assim constituída a primeira formação da Equipe Multidisciplinar. Os atendimentos nas áreas de fonoaudióloga ficavam ainda na dependência de vagas junto ao Centro de Especialidades do município, os encaminhamentos para audiometria, neurologia e oftalmologia eram conseguidos via Sistema Único de Saúde , no Centro de Referencia de Atendimento Integral ao Deficiente na cidade de Curitiba bem como no Hospital das Clinicas-CENEP e em número reduzido para o Hospital Pequeno Príncipe, sendo em alguns casos mais urgentes buscado consultas na rede particular (Neurologia e Oftalmologia – baixa visão), sendo pagos com recursos da Secretaria de Educação.

No ano de 2004, a Clinica de Especialidades da Secretaria de Saúde passa a atender os alunos com dificuldades de aprendizagem com um profissional com

formação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia ficando lotado na Secretaria de Educação, o qual passa a integrar a Equipe Multidisciplinar.

Com o crescente aumento de demanda para atendimento com fonoaudiologia, na segunda metade do ano de 2005 a Secretaria de Saúde passa a disponibilizar 10 horas exclusivas de profissional de fonoaudiologia, passando a atender as demandas da Educação. Tal processo se incrementa sendo que no ano de 2006 a referida profissional é transferida para a Secretaria de Educação passando a atender 30 horas semanais dentro das dependências da Escola Municipal Passos Leoni.

No ano de 2006 somam-se à equipe uma Pedagoga com formação em Psicopedagogia para atender aos alunos com necessidades de atendimento psicopedagógico, uma Psicóloga para auxiliar nas avaliações bem como iniciar atendimentos clínicos (uma vez que os atendimentos clínicos da área da Educação aguardavam em fila de espera da Clinica de Especialidades) e uma fonoaudióloga para implementar trabalho na área de Prevenção e prestar atendimentos fonoaudiologicos. Os encaminhamentos para Neurologia, Psiquiatria Infantil e Otorrinolaringologia dependem ainda da articulação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer junto a Secretaria de Saúde via Sistema Único de Saúde, tendo uma fila de espera considerável uma vez que serviços utilizados como o Hospital Pequeno Príncipe, Hospital das Clinicas e CRAID não atendem mais pessoas oriundas do município da Lapa. As audiometrias e consultas com oftalmologia são realizadas via SUS ou ainda através de convênios particulares.

Atualmente a Equipe é composta por: 1 profissional com formação em Serviço Social, 1 Pedagoga com Especialização em Educação Especial, 2 Psicopedagogas , 2 Psicólogas e 1 Fonoaudióloga, e os serviços prestados nessas áreas serão realizados – em espaço especifico para tal , nas dependências do CAE – Centro de Atendimento Especializado.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS - 1º. Semestre 2008

Serviço Social	Encam. para Oftalmologia	50 ALUNOS
	Encam. para Neuroligia	25 ALUNOS
	Encam. para Otorrinolaringo.	50 ALUNOS
	Encam. para Audiometria	25 ALUNOS
Psicologia	Avaliação Psicoeducacional	40 ALUNOS
	Atendimento Clinico	20 ALUNOS
	Visitas a escolas	36 ALUNOS
	Orientações a professores	80 ALUNOS
Fonoaudiologia	Atendimentos clinicos	230 ALUNOS
	Orientações a pais/escola	80 ALUNOS
Psicopedagogia	Atendimentos clínicos	48 ALUNOS
	Visitas a escola	20 ALUNOS

3.1.4 Metas

Com o objetivo de proporcionar uma educação para todos com qualidade foram levantados várias metas que ao longo de 10 anos merecem ser consideradas.

- Garantir a formação continuada de educadores para que aconteça no município, a partir da vigência do plano uma inclusão de qualidade dentro das diretrizes emanadas pelo projeto Educar na Diversidade do Ministério da Educação.
- Garantir, no prazo de 10 anos, escolas adaptadas para receberem os Portadores Necessidades Educacionais Especiais e que a partir do plano vigente todas as obras construídas no município sejam projetadas com adaptações.
- Atendimento eficaz oferecendo apoio adequado às crianças especiais, agilizando encaminhamentos aos serviços complementares seja na área de saúde e de ação social partir da vigência do plano.
- Manter transporte escolar pontual e gratuito, a partir do plano em vigência aos alunos que freqüentam o Centro de Atendimento Especializado e aos alunos inclusos no ensino regular, bem como aos profissionais que se comprometerem a trabalhar com as famílias na zona rural e urbana.

- Estabelecer a partir do plano em vigência, um número reduzido de alunos nas classes de ensino regular, as quais possuam alunos portadores de necessidades educativas especiais, bem como garantir a formação do professor regente e a valorização.
- Manutenção e expansão do Projeto de Acuidade Visual em que todas as crianças que ingressarem na rede municipal de ensino possar passar por triagem oftalmológica , bem como garantir o encaminhamento das crianças que necessitarem de avaliação oftalmológica quando necessário.
- Implantar no período de 5 anos Projeto de Acuidade Auditiva, em que todas as crianças que ingressarem na rede municipal de ensino possam passar por triagem de acuidade auditiva, bem como garantir o encaminhamento das crianças que necessitarem de prótese auditiva a serviço especializado e atendimento fonoaudiógico prioritário.
- Aquisição no prazo de 5 anos , de aparelho AUDIOMETRO e cabine para a realização das audiometrias dos alunos da rede municipal de ensino e de comunidade em geral.
- Aquisição no prazo de 2 anos, de Testes Psicológicos afim de garantir a melhor realização das Avaliações Psicoeducacionais.
- Aquisição de material pedagógico e psicopedagogico para manutenção dos serviços do Centro de Atendimento Especializado.
- Contratação de um Terapeuta Ocupacional afim de implantar projeto de Pré Profissionalizante focado para alunos com Deficiência Mental maiores de 14 anos no prazo de 2 anos.
- Garantir uma professora especializada para serviço itinerante a fim de atender as escolas de ensino regular que tenham alunos inclusos.

- Criar a partir do plano em vigência projetos profissionalizantes para os alunos Portadores Necessidades Educacionais Especiais visando encaminhá-los para o mercado de trabalho.
- Garantir o cumprimento da lei que exige empresas com mais de 100 funcionários reserve 10% das vagas aos Portadores Necessidades Educacionais Especiais a partir do plano.
- Contratação no prazo de 02 anos um neurologista com especialização em neuropediatria, um médico hebiatra e um psiquiatra com especialização em distúrbios infantis para atenderem os alunos especiais do município e demais clientela.
- Maior integração do corpo docente da Escola Especial, Centro Especializado e Ensino Regular a partir da vigência do plano.
- Incentivar durante os 10 anos de vigência deste plano a realização de cursos, pesquisas, palestras, grupo de estudos, debates exposições sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos Portadores Necessidades Educacionais Especiais.
- Garantia e manutenção a partir da vigência do plano interprete para atuar nas classes que há alunos surdos inclusos no ensino fundamental, médio e superior, promovendo parceria entre município e estado, onde o mesmo profissional poderá atuar nos dois segmentos.
- Garantia e manutenção de instrutor surdo para ministrar cursos de libras para alunos, famílias comunidade e pessoal da unidade escolar, bem como disponibilizar recursos para aperfeiçoamento do instrutor.
- Dar continuidade semestralmente no Curso de LIBRAS voltado para comunidade escolar, profissionais de saúde e comunidade em geral.
- Garantir se necessário a partir do plano em vigência a abertura de novas classes especiais se houver alunos avaliados.

- Garantir a contratação de um professora itinerante com especialização em Educação Especial a fim de prestar atendimento aos alunos inclusos nas Escolas do Campo e escolas da zona rural.
- Manter e ampliar os atendimentos do Centro de Atendimento Especializado, com desenvolvimento de projetos a fim de assessorar todas as escolas do município (municipais e estaduais) que tenham alunos inclusos e com dificuldades de aprendizagem, coordenar a educação especial, apoio pedagógico, contando com psicólogo, fonoaudióloga, assistente social, psicopedagogo, pedagogo e professores habilitados, bem como oficinas profissionalizantes e programas de estimulação precoce.
- Assegurar a inclusão no projeto pedagógico das escolas, oferecendo condições para que este processo aconteça com qualidade a partir da vigência do plano.
- Garantir recursos para a educação especial, para manutenção, compra de materiais e desenvolvimento no ensino.
- Garantir curso de capacitação nas áreas de deficiência visual, auditiva, mental, física, deficiências múltiplas, condutas típicas e altas habilidades aos professores, pedagogos, diretores, profissionais da saúde e demais envolvidos no processo a partir da vigência do plano.
- Criar uma comissão de educação especial para buscar novas parcerias e para efetivação destas junto ao plano diretor do município a partir da vigência do plano.
- Garantir ao final de 05 anos que os alunos com necessidades educativas especiais tenham acesso à tecnologia de acordo com a especialidade de cada área.

- Viabilizar e agilizar junto a central de consultas atendimentos na área de neurologia, psiquiatria, oftalmologia, otorrinolaringologia e ortopedia de forma a atender os alunos a partir da vigência do plano.
- Garantir a partir da vigência do plano a continuidade do apoio profissional,financeiro e pedagógico a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
- Garantir a partir da vigência do plano continuidade no atendimento no CAE, classes especiais, apoio pedagógico aumentando a oferta de atendimento com profissionais devidamente qualificados.
- Buscar estágios para os alunos Portadores Necessidades Educacionais Especiais.
- Garantir a continuidade das avaliações psicoeducacionais aos alunos da rede municipal de ensino, bem como os encaminhamentos a especialistas a partir da vigência do plano.
- Criar a partir da vigência do plano um Centro de Estimulação precoce em parceria com a saúde e ação social para crianças com necessidades educativas especiais priorizando o atendimento na Educação Infantil.
- Manutenção da sala de recursos, bem como abertura de 3 novas salas a fim de dar conta da demanda reprimida no prazo de 2 anos.
- Manutenção dos técnicos que compõem a Equipe Multidisciplinar dentro dos quadros da Secretaria Municipal de Educação, bem como a contratação efetiva de um Assistente Social, Terapeuta Ocupacional e Instrutor de Libra, ampliação do quadro de fonoaudiólogo e psicólogo.

3.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.2.1 Contextualização Histórica

Ao longo da história da educação no Brasil, muitos foram os excluídos do sistema educacional, outros nem chegam a participar do processo ou participam por pouco tempo. Constata-se o desencadear de uma educação com sistemas de avaliação seletiva, discriminatória e excludente, enraizadas pelas várias tendências praticadas no ideário pedagógico.

O analfabetismo, como uma das partes mais perversas dessa problemática, não é um fato recente esteve presente desde o início da colonização brasileira e perdurou por muito tempo, deixando como legado um contingente populacional que não teve acesso à escola na idade própria ou — quando o teve, dada a inadequação da estrutura de ensino — evadiu-se e ficou à margem do processo de escolarização. Esse fato está na causa do quadro existente que se traduz no grande número de analfabetos em nosso país, assim como na necessidade de atendimento em programas de Educação de Jovens e Adultos. Busca-se, hoje, suprir o direito que lhes foi negado à época apropriada e o enfrentamento desse problema deve ser realizado pelo Poder Público e pela sociedade em geral.

A partir da década de 40, a educação de adultos passou a se constituir como tema de política educacional no Brasil, com programas e ações paleativas para esta problemática, onde se destacam: o Programa Minerva e o Mobral, entre outros.

Diante da constatação de dados estatísticos que demonstram a existência de trinta milhões de pessoas não alfabetizadas no Brasil e, mais especificamente, que 9,5% da população não é escolarizada, é fundamental importância ter uma concepção clara de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Desse modo, tradicionalmente, consideram-se analfabetos[1] aqueles indivíduos que contam com 15 anos de idade ou mais; isto é, apenas aqueles que ultrapassaram a idade constitucional de freqüência ao Ensino Fundamental obrigatório.

A taxa de analfabetos entre os 15 e os 19 anos é considerada crucial para o desenvolvimento socioeconômico e funciona como um dos indicadores que compõem o índice de desenvolvimento humano (IDH). Essa faixa corresponde às idades iniciais da população economicamente ativa (PEA) ou em idade ativa (PIA), que está compreendida até o grupo de 40 a 49 anos. A escolarização e qualificação desse público é de fundamental importância para averiguar ocupação, renda e qualidade de vida e, conseqüentemente, formular diagnósticos econômicos e sociais.

A ampliação do atendimento escolar, nos últimos vinte anos, teve forte impacto no processo de desaceleração da taxa de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias mais jovens, reduzindo, drasticamente, o surgimento de novos analfabetos. Entretanto, o número de analfabetos funcionais continua alto, deduzindo-se daí, que o sistema educacional continua produzindo novos não alfabetizados ou precariamente

[1] *Em 1958, a UNESCO definia como* ***analfabeto*** *o indivíduo que não conseguia ler ou escrever um bilhete simples ou que apenas assinava o próprio nome. Incluía também os que aprenderam a ler e escrever, mas regrediram a estágios anteriores de analfabetismo porque a continuidade dos estudos não lhes foi assegurada. Vinte anos depois, esse conceito foi revisto, tendo sido adotado o conceito de* ***analfabeto funcional*** *para designar a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever frases simples, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia, bem como continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.*
O IBGE identificava os analfabetos diretamente com a pergunta "Sabe ler ou escrever?". A partir de 1980, a questão foi alterada para "anos de estudo", sendo considerado não alfabetizado quem respondesse ter "nenhum ou um". Já o indicador para analfabeto funcional é o nível de instrução, obtido com as seguintes questões: "Se está estudando, qual a série que está cursando?" ou "Qual a última série cursada?". Os dados disponíveis, aqui utilizados, consideram a população residente analfabeta quando o número de anos de estudo for inferior a quatro.

alfabetizados, ou seja, os mecanismos de exclusão da população do sistema escolar continuam presentes.

A defasagem educacional de contingente expressivo da população, decorrente do abandono precoce da escola — causado por circunstâncias desfavoráveis no processo de escolarização e/ou problemas socioeconômicos diversos — reflete-se no aparecimento de uma massa de jovens e adultos que demanda formas alternativas de estudos para suprir suas necessidades educacionais.

Embora a meta da universalização do atendimento educacional gratuito para toda a população dos 7 aos 14 anos esteja praticamente concretizada no município da Lapa – atuando preventivamente sobre demandas futuras – ainda existe um grupo de alunos com defasagem na relação idade-série e também um contingente populacional de jovens e adultos mais idosos com sérias lacunas no seu processo de escolarização.

Observa-se, ao longo da história, que as políticas para a Educação de Jovens e Adultos assumiam um caráter de compensação e não de direito assegurado. Nesse sentido, os cursos de madureza, Mobral, exames supletivos, cursos de alfabetização de adultos, cursos noturnos foram alternativas adotadas por autoridades educacionais para atender à referida demanda. A Lei 5.692/71, a antiga LDB, definia o ensino supletivo como aquele que se destinava a "suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a haviam seguido ou concluído na idade própria".

A Lei de Diretrizes e Bases vigente (Lei 9.394/96), entretanto, define a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da Educação Básica, nas suas etapas Fundamental e Média, "destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos", assumindo claramente uma nova concepção a partir das idéias de reparação e eqüidade. Seus princípios possibilitam ainda aos sistemas de ensino oferecer alternativas diferenciadas e adequadas às condições dessa clientela, incluindo a valorização da experiência extra-escolar e o vínculo entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

3.2.2 Diagnóstico

De ofertar os “saberes historicamente produzidos” a todos os cidadãos, para o enfrentamento do mundo, alterou, radicalmente, a concepção de Educação de Jovens e Adultos, que não mais se restringe a um período particular da vida, nem a uma finalidade restrita, como apenas aprender a ler e a escrever.

Para atender a essa clientela, numerosa e heterogênea, torna-se necessário diversificar os programas.

A escolarização de jovens e adultos é uma alternativa para atender às necessidades específicas do jovem também da área rural, capacitando-o para novos trabalhos relacionados ao campo e desestimulando a sua migração para periferias dos grandes centros urbanos.

O resgate da dívida educacional para com a população de jovens e adultos não deve se restringir à oferta de formação equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. A oferta desse nível completo é parte integrante dos direitos assegurados pela Constituição Federal e deve ser, gradativamente, estendida a todos.

> O perfil do aluno da EJA-Educação de Jovens e Adultos vem mudando ao longo dos anos, principalmente na última década, os educadores, professores, pesquisadores, vêm-se deparando com a presença marcante de adolescentes e jovens nas salas de aula, principalmente, nas escolas noturnas dos grandes centros urbanos.
>
> Esse fenômeno pode ser entendido a partir de uma análise que relacione educação, juventude e desigualdades sociais. Segundo dados do IBGE, a enorme desigualdade em que se encontram os jovens brasileiros é determinada, principalmente, pela situação de renda, diversidade, trabalho e educação. Dos cerca de 170 milhões de brasileiros, a população jovem correspondia em 2001 a 33,2 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos de idade.
>
> No que se refere à escolaridade, dentre os cerca de 15 milhões de analfabetos, observa-se a existência de 5% de jovens analfabetos na faixa de 15 a 19 anos; 7,6% na de 20 a 24 anos e 8% na de 25 a 29 anos. Dentre os dados de maior expressão das desigualdades sociais, destaca-se o fato de que, mais da metade dos jovens que ainda não têm acesso à leitura e à escrita são negros e indígenas.

No município da Lapa/Pr, há uma população de aproximadamente 41.838 habitantes, sendo 24.070 habitantes da área urbana e 42,47% da área rural, dessa população 92,30% estão alfabetizados, o que nos deixa uma lacuna de 7,70% de habitantes sem escolarização.

*Dados conforme Censo IBGE 2000, in site da Lapa.

Porém, desses a grande maioria se encontra na área rural do município e possuem idade superior a 50 anos, o que dificulta grandemente o processo de escolarização, pois eles dizem: “Já vivi até aqui, sem ler, posso continuar assim”.

O Brasil Alfabetizado, do qual o município da Lapa participou no ano de 2005 com o cadastramento de 138 jovens e adultos, dos quais 62 alfabetizandos que representam um portal de entrada para a cidadania, promovendo aos jovens e adultos o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida, já nos anos de 2006, 2007 e 2008, a Lapa aderiu ao Projeto Paraná Alfabetizado, versão paranaense do Projeto do Governo Federal, que busca sanar as lacunas ainda existentes quanto a alfabetização no Estado, conforme dados das tabelas abaixo:

2006

LOCAL	***NÚMERO DE ALFABETIZANDOS***
RESTINGA	*06*
ESCOLA ABIGAIL CORTES	*15*
PASSA DOIS	*08*
SANTO AMARO	*08*
VILA DO PRÍNCIPE	*12*
COHAPAR	*25*
VILA SÃO JOSÉ	*14*
TOTAL CADASTRADOS	*88*
TOTAL ALFABETIZADOS	*40*

2007

LOCAL	***NÚMERO DE ALFABETIZANDOS***
VICENTINOS	*64*
BARRA DOS MELOS	*11*
SANATÓRIO	*15*

ESCOLA MIRAZINHA	*12*
CENTRO COMUNITÁRIO MARIENTAL	*10*
ASSENTAMENTO CONTESTADO	*26*
TOTAL CADASTRADOS	*138*
TOTAL ALFABETIZADOS	*64*

2008

LOCAL	***NÚMERO DE ALFABETIZANDOS***
VICENTINOS	*35*
MATO PRETO	*08*
COLÉGIO GENERAL CARNEIRO	*09*
CASA COMUNITÁRIA	*09*
ESC. MUNICIPAL EMILIA F. DO AMARAL	*09*
ASSENTAMENTO	*19*
RIO DA AREIA	*07*
ESC. MUNICIPAL LAURO MONTENEGRO	*09*
IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA	*09*
CAIC	*15*
TOTAL ALFABETIZADOS	*129*

A parceria entre Estado do Paraná e Prefeitura Municipal torna possível a implementação do Programa, sendo que cabe ao Estado o pagamento dos alfabetizadores e à Prefeitura a articulação, assessoramento pedagógico, espaço físico, material didático e merenda escolar.

3.2.3 EJA – Educação de Jovens e Adultos – Fase I

A Educação de Jovens e Adultos conta com a proposta própria e manutenção através de recursos da Secretaria Municipal de Educação, tendo a seguinte formatação nos últimos anos.

2005

ESCOLA	***ALUNOS***
CAMPOS SALES	*05*
ELOÁH D'AMICO RYCHWA	*22*
LAURO MOREIRA MONTENEGRO	*13*
PEDRO FÁVARO CAVALIN	*22*
TOTAL	*62*

2006

ESCOLA	***ALUNOS***
CEEBJA PAULO LEMINSKI	*15*
ELOÁH D'AMICO RYCHWA	*25*
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL	*21*
LAURO MOREIRA MONTENEGRO	*10*
PEDRO FÁVARO CAVALIN	*15*
TOTAL	*86*

2007

ESCOLA	***ALUNOS***
CEEBJA PAULO LEMINSKI	*45*
ELOÁH D'AMICO RYCHWA	*18*
JOÃO LEOPOLDO JACOMEL	*07*
PEDRO FÁVARO CAVALIN	*06*
TOTAL	*76*

2008

ESCOLA	***ALUNOS***
CEEBJA PAULO LEMINSKI	*54*
ELOÁH D'AMICO RYCHWA	*16*
TOTAL	*70*

Diante disso percebe-se que a EJA possui, portanto, uma dinâmica própria, cujo objetivo maior é proporcionar ao jovem e adulto a oportunidade de acesso à educação. Destina-se àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade própria ou não tiveram a possibilidade de continuar esses estudos, ofertado gratuitamente aos adolescentes, jovens, adultos e idosos a partir de 14 (quatorze) anos completos, com carga horária mínima de 1.200 (hum mil e duzentas) horas, e fixação de início e término dos cursos independendo do ano civil, exigindo-se freqüência mínima de 75% nas atividades presenciais, para aprovação.

Não há período estabelecido para a matrícula. Os candidatos podem efetuá-la em qualquer época do ano letivo, iniciando registro de freqüência a partir desta.

O aluno é promovido de uma Unidade Curricular à outra, quando obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis).

Desta forma, a Educação de Jovens e Adultos é pensada como um modelo pedagógico próprio, com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas as necessidades educacionais de jovens e adultos, englobando as três funções: a **reparadora**, a **equalizadora** e a **qualificadora,** citadas no Parecer 11/00 da CEB/CNE.

Segundo o Parecer, a função **reparadora** significa a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento de igualdade de todo e qualquer ser humano. A função **equalizadora** dará cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos da sociedade possibilitando-lhes a reentrada no sistema educacional .

Finalmente, a Educação de Jovens e Adultos deve ser vista como uma promessa de qualificação de vida para todos, propiciando a atualização de conhecimentos por toda a vida. Isto é a função **permanente** da Educação de Jovens e Adultos.

3.2.4 Diretrizes e Metas

A concretização das diretrizes e metas para a Educação de Jovens e Adultos requer a garantia e a programação de recursos públicos necessários.

Metas

- Ampliar qualitativamente e significativamente o atendimento da demanda de por Educação de Jovens e Adultos – sob formas diversas e flexíveis – assegurando o ingresso, sucesso permanência nos estudos, até que sejam alcançadas as metas de superação do analfabetismo e a universalização da educação básica.
- Assegurar, em cinco anos, a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental para 50% da população de 15 anos e mais anos, dos cidadãos que não tenham atingido esse nível de escolaridade.
- Assegurar, até o final da década, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental para toda a população de 15 anos e mais anos que concluiu as quatro séries iniciais.
- Estabelecer programa municipal para assegurar que as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames de suplência para jovens e adultos de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

- Assegurar que as instituições públicas de Ensino Superior do Estado mantenham programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitando-os para atuar de acordo com o perfil da clientela e habilitados para, no mínimo, o exercício do Magistério nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental.
- Estabelecer políticas para a Educação de Jovens e Adultos que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil.
- Mapear, por meio de censo educacional, nos termos do artigo 5º, § 1º da LDB, a população analfabeta, por bairro ou distrito, nas residências e/ou locais de trabalho, visando localizar a demanda e viabilizar a oferta de Educação de Jovens e Adultos para essa população.
- Reestruturar e fortalecer, na Rede Municipal de Educação, o setor próprio incumbido de promover a Educação de Jovens e Adultos.
- Sempre que possível, associar ao Ensino Fundamental para Jovens e Adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional.
- Realizar, no sistema de ensino, a cada dois anos, avaliação e divulgação dos resultados dos programas de Educação de Jovens e Adultos, como instrumento capaz de assegurar o cumprimento das metas deste Plano.
- Implementar proposta curricular condizente com o jovem, adulto e idoso, estabelecendo estratégias, metodologias adequadas para atender as suas especificidades, vinculadas à diversidade cultural, lingüística, social, histórica e politica desta demanda.
- Assegurar no quadro próprio do magistério, grupo de professoras com formação específicas para atuar na Educação de Jovens e Adultos.

- Avaliar e garantir a adequação do trabalho pedagógico com as demandas de pessoas com necessidades especiais nos cursos de Educação de Jovens e Adultos.
- Assegurar a oferta de merenda escolar para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

4. SERVIÇO DE APOIO EDUCACIONAL

> "A educação constitui inegavelmente uma resposta ao mundo e sem dúvida, a mais fundamental." (DELORS, Jacques, 2001)

4.1 SECRETARIA ESCOLAR E OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A Secretaria Escolar é a porta de entrada da escola para a Comunidade externa. É ela que recebe as pessoas que se dirigem à escola pelas mais variadas razões: desde as famílias dos alunos e as que estão procurando vaga para os filhos, até fornecedores de todo o tipo, fiscais e representantes do poder público. A Secretaria da Escola é também a produtora e guardiã da memória e da documentação da escola, de seus alunos e professores, das atas de reuniões e correspondências. Além disso, ela é

um braço executivo da Diretoria. Por essas razões, não é exagero dizer que a Secretaria da Escola depende do bom ou mau funcionamento da organização escolar.

Há um componente, em particular, de relevante importância: a produção e organização de informações que inclui o Sistema SERE (Sistema Estadual de Registro Escolar), utilizado pela Rede Municipal de Ensino do municipal da Lapa, a qual gera as informações de alunos, professores e equipe técnico-administrativa.

As informações alimentadas por esse sistema são suficientes para as autoridades municipais monitorarem o funcionamento de cada escola no que se refere aos alunos (idade, série, matrícula, aprovação e retenção de alunos além de controlar notas, faltas e médias, gerando relatórios e boletins escolares).

4.1.1 Programa Bolsa Família

É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza. Cada município tem um operador municipal responsável pelo registro bimestral e acompanhamento da freqüência Escolar, registro este realizado pelo Projeto Presença on-line diretamente ligado ao MEC.

No município da Lapa são aproximadamente 3.500 alunos,os beneficiados que são acompanhados bimestralmente pelo Programa.

4.1.2 Processo de matrículas por Georreferenciamento

O objetivo do processo de matriculas por Georreferenciamento é garantir a matrícula dos alunos na Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, no estabelecimento de ensino mais próximo de sua residência, utilizando um sistema informatizado desenvolvido para este propósito, visando o cumprimento da legislação vigente:

- Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 53 Inciso V, que aponta como Direito da Criança o “Acesso à Escola Pública e Gratuita próxima de sua Residência”.

- A Constituição do Estado do Paraná, Art. 178 Inciso I, que é dever do Estado e da Família garantir a “Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação”.

A metodologia de Georreferenciamento no Município da Lapa será implantada no ano letivo de 2008, pela Diretoria de Administração Escolar do Estado do Paraná (DAE), para vigorar no ano letivo de 2009 a qual contemplará Estabelecimentos do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

4.1.3 Censo Escolar

A partir do registro no Censo Escolar, tendo como informante o Diretor ou o responsável , o Governo Federal define o repasse de verbas para a educação, proporcionalmente ao número de alunos matriculados.

Resultados do Censo Escolar 2007

LAPA- PR

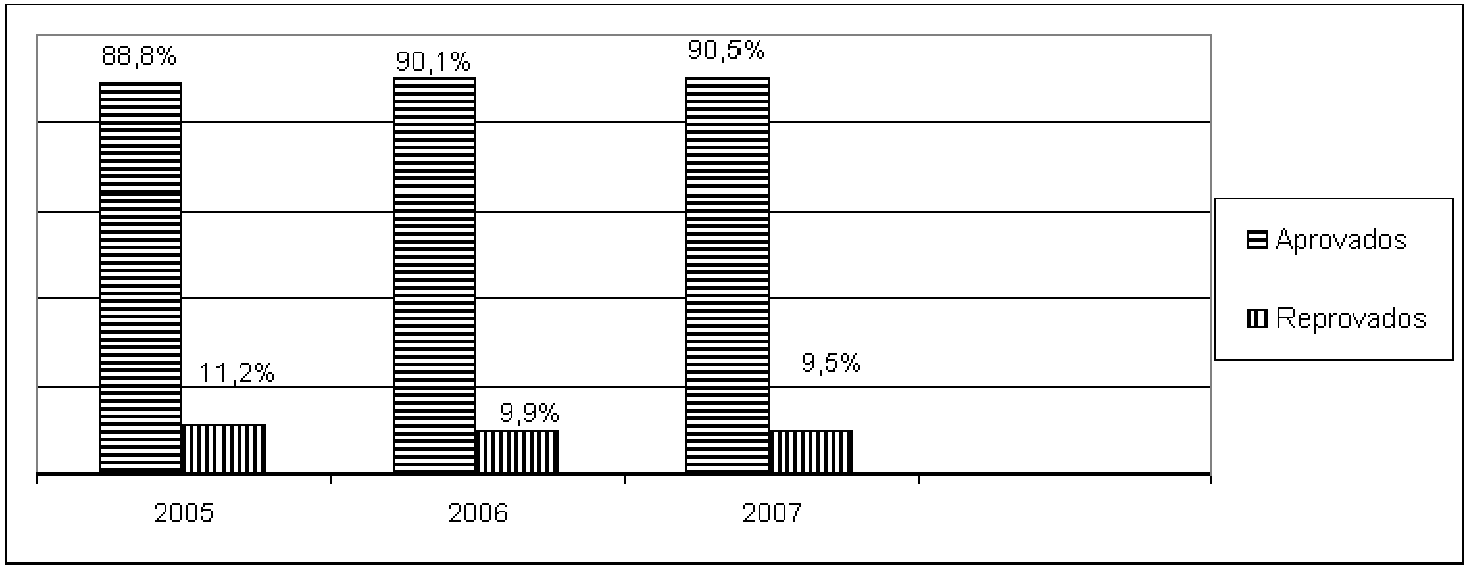
Município	Dependência	Matrícula Inicial																				
		Ed.Infantil		Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional (Nível Técnico)	Educação de Jovens e Adultos - EJA (presencial)		EJA (semi-presencial)		EJA Integ. Ed. Prof	Educação Especial(Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)								
		Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais			Funda-mental	Médio	Fundamental	Médio		Creche	Pré-Escola	Anos Iniciais	Anos Finais	Médio	Ed. Prof. Nível Técnico	EJA Fund[1]	EJA Médio[1]	EJA Integ. Ed. Prof
LAPA	Total	363	804	3.633	3.314	1.873	72	651	419	0	0	0	4	16	76	8	1	0	78	4	0
	ESTADUAL	0	0	0	3.180	1.771	72	569	419	0	0	0	0	0	0	8	1	0	15	4	0
	MUNICIPAL	317	727	3.514	0	0	0	82	0	0	0	0	0	4	55	0	0	0	10	0	0
	PRIVADA	46	77	119	134	102	0	0	0	0	0	0	4	12	21	0	0	0	53	0	0

[1]Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

4.1.4 GRÁFICO DEMONSTRATIVO - PERCENTUAIS DE APROVEITAMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - 1ª A 4ª SÉRIES - LAPA PARANÁ

ANOS:2005 / 2006 / 2007

ÍNDICE TOTAL DO MUNICÍPIO



- 2005 - 3.665 alunos
- 2006 - 3.703 alunos
- 2007 – 3.588 alunos

4.2 TRANSPORTE ESCOLAR

O Transporte Escolar como dever do município garante o Acesso e Permanência do Educando no Ambiente Escolar.

4.2.1 Diagnóstico do Transporte Escolar

O município da Lapa atende hoje uma média de 70 comunidades, oferecendo o transporte escolar diário aos alunos da rede pública de ensino da zona rural, com qualidade e segurança, ampliando cada vez mais as rotas, visando reduzir a permanência do aluno dentro do ônibus. Ressaltamos ainda que nos últimos quatro anos houve um aumento de 12 linhas para melhor atender à comunidade escolar. Também o município oferece hoje transporte exclusivo para alunos com necessidades especiais, percorrendo diariamente aproximadamente 80 Km.

Em 2008 foram atendidos pelo Transporte Escolar:

- Alunos de 1ª a 4ª série: **1.572 alunos**
- Alunos de 5ª a 8ª série: **1.539 alunos**
- Alunos do Ensino Médio: **564 alunos**
- Alunos do Ceebja: **351 alunos**
- **Alunos Especiais: 12** alunos
- Alunos de Curso técnico**: 108 alunos**
- **Totalizando: 4.146 alunos**

São licitadas 40 linhas terceirizadas que percorrem o Município da Lapa 5.022 Km/dia e 968 km/semana para alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda dispomos 08 linhas da frota própria que percorrem 940 Km/dia

Metas de Transporte Escolar para os próximos anos

- Aquisição de um automóvel exclusivo para o acompanhamento das linhas do Transporte Escolar.

- Ampliar o número de veículos (ônibus) para o Transporte Escolar da Frota Própria;
- Instalação de guaritas em todos os pontos de embarque dos alunos usuários do Transporte Escolar no município da Lapa;
- Identificação dos motoristas responsáveis pelo Transporte Escolar por meio de uso de uniformes personalizados;
- Capacitação continua dos motoristas, no que se refere à direção defensiva, transporte coletivo e transporte escolar.
- Acompanhamento psicológico dos motoristas, visando a melhoria das relações interpessoais motoristas X motoristas, motoristas X alunos, motoristas X professores, motoristas X pais e comunidade.
- Valorização dos profissionais do Transporte Escolar através da melhoria de salários;
- Adaptação do Transporte Escolar no Sistema do Georeferenciamento

4.3 PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

4.3.1 Histórico no País do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da Educação Infantil (creches e pré-escola) e do Ensino Fundamental, inclusive das escolas indígenas, matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a

seis anos de idade” (inciso IV) e “atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (inciso VII).

Atualmente, o valor per capita repassado pela União é de R$ 0,22 por aluno de creches públicas e filantrópicas, de R$ 0,22 por estudante do ensino fundamental e da pré-escola. Para os alunos das escolas indígenas e localizadas em comunidades quilombolas, o valor per capita é de R$ 0,44. Os recursos destinam-se à compra de alimentos pelas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e pelos Municípios.

O repasse é feito diretamente aos Estados e Municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

4.3.2 Execução no País

Os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE transfere a verba às entidades executoras (Estados, Distrito Federal e Municípios) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento.

As entidades executoras (EE) têm autonomia para administrar o dinheiro e compete a elas a complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar, conforme estabelece a Constituição Federal.

A elaboração do cardápio escolar, sob responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deve ser elaborado por nutricionista habilitado, com o acompanhamento do CAE, e ser programado de modo a suprir, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches

e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do Ensino Fundamental, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade. Sempre que houver a inclusão de um novo produto no cardápio, é indispensável a aplicação de testes de aceitabilidade.

A aquisição dos gêneros alimentícios para o cumprimento do cardápio é de responsabilidade dos estados e municípios, e devem obedecer a todos os critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21/06/93 , e suas alterações, que tratam de licitações e contratos na administração pública.

A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 dias letivos. Cada parcela corresponde a vinte dias de aula. Do total, 70% dos recursos são destinados à compra de produtos alimentícios básicos, ou seja, semi-elaborados e *in natura*. O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado da seguinte forma: **TR = Número de alunos x Número de dias x Valor *per capita***, onde TR é o total de recursos a serem recebidos.

A escola beneficiária precisa estar cadastrada no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Já a escola filantrópica necessita comprovar no censo escolar o número do Registro e do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, emitidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como declarar o interesse de oferecer alimentação escolar com recursos federais aos alunos matriculados.

Vários agentes estão envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Eles exercem atividades de gestão, controle ou fiscalização e atuam no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é o Colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, professores e pais de alunos, com mandato de dois anos. O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno - São órgãos fiscalizadores.

Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou órgãos similares - Responsáveis pela inspeção sanitária dos alimentos.

Ministério Público da União - Responsável pela apuração de denúncias, em parceria com o FNDE.

Conselho Federal de Nutricionistas - Responsável pela fiscalização do exercício da profissão, reforçando a importância da atuação do profissional na área da alimentação escolar.

4.3.3 Programa Municipal de Alimentação Escolar no Município da Lapa – Diagnósticos

O Programa Municipal de Alimentação Escolar está inserido na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. É tecnicamente administrado pela Divisão de Alimentação Escolar controlando os recursos financeiros e as ações de Nutrição de toda área de Educação do município: escolas municipais, CMEIs (Creches), escolas estaduais (parcialmente) e as entidades filantrópicas do município.

O CAE (Conselho Municipal de Educação) foi criado em 24/04/2001 com o Ato Municipal de Criação de Lei nº 1528. Desde então são feitas reuniões periódicas para prestação de contas e repasse de informações aos conselheiros sobre o andamento e aplicações dos recursos destinados ao programa no município.

São elaborados cardápios para aquisição de alimentos, através de licitações, suprindo 100% das necessidades nutricionais diárias das crianças de 4 meses a 5 anos das Creches municipais com recursos municipal e federal (PSB_CRIANÇA). Nas escolas são oferecidos lanches (merenda) com aproximadamente 350 kcal (quilocaloria), contendo de 9 a 12 g de proteína diária, equivalente a 15% das necessidades nutricionais diárias de crianças de 6 a 14 anos de idade, com recursos MUNICIPAL E FEDERAL-(PNAE).

As escolas estaduais do município são atendidas com produtos repassados pela FUNDEPAR.

As entidades filantrópicas são atendidas com produtos hortifrutigranjeiros e alguns produtos básicos.

A nutricionista é responsável pelo atendimento técnico e clínico, elaboração de cardápios, encontros de formação profissional para Merendeiras (municipais e estaduais), Cozinheiras e Serviços Gerais, ações de orientação e supervisão visando desenvolver o controle higiênico-sanitário, desenvolvimento de técnicas e dietéticas, projetos de melhoramentos como o de "Educação Nutricional", entre outros. Todas as ações de Nutrição visam a saúde dos educandos, estendendo também, muitas vezes, a toda comunidade escolar e familiares das crianças de escolas e creches do município.

4.3.4 Diretrizes

Art. 3º. São diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE- as quais o Município da LAPA deverá contemplar permanentemente:
I – **O emprego da alimentação saudável e adequada**, que compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura e as tradições alimentares, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos em conformidade com a faixa etária, sexo e atividade física e o estado de saúde dos mesmos, inclusive os que necessitam de atenção específica;
II - a aplicação da **educação alimentar e nutricional** no processo de ensino e aprendizagem;
III – **a promoção de ações educativas** que perpassam transversalmente pelo currículo escolar, buscando garantir o estabelecido no inciso I deste artigo;
IV – **o apoio ao desenvolvimento sustentável**, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local.

A Alimentação saudável na escola é um direito humano-diretrizes do FNDE, Ministério: da Educação, da saúde, do desenvolvimento social e combate à fome e das relações exteriores:

A Alimentação Escolar deve ser:

- Saudável, adequada, equilibrada, variada e saborosa, com respeito aos hábitos alimentares locais.
- Livre de contaminação por microorganismos, agrotóxicos, aditivos ou outras substâncias nocivas à saúde.
- Preparada, na maioria, com alimentos frescos, naturais e produzidos na região onde se encontra a escola.
- Feita com alimentos guardados em lugares adequados e protegidos contra insetos, roedores ou outros contaminantes.
- Servida em refeitório arejado, limpo e confortável, que permita um momento agradável durante a refeição.
- Oferecida com utensílios adequados (colher, garfo, prato e copo) em boas condições de uso e em quantidades suficiente para todos os alunos.
- Adequada aos portadores de doenças associadas à alimentação, como diabetes, anemias, pressão alta, doença celíaca e outras.

4.3.5 Os Direitos do Aluno

- Receber uma alimentação saudável, adequada e que respeite os hábitos alimentares da comunidade, durante todos os dias letivos.
- Ter acesso a água limpa para beber e para a higiene pessoal e a dos funcionários que preparam os alimentos.
- Ter acesso a informação sobre a alimentação saudável.
- Ser bem tratado pelo funcionário que prepara e distribui a alimentação na escola, sem qualquer discriminação.
- Reclamar para a escola, para o Conselho de Alimentação Escolar e para a família se algum destes direitos não são respeitados.

4.3.6 Projetos desenvolvidos no Município

4.3.6.1 Avaliação Nutricional através do crescimento e desenvolvimento da criança

Este projeto foi realizado em um dos CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) em 2008. Nos Centros de Educação (CMEIs) os dados são levantados e realizada a avaliação nutricional usando o percentual, segundo o índice do NCHS, usado pelo Ministério da Saúde. O relatório final com os resultados foram somados ao Sisvan (Sistema de Vigilância Nutricional) municipal o qual por sua vez emitia relatório mensal ao Sisvan estadual, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde.

- Objetivos
- Objetivo Geral

Levantar os dados antropométricos das crianças que usufruem a rede municipal de ensino (área urbana), priorizando as crianças de 4 m a 6 anos dos Centros de Educação Infantil, estendendo-se aos alunos de 7 a 14 anos do Ensino Fundamental que irá indicar o perfil do crescimento e desenvolvimento servindo de subsídios para programas e ações de intervenção à saúde da criança.

- Objetivos Específicos
- Pesar e medir os alunos da Rede Municipal urbana de ensino;
- Classificar conforme gráficos específicos (Cartão da criança/NCHS) o estado nutricional das crianças;
- Tabular e computar os dados;
- Avaliar os dados para diagnósticos e encaminhamentos individuais;
- Condensar os dados para relatórios específicos às Unidades de Saúde do município (SISVAN, ICCN...).

4.3.6.2 Pesquisa de aceitabilidade da Alimentação Escolar no Município da Lapa – Pr

Em setembro de 2004 foi realizada uma pesquisa de aceitabilidade abrangendo 288 alunos da pré-escola à quarta série do ensino fundamental. Foi aplicado um questionário contendo 28 preparações ou produtos servidos freqüentemente na alimentação escolar municipal. As crianças podiam optar entre marcar “gosto muito”, “gosto” e “não gosto”. Quando questionadas sobre a preferência por doce ou

salgado, 53,8% responderam preferir alimentos doces. A pesquisa mostrou que, de uma forma geral, 84,3% dos alunos gostam da alimentação escolar, 13,95% gostam mais ou menos e 1,7% não responderam. O objetivo deste trabalho foi avaliar o cardápio da merenda, fazer testes de aceitabilidade para introduzir novos alimentos e novas composições de pratos.

Esta pesquisa será novamente realizada em setembro de 2008, a fim de colher dados mais atualizados.

4.3.6.3 Projeto Saúde Verde

- Objetivo geral

Reativar as hortas agroecológicas das escolas municipais e CMEIs do município da Lapa dentro de técnicas adequadas para proporcionar ao aluno uma educação ambiental e alimentar, sob a coordenação e orientação da Divisão de Alimentação Escolar da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

- Objetivos específicos

- Proporcionar aulas práticas, integrando-as ao currículo.
- Estimular a integração dos alunos dentro das escolas, através de trabalhos de grupos nas diferentes séries.
- Servir como meio para trabalhar os conteúdos e atividades interdisciplinares vinculados à nutrição, promoção da saúde, mudanças comportamentais para melhoria da qualidade de vida dos educandos e familiares.
- Realizar Educação Nutricional por meio de palestras e produção de material educativo;
- Orientar alunos, professores e funcionários, pais e demais membros da comunidade sobre a importância da Agroecologia;
- Difundir técnicas de produção agrícola sustentável;
- Discutir nas palestras a Segurança Alimentar, despertando o interesse e consciência de todos os envolvidos para a necessidade da atuação de cada indivíduo na construção da Segurança Alimentar;

- Complementar a merenda escolar, ofertando uma quantidade maior de alimentos ricos em fibras, sais minerais e vitaminas;
- Melhorar funções do organismo como, por exemplo, defesa imunológica, trânsito intestinal, produção de hormônios, funcionamento neurológico e neuromuscular, entre outros, promovendo o crescimento e desenvolvimento saudáveis das crianças;
- Cultivar plantas medicinais (hortelã, boldo, camomila, etc.) para o uso paliativo, dentro das necessidades do cotidiano da escola;

O Projeto Saúde Verde além da distribuição de insumos para as hortas escolares e dos CMEIs realiza trabalhos de educação nutricional, através de palestras, e melhora da qualidade nutricional dos cardápios.

4.3.6.4 Projeto de Educação Nutricional

Objetivos

Geral

Proporcionar os conhecimentos necessários e a motivação coletiva para formar atitudes e hábitos de uma alimentação sadia, completa, adequada e variada aos educandos, funcionários dos estabelecimentos de ensino e comunidade, visando o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida.

Específicos

- Proporcionar aulas de Nutrição básica como base para promoção da saúde dos indivíduos;
- Levar os ouvintes a compreender o papel da Nutrição, aprimorando os hábitos culturais e a arte de se alimentar bem.
- Servir como meio para trabalhar os conteúdos interdisciplinares existentes no currículo escolar.
- Difundir o programa da merenda no contexto escolar e da comunidade.
- Explicar os grupos alimentares, as funções dos principais nutrientes no organismo e as porções diárias recomendadas de cada grupo,

condizente com o público-alvo do momento e com linguagem acessível a todos os participantes.

- Promover a educação nutricional como medida de profilaxia em relação às doenças crônicas e degenerativas existentes.
- Ressaltar a importância da atividade física como promotora da qualidade de vida.

4.3.6.5 Projeto reinventando a culinária na escola

Em comemoração a Semana Mundial da Alimentação (16 a 22 de outubro) foi realizado o Projeto Reinventando a Culinária na Escola que tem como objetivo a melhoria dos níveis de nutrição do Município. A Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer através da Divisão de Alimentação Escolar pretendeu partilhar experiências de cozinha escolar e valorizar as merendeiras do município, profissionais que com amor, arte e criatividade, conseguem transformar alimentos em refeições saborosas e nutritivas que farão parte do cardápio e receituário escolar.

Foram premiadas as 5 melhores receitas e um livro foi editado com uma coletânea de receitas e disponíveis pela Nutrição do Programa M. de Alimentação Escolar. Esse livro serve como um dos referenciais para a elaboração dos cardápios às escolas.

4.3. 7 Metas do Programa Municipal de Alimentação Escolar

Com o objetivo de proporcionar aos educandos uma alimentação de qualidade, de quantidade e de continuidade, observando os princípios nutricionais e de Segurança Alimentar no Programa Municipal de Alimentação Escolar, foram levantados vários itens com metas que ao longo de 10 anos deverão ser consideradas:

- Garantir alimentação nas escolas (merenda), observando orientações atuais do PNAE.

- Garantir 100% das necessidades nutricionais das crianças que freqüentam os CMEIs (Creches) do município.
- Garantir ações de Nutrição e Segurança Alimentar e Nutricional, com profissional habilitado.
- Adquirir produtos industrializados para a clientela do PNAE contendo padrões de identificação de qualidade de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura .
- Promover cursos de formação às merendeiras e cozinheiras dando ênfase a Segurança Alimentar e Nutricional nas *UANs (Unidades de Alimentação e Nutrição) e atualização das propriedades nutricionais dos alimentos utilizados.

*UANs: cozinhas, área de estocagem de alimentos, refeitórios

- Garantir no prazo de 10 anos que as UANs das Escolas e CMEIs (creches), estejam adaptadas conforme as exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) quanto à Segurança, Higiene e Logística.
- Garantir transporte para entrega dos produtos em todas as Unidades escolares e para o(s) profissionais técnicos (nutricionistas e outros) que desenvolvem o Programa Municipal de Alimentação Escolar.
- Disponibilizar ao CAE (Conselho de Alimentação Escolar) local apropriado para reuniões, disponibilidade de equipamento de informática e transporte para o deslocamento dos seus membros ao local de exercício de suas atividades como conselheiro e para as reuniões do CAE. Essa reivindicação é uma das obrigações da Entidade Executora para que os recursos da União sejam liberados ao município.
- Implantar uma cozinha experimental para teste de alimentos e promover encontros de formação para manipuladores de alimentos, envolvendo vários temas relacionados à Alimentação e Nutrição Humana.

- Promover Educação Nutricional com os alunos (CMEIs e escolas) e comunidade escolar através de cursos ministrados aos professores da rede municipal de ensino e eventos relacionados à alimentação saudável, inserida como disciplina dentro do currículo escolar.
- Incentivar a prática pedagógica relacionada a Educação Nutricional inserida no cotidiano através dos trabalhos extracurriculares para incentivo à cultura, culinária, atividades lúdicas, interpretação de textos e hortas pedagógicas, entre outros.

4.4 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

4.4.1 Financiamento no Brasil

A Constituição Federal de 1998 estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205). Para viabilizar o "dever do Estado" estabeleceu uma vinculação obrigatória de recursos para a educação no seu artigo 212:

> ***Art.212****. A* ***União*** *aplicará, anualmente, nunca menos de* ***18%*** *(dezoito por cento), e os* ***Estados****, o* ***Distrito Federal*** *e os* ***Municípios****,* ***25%*** *(vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.*

Nos últimos anos a vinculação obrigatória foi responsável pela expansão da rede pública, seja na educação básica, seja no ensino superior. Infelizmente, a União criou formas de descumprir a norma constitucional. A primeira foi o estabelecimento da Desvinculação das Receitas da União (DRU) que retira 20% dos recursos oriundos de impostos antes que os mesmos sejam distribuídos pelas áreas sociais. Isto quer dizer que a cada R$ 100 reais sem a DRU seriam aplicados em educação R$ 18 reais, e com a DRU este valor cai para R$ 80 reais, dos quais aplicados 18% de vinculação obrigatória obtemos apenas R$ 14,4 reais.

É bom lembrar que a norma constitucional permitiu que as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais pudessem aprovar um percentual maior de vinculação para a educação.

A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornou mais precisa as responsabilidades dos entes federados, cabendo aos municípios a atribuição de oferecer a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com prioridade para este. O Ensino Fundamental não é atribuição exclusiva municipal, devendo ser compartilhada com a rede estadual.

Em 1996 foi aprovada a Emenda Constitucional de nº 14 que sub-vinculou 60% dos recursos educacionais para aplicação no ensino fundamental. Além disso, criou o **FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, bloqueando 15% dos recursos repassados aos estados e municípios do FPE, FPM, ICMS, Compensação via Lei Kandir e IPI-Exportação. Os recursos do FUNDEF são redistribuídos entre Estado e Municípios de acordo com o número de matrículas declaradas no censo escolar do ano anterior. Nos estados que não alcançam o custo-aluno mínimo nacional ocorre uma complementação financeira da União.

Em 2005, apenas quatro estados receberam complementação da União e em 2006 somente dois estão recebendo. O Paraná nunca recebeu esta complementação, porque o custo-aluno aferido no fundo estadual sempre ficou acima do mínimo nacional. Em 2006 o custo-aluno mínimo nacional é de R$ 682,60 enquanto no Paraná é de R$ 1267,39.

No Paraná, assim como na maioria dos estados brasileiros, devido ao processo de municipalização do Ensino Fundamental, os municípios possuem saldo positivo entre o que depositam obrigatoriamente no FUNDEF e o que recebem deste fundo.

A cidade da Lapa não foge desta regra, sendo o FUNDEF uma fonte de peso de recursos para o setor educacional.

Além dos recursos vinculados obrigatoriamente, outra fonte de recursos para a educação são aqueles provenientes da contribuição social denominada de Salário –Educação. Pela Lei 10.832/03, **90%** do arrecadado é dividido assim: **1/3** cota federal e **2/3** cotas estadual e municipal. A distribuição é realizada conforme matrícula no ensino fundamental. Os **10%** não distribuídos são direcionados ao FNDE, grande parte sendo utilizada no Programa Nacional de Transporte Escolar.

Em 28 de dezembro de 2006 pela Medida Provisória nº 339 o Fundef foi transformado em FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. E que funciona da seguinte forma:

1. Vinculação de 20% dos recursos obrigatórios educacionais, de forma gradativa (três anos), ficando de fora apenas os Impostos Próprios dos Municípios (IPTU, ISS e ITBI) além do IRRF dos estados e municípios;
2. Contempla toda a matrícula da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades correspondentes), as quais serão incorporadas de forma também gradativa (três anos);
3. Elevação da complementação da União, a qual seria de 2 bilhões no primeiro ano, 3 bilhões no segundo ano, 4,5 bilhões no terceiro ano e 10% do montante depositado pelos estados e municípios à partir do quarto ano de vigência do Fundeb;
4. Somente são contabilizadas as matrículas que estejam de acordo com as normas constitucionais, ou seja, matrículas municipais de ensino médio não serão contabilizadas nem tampouco as matrículas de Educação Infantil da Rede Estadual;
5. Continua a regra presente no Fundeb de 60% dos recursos originários do Fundo para pagamento do magistério em efetivo exercício.

Assim como no Fundef, o município da Lapa continua sendo beneficiado pelo ingresso de recursos. Aliás, o novo fundo tem a virtude de estimular o crescimento das matrículas de Educação Infantil em nosso município, pois até hoje estavam então sendo sustentadas com recursos próprios.

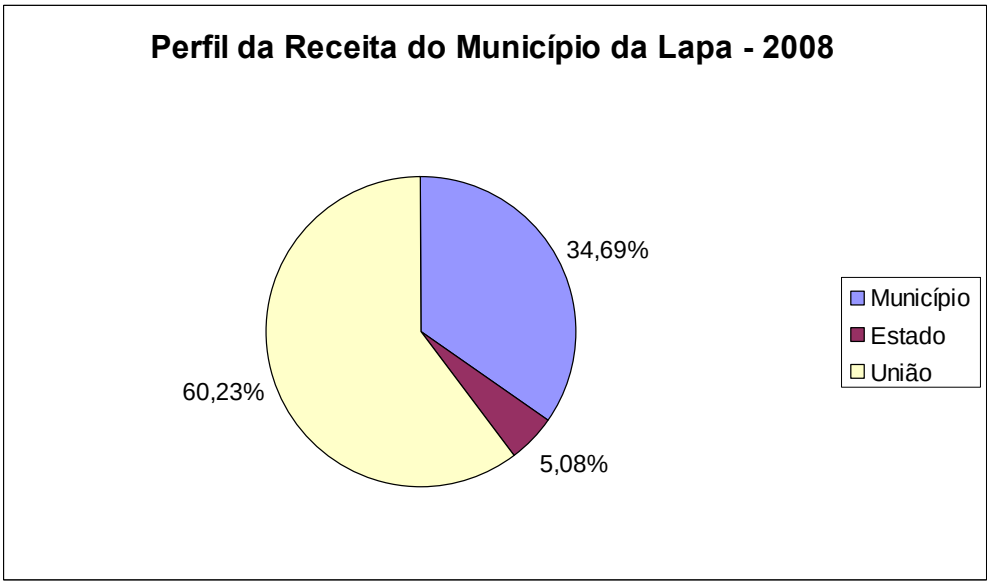
Ainda está por ser definido o critério de remuneração das etapas e modalidades, dispositivo que será regulamentado por lei, somente após a aprovação da emenda constitucional.

4.4.2 Situação Orçamentária do Município da Lapa

Conforme a Lei nº 2144 de 21/12/2007, que estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária – LDO de 2008 é possível ter uma fotografia do comportamento das receitas municipais.

O gráfico abaixo demonstra que, apesar dos esforços municipais para elevação de suas receitas próprias, estas correspondem apenas a 34,68% do total

de suas receitas provenientes de impostos, sendo as fontes mais importante as transferências estaduais e em seguida as transferências federais.



5. FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

> "A qualidade de ensino é determinada tanto mais pela formação continuada dos professores do que pela sua formação inicial" (THROSBY, David – Unesco)

O Município da Lapa tem como política, assegurar aos cidadãos lapeanos uma educação de qualidade e neste sentido, a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer propicia condições para que os professores de Rede Municipal de Ensino tenham acesso à Educação em nível superior.

5.1 DIAGNÓSTICO

O quadro de profissionais da educação, na rede municipal é o seguinte:

	Magistério	Pedagogia	Cursando Pedagogia	Pós graduação	Total
Professores	34	157	91	53	335
Pedagogas		22		07	29
Atendentes Infantil	29 12				41

De um total de 335 professores 53% estão em formados em curso superior, 26% estão cursando e 21% ainda não buscou formação superior. Ressaltamos que os funcionários lotados na Educação, professores e outros, são subsidiados pela administração Municipal e ainda utilizam o transporte gratuito para deslocamento até a Faculdade Educacional da Lapa e ou subsidio para transporte, quando a Faculdade é em outro município.

Das 41 atendentes infantis que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil, 29 não possuem a formação para o magistério; para que obtenham melhor qualificação e por isso estes profissionais participarão do Profuncionário em 2009.

Quanto à valorização dos profissionais de Educação obedece-se ao Estatuto do Magistério, Lei 1405/98, que contempla o Plano de Cargos e Salários, oferecendo avanços

5.2 DIRETRIZES:

Ao construir-se um Plano Municipal de Educação para o município da Lapa objetiva-se que em dez anos as metas nele descritas sejam atingidas e os resultados quantitativos e qualitativos sejam significativos. Para tanto, há de se investir na formação e valorização daqueles que realmente fazem com que o Plano torne-se realidade em ações e resultados: os profissionais da Educação.

Por profissionais da educação entende-se o conjunto de profissionais que desempenham funções que interferem diretamente no processo pedagógico, ou seja, aqueles que fazem parte do quadro do magistério, desempenhando a função docente ou funções de apoio técnico- pedagógicos ou direção.

No entanto o Plano Municipal de Educação ressalta a necessidade de uma maior atenção aos demais profissionais que mesmo em funções de apoio administrativo, serviços gerais, merendeiras e afins, contribuem com seu trabalho para a efetivação do processo educacional.

A melhoria da qualidade da educação brasileira acontece paralelamente à melhoria da qualificação profissional daqueles que estão à frente do processo educativo, não sendo suficiente a formação inicial, dando incentivos constantes a formação continuada. Por formação inicial entende-se que, em consonância com a Lei 9394/96, deverá ser no mínimo em nível médio, modalidade normal, ampliando-se ao nível superior e além deste. Por formação continuada considera-se o montante de atividades de formação; cursos, palestras, seminários, oficinas pedagógicas, grupo de estudos, que deverão acontecer continuamente nas áreas prioritárias e promovidas pelo órgão mantenedor.

Dentro da formação continuada dos profissionais da educação deverão ser incentivadas as parcerias com as Universidades e Institutos de Educação Superior e sempre que possível, subsidiadas pelo órgão mantenedor no que se refere a cursos de graduação e pós graduação na área da educação.

Vimos que a qualificação do professor tem sido um dos muitos desafios para um sistema que se quer mais eficiente e mais eficaz. Qualificação tanto inicial quanto continuada, visto que a formação inicial não os habilita para os enfrentamentos dos reais problemas da prática docente e a formação continuada ainda é deficiente visto ser compartimentada e pautada na solução de problemas postos e não nas formas de evita-los.

Além de uma formação mais consistente há a necessidade de constante promoção da valorização dos profissionais da educação, a qual passa pela melhoria das condições de trabalho, a viabilização da formação profissional e inevitavelmente pela questão salarial, que configura a forma mais efetiva de valorização , mas não é a única e nem por si só contribui para a melhoria da qualidade almejada. Melhores

condições salariais expressam-se na forma de atualização constante do Plano de Cargos e Salários do Magistério e revisão periódica do Estatuto do Magistério Municipal.

Considerando que, ao profissional da educação cabe alavancar o processo de escolarização de uma nação e que esta acontece localmente, estabelecemos as seguintes diretrizes de ação:

a) Formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, oportunizando-lhe o domínio do conhecimento e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem efetiva dos educandos.
b) Educação continuada que permita ao professor a ampliação do conhecimento, dentro de uma visão crítica, visando sua inserção e manutenção na sociedade do conhecimento global.
c) Melhores possibilidades salariais, por meio da revisão do Plano de Cargos e Salários do quadro do magistério, valorizando a formação continuada, por meio de cursos oferecidos pelo órgão oficial e/ou outro de interesse e iniciativa do próprio educador nas áreas correlatas á área educacional.
d) Comprometimento social, político e profissional do magistério, elementos indispensáveis ao profissional da educação. Ressaltando o compromisso com a aprendizagem dos alunos e com a formação ética dos mesmos.
e) Avaliação constante dos resultados do trabalho docente por meio da análise detalhada das estatísticas educacionais e avaliações constantes do rendimento discente com vistas a tomada de decisões.

5.3 METAS:

- Garantir a reformulação do Estatuto do Magistério, Lei Municipal 1405 de 30/06/98, nos primeiros seis meses após a aprovação do Plano Municipal de Educação e revisão a cada triênio.
- Garantir por meio do Plano de Cargos e Salários piso salarial mais adequado, bem como a continuidade de avanços diagonais e verticais, priorizando a valorização da formação continuada do professor.

- Promover, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação um estudo da demanda professor/aluno, objetivando melhor distribuição da demanda docente, por meio da fixação de portes para as escolas.
- A partir da aprovação do plano, admitir, por meio de concurso público, exclusivamente professores com nível superior em licenciatura plena .
- Organizar programas de formação continuada que garantam a formação e especialização pessoal para diferentes áreas de ensino, num total mínimo anual de 80 horas anuais.
- Incentivar a criação de grupos de estudos como forma de capacitação constante dos profissionais da educação, estendendo-se a todos os envolvidos neste processo.
- Instalar em todas as escolas computador com acesso à Internet para uso exclusivo dos professores para fins de pesquisa e aprimoramento pessoal e da prática pedagógica.
- Buscar parcerias junto a Universidades e IADs da área da educação para a promoção de cursos de extensão universitária e pós-graduação para professores com nível superior.
- Buscar mecanismos de subsídio pelo poder público para a formação em nível superior de professores da rede municipal, para que no prazo de 5 anos, a partir da aprovação do plano, atinja-se o índice de 100% dos educadores da Rede Municipal com o nível superior completo ou em curso, haja vista que apenas 21% dos professores não possuem a formação superior.
- Implementar, gradativamente, regime em tempo integral (40 horas), para professores e pedagogos, preferencialmente no mesmo estabelecimento de ensino e com estímulo à dedicação exclusiva.
- Buscar, a partir da implantação dos portes das escolas, a otimização da demanda de professores da Rede Municipal de Ensino.
- Garantir formação continuada na área da Educação Especial para todos os professores da Rede Municipal de ensino que trabalhem em turmas de inclusão.

6. METAS GERAIS – 2008-2018

> "Grandes são os desafios postos à educação..." (STAVENHAGEN, Rodolfo)

O município da Lapa, através de uma construção coletiva e baseando-se no PAR (Plano de Ações Articuladas) apresenta como metas:

1. Aprovar o Plano Municipal de Educação da Lapa até novembro/2008
2. Estando aprovado o Plano Municipal Educação proceder a ampla divulgação do mesmo às instituições públicas e privadas, em todos os níveis e modalidades, visando a sua ampliação imediata;
3. Estabelecer o prazo de no máximo 2 (dois) anos para a revisão do Plano Municipal de Educação, abrindo possibilidades de revisão imediata quando houver mudança de legislação ou surgirem necessidades de ações urgentes;
4. Estabelecer, por meio do Conselho Municipal de Educação, ações constantes de fiscalização e acompanhamento de implantação do Plano Municipal Educação, tornando o CME órgão de caráter fiscalizador e promotor de ações que visem o cumprimento da LEI;
5. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das unidades escolares da rede municipal, bem como ampliação da autonomia financeira das mesmas;
6. Possibilitar no prazo de 10 anos a informatização administrativa de todas as escolas municipais, conectando-se à rede municipal de comunicação;
7. Cumprindo-se a meta 6, criar o malote eletrônico, como condição de agilizar o processo de informação entre as escolas e o órgão municipal;
8. Garantir a continuidade do processo de eleições diretas para diretores de escolas da rede municipal, exigindo-se no prazo de 2 anos o nível superior, licenciatura plena, para exercício desta função;
9. Estabelecer e garantir anualmente a ampliação de mecanismos de Avaliação do Desempenho Escolar das redes públicas e privada objetivando avaliar a educação do município como um todo;

10. Garantir que em 5 anos da aprovação do Plano, no mínimo 95% dos professores municipais e atendentes infantis tenham o nível superior em área de licenciatura plena;
11. Garantir subsídio para a formação de professores de Rede Municipal de Ensino em nível superior, visando o cumprimento da meta anterior;
12. Garantir, por meio de planejamento anual, a manutenção da estrutura física das escolas municipais e convênios junto aos governos estadual e federal para a manutenção das escolas estaduais;
13. Criação de cargo administrativo de Secretária de escola;
14. Revisão e reformulação do Projeto Político Pedagógico das escolas tendo em vista as metas previstas no Plano Municipal de Educação.
15. Garantir que nas reformas da estrutura física das escolas, a partir da vigência do plano, sejam feitas as adaptações necessárias para atender os portadores de necessidades especiais de educação, tais como: rampas, sanitários e outras;
16. Garantir a revisão imediata (até um ano da vigência do plano) do Estatuto do Magistério bem como a implantação imediata das alterações do mesmo;
17. Garantir a cada três anos, a revisão do Estatuto do Magistério da Rede Municipal de Educação;
18. Criar, no prazo de 2 (dois) anos, Central de Vagas para os CMEI's visando otimizar o atendimento.
19. Firmar parcerias com iniciativa privada para a criação e manutenção de CMEI's visando atingir a meta do Plano Municipal Educação
20. Estabelecer, a partir da aprovação do plano, programas de formação destinado às equipes dos vários setores responsáveis pela educação do município, equipe técnica e pedagógica, gestores, professores, visando mudanças significativas na qualidade do trabalho pedagógico;
21. Parcerias com Universidades e diferentes setores da sociedade civil, objetivando melhorias na educação;
22. Criar o processo de eleições diretas para diretoras de Educação Infantil;
23. Garantir a contratação da pedagoga para o Centro de Educação Infantil;
24. Garantir a permanência de todas as crianças no Ensino Fundamental, com políticas e medidas concretas que superem os atuais índices de evasão e

repetência, garantindo a permanência e efetiva aprendizagem de todos os alunos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso a escolarização em idade própria. Garantindo total cobertura do Município em relação às séries iniciais e fazendo gestões junto ao governo do Estado, no que se refere às responsabilidades financeiras e pedagógicas deste nível de ensino;

25. Reduzir, gradativamente, as classes multisseriadas da Rede Municipal de Ensino;
26. Conceder gratificação para professores que lecionam em classes bisseriadas e multisseriadas, através de lei que garanta sua incorporação;
27. Conceder gratificação a professores que trabalham com alunos com dificuldades de aprendizagem;
28. Implantar turmas de pré-escola nas comunidades onde haja clientela;
29. Criar, gradativamente, turmas de apoio pedagógico em todas as escolas;
30. Manutenção da gratificação aos professores e especialistas de educação, em exercício nos estabelecimentos de Ensino da Rede Municipal, considerados de difícil acesso;
31. Adaptar, a partir das possibilidades e recursos do Município, os padrões mínimos de infra-estrutura para o Ensino Fundamental, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação, incluindo:
    a. Espaços com temperatura ambiente, iluminação, ventilação, água potável, rede elétrica e segurança;
    b. Espaços para esporte, recreação, laboratórios, bibliotecas e serviços de merenda escolar;
    c. Instalações sanitárias e para higiene;
    d. Adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
    e. Atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
    f. Mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
    g. Telefone e serviço de reprodução de textos;
    h. Informática e equipamentos multimídia para o ensino;
    i. Ambiente escolar que atenda as especialidades das áreas do conhecimento, bem como, garantir as adaptações necessárias para atender as crianças com necessidades educativas especiais;

32. Organizar, em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta de estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades especiais, em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil, especialmente creche;
33. Generalizar em 5 anos, como parte dos programas de formação em serviço a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercícios em Ensino Fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância;
34. Garantir, a partir da vigência do Plano Municipal, através de parcerias com outras gerências, o desenvolvimento do projeto de revitalização das escolas, garantindo as condições de higiene e físicas (jardinagem, luminosidade, pintura) necessárias ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
35. Suprir a lacuna existente (dificuldade de adaptação dos alunos na 5ª série) entre os dois níveis do Ensino Fundamental – 1ª a 4ª - 5ª a 8ª - através da formação dos professores envolvidos;
36. Investir na compra de livros para que os alunos cada vez mais se apropriem do domínio da leitura e escrita.
37. Garantir a formação continuada dos professores, pedagogos, diretores e demais funcionários da escola, visando a qualidade da formação profissional dos mesmos;
38. Promover encontros entre pedagogos das escolas municipais, estaduais e particulares para discussão do processo pedagógico;
39. Garantir a hora atividade para os professores, promovendo assim, momentos de estudo e reflexão da prática pedagógica;
40. Garantir a realização de concurso público a cada 2 anos visando o suprimento da demanda;
41. Garantir a formação de turmas, atendendo aos seguintes critérios no que se refere ao número de alunos por turma.

    1ª e 2ª séries com 20 alunos;

    3ª e 4ª séries com 25 alunos.

    Para turmas com alunos especiais:

    1ª e 2ª séries com 15 alunos;

    3ª e 4ª séries com 20alunos.

42. Eliminar, progressivamente, a reprovação nas séries iniciais do Ensino Fundamental, através das seguintes ações:

    1. Garantir a continuidade do atendimento aos alunos que necessitam de recuperação de estudos em projetos especiais, em horário contrário, com professores específicos;
    2. Implantar e consolidar o Projeto Político Pedagógico visando assegurar a qualidade da aprendizagem;

43. Dar continuidade ao programa de informática nas escolas da Rede Municipal de Educação, observando as adaptações necessárias para atender alunos com necessidades educativas especiais;

44. Assegurar a continuidade dos eventos pedagógicos (Semana de Educação em Pauta, Conferências do Conselho Municipal de Educação, Encontros, Fóruns Municipais, Congressos e outros) para discussão de assuntos pertinentes a este nível de ensino, garantindo a integração das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, visando sempre a qualidade da aprendizagem de todos os alunos;

45. Garantir a continuidade da participação de profissionais da educação do Ensino Fundamental no Conselho Municipal da Educação, objetivando também, a efetivação das metas do Plano Municipal;

46. Intensificar a participação da comunidade na gestão das instituições educacionais, através das Unidades Executoras, bem como, garantir a efetivação dos Conselhos Escolares e outras formas de organização;

47. Garantir a participação dos pais ou responsáveis na escola, através da formação continuada voltada para os assuntos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos;

48. Dar apoio técnico e nutricional nas escolas, para desenvolver com qualidade o Programa Nacional de Merenda Escolar;

49. Manter e consolidar o programa de avaliação do livro didático criado pelo Ministério de Educação, estabelecendo entre seus critérios a adequada abordagem de questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio;

50. Garantir o transporte escolar às escolas rurais, com a colaboração financeira da União, Estados e Municípios, de forma a dar acesso aos alunos;
51. Garantir abono salarial, quando este for feito aos professores em geral, estando ou não em sala de aula;
52. Garantir o transporte e alimentação para os professores e equipe pedagógica quando participarem de cursos de formação;
53. Incluir o trabalho de arte-educação, recreação e lazer, a todas as escolas urbanas e rurais;
54. Garantir uma equipe multidisciplinar itinerante que atue em todas as escolas fazendo atendimentos aos alunos que apresentam algum comprometimento na área emocional, física ou social;
55. Investir em acervos bibliográficos, na construção de salas multiuso contendo (bibliotecas e laboratórios de informática, arte e ciências) para receberem os alunos do município;
56. Permitir que a escola, como espaço democrático, possa elaborar e, quando necessário, reelaborar o Projeto Político Pedagógico da escola;
57. Garantir recursos para a compra anual de materiais didáticos – pedagógicos;
58. Garantir, no calendário escolar, a formação continuada dos professores e demais segmentos envolvidos nas atividades escolares.

7. AVALIAÇÃO

"À educação não compete apenas a transmitir o patrimônio cultural às novas gerações, mas também modernizar as tradições" (DELORS, Jacques)

O Plano Municipal de Educação – PNE 2008/2018 será avaliado no terceiro, sexto e último ano em vigência, pelo Conselho Municipal de Educação, com análise do alcance das metas propostas e com redirecionamento das ações, quando necessário.

A avaliação pelos segmentos sociais organizados e pela comunidade escolar, considerada a abrangência do Plano Municipal Educação e sua importância no processo educacional continuado ocorrerá durante toda a sua vigência, feita nas Conferências Municipais de Educação, que continuarão a ocorrer a cada dois anos, como vem acontecendo desde 1998 e em conformidade com a Lei Nº 959/99 que cria o Conselho Municipal de Educação.

As duas modalidades de avaliação levarão em consideração o período estipulado para o alcance das metas, a percentagem alcançada e quais os resultados efetivos desta percentagem em relação à qualidade do ensino. Poderão ser reprogramados as metas propostas, em relação aos resultados alcançados, os meios utilizados e o período que será necessário para o alcance total proposto.

Serão considerados, igualmente, os resultados positivos alcançados dentro dos prazos previstos e aqueles que foram atingidos em período inferior ao proposto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Maristela. *O trabalho docente na pré-escola:* revisitando teorias, descortinando práticas.2.ed. São Paulo Pioneira, 2002

A NOVA PRÉ-ESCOLA. 2.ed. Curitiba. Bolsa Nacional do Livro.1999.

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família.* 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO. José Clóvis, Introdução. In: Silva, Luiz H, Azevedo, José C. E. Santos, Edemilson S.dos (Orgs) Novos mapas culturais: novas perspectivas educacionais. SMED/Porto Alegre: Sulina, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Federal de Educação: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. 1v. 2.v . Brasília., 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Senado Federal, 2001

CALDART, RS. Educação em movimento. Formação de educadoras e educadores. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2002.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis. *Educação Infantil, para que te quero*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DANTAS, Heloysa. *A infância da razão*. Uma introdução à Psicologia da Inteligência de Henri Wallon. São Paulo, Manole, 1990.

DANTAS, Heloyza. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon.

In: DE LA TAILLE, Piaget, Vigotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

DAVID, T.G. & WEINSTEIN, C.S. (1987). The built environment and children's development. In C.S. Weinstein & David (Orgs), Spaces for children – The built environment and child development (pp.3-18). New York: Plenum

FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplina. São Paulo: Editora Papirus, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2002, p.92.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa.11.ed.Nacional,1976.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, R. L.(Org) Revisitando a Pré-Escola. São Paulo. Cortez, 2004.

GESSEL, H; JLG; FRANCIS, L; AMES, L.B.A. *Criança dos 0 aos 5 anos:* a criança na cultura dos nossos dias. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In: Educação so campo: contribuições para construção de um projeto de educação do campo – caderno 5. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação Do Campo", 2004, p. 125.

JOBIM e SOUZA, S. *Re-significando a psicologia do desenvolvimento:* uma contribuição crítica à pesquisa da infância.in:KRAMER, S.e LEITE, M.I.(orgs).Infância: Fios e desafios da pesquisa. Campinas. São Paulo, Papirus, 1997.

KRAMER, Sônia. *Infância: Fios e desafios da pesquisa*. Campinas. Papirus, 1996.

_____, *Infância e Educação Infantil*. Campinas: Papirus: 2002.

KLEIN, L. R. Proposta política pedagógica para o ensino fundamental. Série Fundamentos Político-Pedagogico. Secretaria de Estado de Educação do Governo Popular de Mato Grosso do Sul, 2000.

LEI Nº 9394/96. LDB. Brasília, Câmara Federal, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. S.E.Fundamental, 1995.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Professor da pré-escola. Brasília/DF, v.2, 1994.

_____ *Atendimento ao Pré-escolar*. Educação e Psicologia. 1v. Brasilia, 1977.

OLIVEIRA, Z. de M. (Org.). *Creches*: Crianças, faz de conta & cia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

_____ *Educação Infantil*: Muitos olhares. 6. ed. São Paulo: Cortêz.2004.

PIAGET, Jean. *Inteligência e afetividade*. Buenos Aires: Asque, 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Mauta. (Orgs). (1998. Creches e pré-escolas no Hemisfério Norte. São Paulo: Cortez. Fundação Carlos Chagas. 2. ed.

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.

SACRISTIN, J.G. Gónaez, A. I. P. Compreender e tranformar o ensino, 4 ed. Art Med, 1998.

SARMENTO, Manoel J. & PINTO, Manoel. *As crianças e a infância*: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, Manoel & SARMENTO, Manoel J. (Orgs). As crianças – contexto e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SEED. Cadernos Temáticos: Educação Infantil/ Paraná. Curitiba, 2005. 54p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. O Projeto político-pedagogico: a saída para escola. In: Para onde vai a escola? Revista de Educação da AEC, Brasília, DF (107), abril/junho.1998.

TEIXEIRA, Anisio

TIRIBA, Léa (Org). ***Creches e Pré-escolas comunitárias de Ipatinga*****: Construindo uma pedagogia de vida. Belo Horizonte/ Minas Gerais, 1993.**

VIGOTSKY, Lev. ***A formação social da mente.*** **São Paulo: Martins Fontes, 1984.**

WALLON, Henri. ***As origens do caráter da criança.*** **São Paulo: Difusão européia, 1971.**

_____ ***Do ato ao pensamento.*** **Porto Alegre: Artes Médicas, 1947.**

_____, ***Psicologia.*** **São Paulo. Ática, 1986.**